



Semântica

Semântica

Marcel Caldeira da Silva

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Danusa Lopes Bertagnoli

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Letícia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586s Silva, Marcel Caldeira da
Semântica / Marcel Caldeira da Silva. – Londrina :
Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.
200 p.

ISBN 978-85-522-0634-7

1. Semântica. 2. Linguística. I. Silva, Marcel Caldeira da.
II. Título.

CDD 410

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Introdução ao estudo da significação	7
Seção 1.1 - O conceito de significação	9
Seção 1.2 - Sentido e referência	24
Seção 1.3 - Semântica e Pragmática	38
Unidade 2 A semântica do léxico	55
Seção 2.1 - A categorização	57
Seção 2.2 - Semântica Lexical	71
Seção 2.3 - Lexicologia e Lexicografia	86
Unidade 3 A semântica da sentença, do enunciado e da enunciação	103
Seção 3.1 - Semântica Formal	105
Seção 3.2 - Semântica da Enunciação	118
Seção 3.3 - Semântica Argumentativa	136
Unidade 4 Semântica e cognição	155
Seção 4.1 - Semântica Cognitiva	157
Seção 4.2 - A noção de <i>frame</i>	173
Seção 4.3 - Metáfora	187

Palavras do autor

Prezado aluno,

Este livro trata da disciplina que integra os estudos da Linguística e que lida especificamente com o fenômeno da significação verbal: a Semântica. Trata-se de uma disciplina de extrema importância para os estudiosos das línguas naturais e para os futuros professores de línguas, pois envolve a questão da interpretação, uma habilidade indispensável a qualquer indivíduo que vive em sociedade, que tem acesso à escrita e aos textos de diferentes gêneros e que depende da comunicação eficaz para atingir seus objetivos e obter sucesso em diferentes tipos de atividade.

Os fenômenos associados à significação verbal são diversos, assim como são diversas as teorias que se propõem a estudá-la. Ao longo da disciplina, você terá acesso a alguns desses fenômenos e a algumas das teorias que lidam com eles. Espera-se que, ao final desse percurso, você tenha desenvolvido sua capacidade de identificar fenômenos semânticos e de analisá-los a partir de diferentes aspectos e de diferentes visões teóricas.

Na primeira unidade do livro, você terá acesso a conceitos fundamentais da significação e verá que ela não é um fenômeno exclusivo das línguas naturais; você também verá que existem outras disciplinas que lidam com a significação verbal, destacando aspectos que a semântica não costuma destacar. A partir da segunda unidade, você estudará as diferentes vertentes da Semântica e começará a compreender que há, na verdade, diferentes semânticas no campo de estudo das línguas naturais; a unidade em questão se dedicará ao estudo da significação lexical. Na terceira unidade, o estudo da significação tomará como unidades de análise a sentença, o enunciado e a enunciação, tratando de teorias da significação como a Semântica Formal, a Semântica da Enunciação e a Semântica Argumentativa. A quarta unidade, por fim, é dedicada aos estudos relativamente recentes da Semântica Cognitiva, uma das áreas da Linguística Cognitiva, que estuda a língua como um fenômeno mental fundado nas experiências e interações que os falantes têm com o ambiente (incluída aí a interação com outros falantes).

Este material foi criado para que você possa estudar o conteúdo da disciplina de maneira independente, antes e depois das aulas. Nesse processo, é importante que você aproveite todos os recursos que a disciplina oferece e que reflita constantemente sobre o seu próprio aprendizado. O autoestudo é muito importante para que você, além de assimilar ideias, crie suas próprias questões sobre o conteúdo que está sendo estudado, refletindo de forma crítica sobre ele. Bons estudos!

Introdução ao estudo da significação

Convite ao estudo

Prezado aluno,

Nesta unidade, você começará a refletir sobre o fenômeno da significação e sobre como ele pode ser estudado. A semântica (que é o foco desta disciplina), como uma das áreas de estudo da linguística, é apenas um dos pontos de vista a partir dos quais a significação verbal pode ser estudada. Há outras disciplinas, como a Pragmática, que também lidam com esse tipo de significação, além de disciplinas que lidam com significações de natureza não verbal.

Para compreender os fenômenos e as teorias de significação relativos às línguas naturais é importante conhecer primeiramente as indagações e as respostas associadas ao fenômeno da significação como um todo, e o objetivo desta unidade é tratar desse conhecimento. Por isso, atuaremos agora no seguinte contexto de aprendizagem:

Você trabalha para uma empresa que investe em conhecimento e tecnologia para o avanço da inteligência artificial, e recentemente a empresa criou um grupo de pesquisadores e engenheiros para lidar especificamente com o processamento da significação linguística por computadores, pois está desenvolvendo um sistema de chat com o intuito de fornecer atendimento automatizado aos clientes de diversas empresas. Você faz parte desse grupo como especialista em semântica e pragmática e foi designado para avaliar o desempenho dos computadores nesse tipo de processamento, identificando problemas e discutindo dificuldades. Como se trata de um processamento do significado que envolve o uso e a interpretação da língua natural, fazer os computadores

“compreenderem” e responderem adequadamente às mensagens às quais serão expostos será um desafio dos grandes, pois falta a eles uma série de conhecimentos e uma série de habilidades de interpretação das quais, por enquanto, só os seres humanos parecem dispor. Sua principal tarefa ao lidar com cada desafio que aparecer é comparar o desempenho dos computadores com o que ocorre de fato com os humanos quando estes usam a língua. Ainda que não se encontre uma solução imediata para os problemas de processamento verificados na atividade dos computadores, é preciso que você explique o que gera esses problemas, fundamentando-se no funcionamento da significação na língua natural, para que sua avaliação crie condições para o progresso da inteligência artificial.

Será que os computadores “pensam” como pensam as pessoas? Será que eles são capazes de criar e interpretar sentidos como os seres humanos fazem com relativa facilidade? Já sabemos o suficiente do fenômeno da significação para que possamos “ensinar” os computadores a lidar com ele? Talvez ainda não se saiba tudo, mas um pouco do que se sabe (ou do que se acredita saber) será estudado por você nesta unidade.

Na primeira seção, discutiremos o conceito de significação, para que você entenda, de maneira geral, como ele é tratado pelas teorias que lidam com esse fenômeno. Na segunda, discutiremos dois conceitos muito importantes para diversas teorias da significação linguística, que são o *sentido* e a *referência*. Por fim, na terceira seção, exploraremos as diferenças entre duas disciplinas que lidam diferentemente com a significação verbal: a Semântica, que é o foco desta disciplina, e a Pragmática. Aproveite o conteúdo e bons estudos!

Seção 1.1

O conceito de significação

Diálogo aberto

Caro aluno,

No seu dia a dia, você lida com diversos objetos e fenômenos *interpretáveis* (ou, em outras palavras, que *significam*). Ao acordar pela manhã e olhar para o relógio, por exemplo, os algarismos que você vê indicam certo período do dia (talvez signifique que está tarde ou que está cedo, a depender da sua agenda naquele dia). Ao olhar pela janela e perceber que o céu está nublado, você pode se convencer de que, naquele dia, é necessário sair de casa com um guarda-chuva, pois a nebulosidade é um sinal de chuva. Ao ouvir um bom-dia de alguém assim que sai de casa, você percebe que as palavras que saem da boca dessa pessoa significam algo positivo: um bom desejo na forma de um cumprimento.

Como você pode notar, a significação está em toda parte, ocorrendo de diferentes modos e partindo de diferentes tipos de entidades (objetos, falas, acontecimentos etc.), e é deste assunto que trataremos nesta seção: a significação e seus diferentes tipos. Embora o foco de nossa disciplina seja o estudo da significação verbal, é importante que você entenda que ela não é um fenômeno exclusivo das línguas naturais, que são apenas um dos diversos tipos de sistemas de significação. Ao final desta seção, isso deverá ficar mais claro para você.

Como você deve se lembrar, durante esta unidade, você está trabalhando para uma empresa que desenvolve projetos de inteligência artificial. Como especialista em Semântica e Pragmática, disciplinas que lidam com a significação, você terá seu primeiro desafio: os desenvolvedores do sistema de *chat* automatizado que você está ajudando a criar estão discutindo se devem, acompanhando as tendências da internet, fazer com que o sistema seja capaz de associar a comunicação linguística ao uso dos chamados *emoticons/emojis*, aqueles ícones (geralmente na forma de pequenos rostos, com diferentes expressões) que são usados em conversas de aplicativos e sites de mensagem instantânea.

As opiniões entre os desenvolvedores estão divididas: alguns acreditam que o processamento da significação será mais difícil para o computador com o uso desses elementos; outros acham que eles podem facilitar a comunicação. Seu trabalho nessa situação, como quem entende do assunto, é discutir as dificuldades que há em usar esses signos não verbais no sistema em questão, comparando-os com os signos linguísticos. Para isso, você deve se valer dos conceitos de *signo*, *significação verbal*, *significação não verbal* e *significado convencional*, que serão discutidos ao longo do item *Não pode faltar deste livro didático*. É importante que você estude com cuidado todo o conteúdo apresentado, para que esteja apto a solucionar o desafio em questão. Bom trabalho!

Não pode faltar

A significação tem estado entre os interesses dos estudiosos desde a Antiguidade, mas, apesar de todo o tempo que já se investiu na busca pelo entendimento do fenômeno, não existe um consenso sobre como ele funciona ou mesmo sobre o que ele é. Há uma multiplicidade de visões teóricas sobre o assunto, e cada uma tende a privilegiar um ou outro de seus aspectos, o que gera um conjunto de análises que, por vezes, acabam sendo complementares para o entendimento do fenômeno como um todo.

Nesta disciplina, vamos estudar algumas dessas visões teóricas, principalmente aquelas que lidam com a significação enquanto fenômeno das línguas naturais, mas antes discutiremos alguns conceitos e termos básicos associados à significação que costumam ser levados em conta pelas diferentes abordagens que teorizam o fenômeno em questão.

O primeiro fato importante a destacar dessas teorias é que elas costumam lidar com pelo menos um dos seguintes termos: *significação*, *significado* e *sentido*. Em geral, quando se usa a palavra *significação*, faz-se referência genérica ao fato de algo significar – as palavras, as músicas, os sinais, os atos, os gestos etc. significam, e esse fenômeno é chamado de *significação*. O termo *significado*, por outro lado, é geralmente usado quando se quer tratar de significações pontuais (por exemplo: o significado de uma palavra, de uma sentença ou de um símbolo qualquer). O termo *sentido* é usado, muitas vezes, como sinônimo de *significação* ou de *significado* (ou

seja, de maneira genérica ou de maneira pontual), embora algumas abordagens façam uma distinção entre significado e sentido em termos de precisão (o sentido seria algo menos preciso, que envolve diversos aspectos da significação, enquanto o significado seria algo determinado, convencional, transparente, objetivo). Na prática, quando se considera o conjunto de abordagens teóricas, observa-se que os três termos são geralmente intercambiáveis.

Você não precisa se preocupar por ora com o significado de cada um desses termos; quando tratarmos das diferentes teorias da significação, sempre que for oportuno, destacaremos o modo como cada uma delas os emprega. Lembre-se apenas de que neste livro, quando não estivermos tratando de uma teoria específica, usaremos o termo *significação* em referência ao fenômeno genérico de significar, e os termos significado e sentido em referência a significações pontuais (o significado/sentido de uma palavra, o significado/sentido de uma sentença, o significado/sentido de um sinal etc.).

É preciso saber que não existe apenas uma definição para significação (na verdade, algumas abordagens teóricas sequer a definem). Há, no entanto, uma variedade de conceituações que, de alguma maneira, parecem lidar com esse mesmo objeto e que, por isso, são conhecidas como estudos da significação. De modo geral, pode-se dizer que existem duas maneiras de compreender a significação: (i) como um fenômeno que existe independentemente do indivíduo ou (ii) como um fenômeno que se manifesta pela ação de um indivíduo. As visões do primeiro tipo tendem a tratar do significado como algo que é *indicado*, apontado ou expresso por uma palavra, por um símbolo etc., e as do segundo tipo tendem a tratar do significado como o resultado da interpretação, da *decodificação*, ou mesmo como uma *construção*. Há teorias que mesclam, de distintas maneiras, essas visões, deixando de lado alguns desses aspectos e/ou incluindo outros (como o contexto, a história, a sociedade, entre outros).

O que há de comum entre essas teorias é que todas elas tratam de alguma entidade (objeto, imagem, fenômeno, acontecimento etc.) que significa ou que ao menos se associa a um significado. Essa entidade (e, em alguns casos, a relação entre a entidade e seu significado) é chamada de signo. A palavra *signo* vem do latim

signum, que significa *marca, sinal*. Veja que o verbo significar, quando se considera sua origem no verbo latino *significare*, está intimamente associado à noção de signo: em latim, *significare* tem o sentido de indicar algo por meio de signo, de sinal, de marca.

Para algumas abordagens teóricas, o signo é um sinal indicativo de algo; a partir dele, é possível recuperar algo que não está nele ou, em outras palavras, algo que ele de fato não é. Nessas abordagens, o signo é entendido como qualquer objeto, forma, marca ou fenômeno capaz de indicar algo diferente de si, de *representar* algo. Segundo elas, um som, uma palavra, uma fotografia, um gesto, um rito, uma dança etc. são todos signos, pois são capazes de significar.



Assimile

Os signos de diferentes tipos costumam constituir sistemas (entendidos como conjuntos de elementos que se relacionam e se organizam de determinado modo). Como esses sistemas estão associados a algum tipo de expressão, é comum que eles sejam considerados **linguagens** (a música, a dança, a pintura e a fotografia, por exemplo, são comumente tratadas como linguagens). Essa noção de linguagem deriva da noção de língua como sistema verbal, pois há uma semelhança entre esse sistema e os sistemas não verbais: a significação. Todos os sistemas de signos são usados para produzir sentido e, por isso, são considerados linguagens.

Dois tradições de estudo geral dos signos se constituíram ao longo do tempo como disciplinas autônomas: a Semiótica e a Semiologia. A primeira, que tem sua origem na cultura anglo-saxã, foi proposta como disciplina independente pelo filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), e a segunda, que tem sua origem na cultura neolatina europeia, foi proposta pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913).

De modo geral, essas disciplinas estudam os diversos sistemas de significação (entendidos como conjuntos organizados de signos que se relacionam uns com os outros). Esses sistemas podem ou não ser sistemas de comunicação, ou seja, podem ou não ser deliberadamente mobilizados para transmitir informações – alguns fenômenos que escapam à vontade e ao controle dos seres humanos

também podem ser encarados como signos, constituindo sistemas de significação que não têm uma natureza propriamente comunicativa.



Pesquise mais

O texto indicado a seguir, do linguista Carlos Vogt, apresenta uma breve história da Semiótica e da Semiologia, disciplinas que se dedicam ao estudo dos signos (verbais e não verbais).

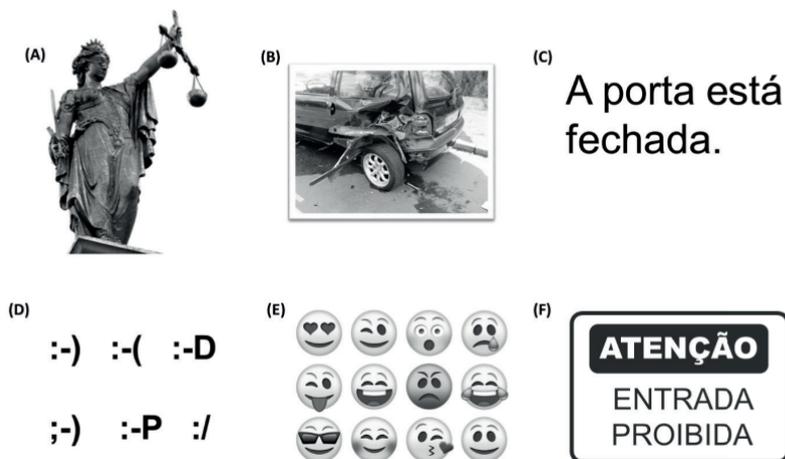
VOGT, Carlos. Semiótica e Semiologia. **ComCiência**: Revista eletrônica de jornalismo científico, Campinas, n. 74, 10 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&editao=11&i&print=true>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

É comum que se faça, nos estudos da significação, uma distinção entre *signos verbais* e *signos não verbais* (e conseqüentemente entre significação verbal e significação não verbal), dado o fato de os signos do primeiro tipo constituírem um sistema de comunicação muito particular (o das línguas naturais), que envolve um tipo de significação convencional muito específico. Trataremos especificamente desse sistema mais adiante.

A significação por meio de signos pode envolver apenas signos não verbais, apenas signos verbais ou uma mistura deles. Além disso, ela pode estar associada a diversos processos, dado que os signos produzem sentido por meio de diferentes procedimentos.

Para entendermos melhor esses diferentes modos de significar, vejamos alguns exemplos de signos e conjuntos de signos que produzem sentido de modos distintos:

Figura 1.1 | Exemplos de significação a partir de diferentes signos/conjuntos de signos



Fonte: adaptada de Pixabay.

Observando as imagens que constituem a Figura 1.1, podemos dizer que cada uma delas significa ao menos uma coisa. Na imagem (A), a estátua da deusa que, de olhos vendados, segura uma balança, e uma espada é reconhecida, no mundo ocidental, como o *símbolo* da justiça. É possível dizer que ela *significa* a justiça, sem que essa afirmação cause algum estranhamento. Nesse caso, a significação decorre de uma convenção – convencionou-se, em determinado momento, que tal imagem representaria a justiça, e, desde então, isso é o que ela significa.

A imagem (B) também parece significar algo, mas, nesse caso, não há por trás dessa significação o tipo de convenção identificado na imagem anterior. Ao observar a foto do carro e se perguntar o que ela representa, talvez você chegue a respostas diversas, do tipo “uma batida”, “um acidente”, “um prejuízo”, “o perigo do trânsito”, “falta de sorte”, “descuido” etc. Essas sugestões são possíveis porque a imagem do carro amassado e danificado pode ser um *índice* (ou *indício*) de que houve uma batida, de que ela foi acidental, de que o dono do carro teve um prejuízo, de que o trânsito é perigoso etc.

Ainda sobre a imagem (B), há a possibilidade de que, ao observá-la, você apenas a interprete como a imagem de um carro danificado, que provavelmente existe ou existiu de verdade e que pertence a alguém; nesse caso, é preciso notar que a imagem não é o carro propriamente dito, mas uma representação *icônica* dele (uma fotografia).

A análise dessas imagens nos mostra que a significação não verbal pode ocorrer pelo menos de três modos: sendo o signo um símbolo, um índice ou um ícone. Essa divisão ternária dos signos foi proposta por Charles Sanders Peirce, na tradição da Semiótica (PIERCE, 2005).



Assimile

Algumas abordagens da significação (na tradição da Semiótica) costumam dividir os signos em três tipos, de acordo com o procedimento por meio do qual cada um deles significa:

Símbolos: são signos cujo significado é estabelecido por convenção (por exemplo: a imagem da balança, que significa a justiça).

Índices ou indícios: são signos não convencionais que atuam como sinal, vestígio, causa ou resultado da realidade que representam (por exemplo: a fumaça indica que há fogo, uma porta arrombada indica uma invasão, uma nuvem escura é sinal de chuva etc.)

Ícones: são signos que exibem uma semelhança com aquilo que representam (por exemplo: a fotografia de uma pessoa representando a pessoa, o desenho de um cachorro representando um cachorro de verdade etc.).

Vejamos agora as imagens (D) e (E), que também exibem signos não verbais. Cada uma delas se constitui de pequenas imagens que iconicamente representam expressões faciais (trata-se, portanto, de ícones). Os ícones da imagem (D), formados pela combinação de caracteres digitais, são conhecidos como *emoticons* e são usados em diferentes tipos de interação pela internet (por exemplo, em mensagens de e-mail, em salas de bate-papo e em mensagens instantâneas de aplicativos para celular). Os ícones da imagem (E), por outro lado, são conhecidos como *emojis* – versões mais elaboradas dos *emoticons*.

Emoticons e *emojis* não produzem sentido apenas por iconicidade; eles costumam ser usados para expressar alguma mensagem e expressam significados diferentes a depender do contexto em que são usados. Não há um significado convencional para cada um desses ícones, embora um mesmo ícone suscite, em geral, interpretações aparentadas. O *emoticon* :-), por exemplo,

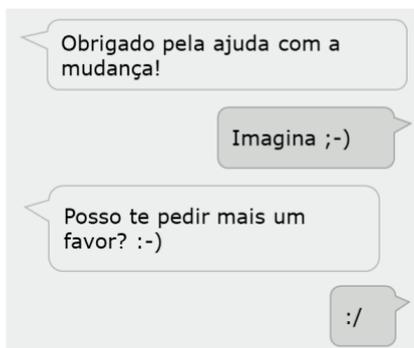
costuma ser usado para expressar alegria, satisfação, contentamento, aprovação etc.; não há, no entanto, uma convenção segundo a qual ele deva ser usado especificamente com um desses sentidos.

Esses ícones costumam ser usados em combinação com signos verbais, e seu significado, por vezes, só pode ser compreendido se a imagem for associada ao texto. Por isso, sua significação costuma depender de uma situação comunicativa específica, sendo também dependente da intenção comunicativa da pessoa que os usa. Ainda assim, são extremamente comuns casos de mal-entendidos ou de falta de compreensão em conversas digitais que envolvem o uso de *emoticons* e *emojis*. É comum uma pessoa usar um desses ícones achando que será compreendida, mas isso acaba não ocorrendo.



Exemplificando

Figura 1.2 | Chat com emoticons



Fonte: elaborada pelo autor.

Observe essa conversa e compare os significados dos elementos verbais ao significado dos ícones. As mensagens verbais, constituídas por signos convencionais, costumam ter um significado mais preciso que o desses ícones. É mais difícil, por exemplo, determinar, na conversa em questão, o que a pessoa que pede um segundo favor quer dizer ao usar o *emoticon* :-) em sua mensagem, embora possamos supor que sua intenção seja expressar cordialidade, simpatia etc. O mesmo se pode dizer dos outros ícones. Isso ocorre porque essas imagens não têm um significado tão convencional quanto o dos signos linguísticos, embora também produzam sentido.

Passemos agora à análise das imagens (C) e (F), que contêm signos verbais. No caso de (C) – *A porta está fechada* –, se pensarmos no elemento em questão apenas como uma frase (sem qualquer associação a um contexto), veremos que sua significação é extremamente clara e convencional. A associação entre os elementos verbais que constituem essa frase indica, de maneira objetiva, (1) que há uma porta e (2) que essa porta está fechada. Existe uma convenção entre os falantes da língua portuguesa que lhes permite entender o que o elemento porta e o elemento *fechada* indicam nessa língua (assim como o que indicam as palavras que os acompanham – o *artigo* a e o verbo *está*). Há uma relação simbólica, convencional, entre essas formas e o que elas indicam, e essa relação é exclusivamente verbal.



Refleta

Ao comparar um símbolo verbal (como a palavra cadeira, que indica um objeto específico) a um símbolo não verbal (como uma pomba que representa a paz), você diria que esses dois tipos de símbolo envolvem convenção? Essa convenção é do mesmo tipo nos dois casos?

No exemplo (F), por outro lado, além da mensagem verbal que indica claramente que não se pode entrar em determinado local, há elementos não verbais que, na composição da imagem, significam. Imagine, por exemplo, que você está em um longo corredor e que, de longe, avista uma placa como essa em uma porta. Do ponto em que você está, não é possível compreender os dizeres da placa, mas, pelo modo como está distribuída a informação, pelas formas geométricas que constituem a imagem e pelo contraste criado pelas cores usadas, você consegue perceber que se trata de um aviso, de uma informação que deve ser importante. Isso mostra que a placa como um todo pode ser compreendida como um signo, que mescla elementos verbais e não verbais na constituição do sentido.

O intuito de apresentar a você esses diferentes tipos de signo é mostrar que o fenômeno da significação não se restringe às línguas naturais. Na prática, em nosso dia a dia, estamos rodeados de objetos e fenômenos que significam, e é pela compreensão desses significados que conseguimos viver, compreender o mundo à nossa

volta e nos comunicarmos. Como o foco desta disciplina é, no entanto, a significação verbal, trataremos, na maior parte do tempo, dos signos verbais, que constituem o sistema de comunicação conhecido como *língua natural*.



Assimile

Nos estudos da língua natural, um dos conceitos mais célebres de signo linguístico é aquele que foi instituído por Ferdinand de Saussure em seu Curso de Linguística Geral (SAUSSURE, 1975), um livro construído a partir da compilação das anotações de alguns de seus alunos, que foi publicado inicialmente em 1916. Para Saussure, o signo linguístico é uma entidade composta por dois elementos – um significante (ou imagem acústica) e um significado (ou conceito). Destaque-se que, segundo essa visão, o significado não é externo ao signo, mas um de seus elementos constituintes.

A significação verbal se caracteriza por ser consideravelmente convencional. Isso significa que costuma estar associado a uma forma linguística ao menos um significado que é facilmente identificado pelos falantes da língua que contém essa forma. Nos estudos da significação, em que está prevista a relação entre uma forma e um significado, entende-se como *forma linguística/verbal* qualquer unidade linguística que contenha significado (um morfema, uma palavra, uma locução, uma frase ou qualquer outra unidade significativa, de qualquer extensão).

Tome como exemplo a palavra *cachorro*. Os falantes de português costumam usar essa forma verbal quando querem se referir ao animal doméstico que muitas pessoas têm em sua casa – a significação que torna isso possível é uma significação convencional (há, portanto, um significado convencional). Pense agora no que acontece se acrescentarmos a essa palavra o morfema {-s}, que constitui a forma *cachorros*. Neste caso, não estamos nos referindo a apenas um cachorro, mas necessariamente a mais de um. Isso mostra que o morfema {-s} é uma forma verbal que tem também um significado convencional – qualquer falante de português entende que, quando se usa tal morfema com um substantivo, passa-se a fazer referência a mais de um representante daquilo que a palavra indica; o morfema em questão é, portanto, um indicador de plural.

Quando se trata de unidades linguísticas maiores que o morfema ou que a palavra, a produção de sentido costuma ser um pouco mais complexa, mas, ainda assim, o caráter convencional da significação verbal se manifesta. Imagine, por exemplo, a situação em que, à mesa de jantar, uma criança, ao ver sua mãe segurar um prato de batatas, diz *"Eu gosto de batata"*. Que significado você acha que esse enunciado tem? Pensando na situação em que ele foi produzido e supondo uma intenção da criança, talvez você entenda que ela o usou para significar que gostaria que a mãe colocasse batata em seu prato. Como esse significado decorre do uso de uma forma linguística (a frase *"Eu gosto de batata"*), a situação envolve, sem dúvida, uma significação verbal – note-se que, nesse caso, o significado resultante (querer que a mãe lhe sirva batatas) não é um significado convencional, mas um significado que depende da interpretação da situação comunicativa e de certas suposições. Ocorre que, se desconsiderarmos a questão da intenção do falante e o contexto específico em que a frase foi usada, podemos, pela união dos significados convencionais das palavras que a compõem, obter um significado convencional: em português, a frase *"Eu gosto de batatas"* significa que o indivíduo que está falando (*eu*) sente algum prazer em relação ao referido alimento.

Uma das principais diferenças entre a significação verbal e a significação não verbal está na eficiência de que a primeira dispõe para exprimir mensagens precisas. Não é à toa que usamos a língua a todo momento para dar instruções. Se você disser a alguém "Por favor, entre no meu quarto, abra a terceira gaveta da escrivaninha e pegue a minha carteira", a pessoa a quem você disse isso poderá fazer exatamente o que você pediu, interpretando a mensagem a partir dos significados convencionais que a constituem. Pense agora em como seria mais difícil dar essa instrução complexa por meio de uma dança, de um gesto, de uma música (sem letra) ou mesmo de uma imagem.

É preciso notar, no entanto, que a língua também pode ser usada para transmitir significados menos precisos, mais abstratos. Alguns poemas, por exemplo, como manifestações verbais, são por vezes difíceis de compreender objetivamente: muitas vezes, não se sabe ao certo o que cada verso significa, e a combinação de palavras usada em sua elaboração pode desafiar qualquer convenção linguística, produzindo sentidos extremamente abstratos. Como você pode

perceber, a língua natural é um sistema de signos bastante flexível, e é isso que faz dela a linguagem mais completa de que se tem notícia.

Ao longo da disciplina retomaremos diversos dos conceitos que foram mencionados nesta seção. Por ora, você deve se concentrar no fato de que a significação verbal envolve convenção (que pode ser entendida como um “acordo” entre os falantes de uma mesma língua sobre o que certas formas linguísticas significam ou simplesmente como uma relação estável entre formas linguísticas e significados), interpretação (o modo como o falante compreende o significado de uma manifestação verbal) e intenção (o propósito do falante ao usar determinada forma linguística). Diferentes teorias lidam com essas noções de diferentes modos, e você estudará as principais delas nas próximas unidades.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio, enquanto especialista em questões da significação que está contribuindo para o desenvolvimento de um sistema de *chat* automatizado é discutir as possíveis dificuldades que esse sistema pode enfrentar se for permitido que as pessoas usem *emoticons* e *emojis* nas conversas. Confira, a seguir, uma solução possível para esse desafio:

As dificuldades de usar os *emoticons* ou *emojis* no sistema de *chat* que está sendo desenvolvido estão associadas ao fato de esses signos não serem signos convencionais. Eles podem ser classificados como *ícones*, pelo fato de exibirem uma semelhança com um dos elementos que representam: cada *emoticon/emoji* representa um rosto com algum tipo de expressão, e esse rosto representado é facilmente identificado por causa de sua semelhança com um rosto de verdade (identifica-se com facilidade um rosto triste, feliz, espantado etc.).

Ocorre que esses mesmos signos são usados para significar coisas muito específicas em situações muito específicas. Um rosto feliz depois da resposta a um enigma pode significar que a resposta está correta; em outras situações, pode significar simplesmente que quem o enviou se sente feliz por ter ouvido/lido determinada notícia de seu interlocutor.

Como não existe um sentido único associado ao uso desses ícones, a interpretação de seu significado depende da interpretação

do contexto e de uma previsão de qual é a intenção do falante que usou o signo. O uso desses recursos pelos seres humanos já costuma dar lugar a mal-entendidos, uma vez que, por não se tratar de signos verbais, não há a possibilidade de explicitar, de maneira clara, o que se quer expressar com a escolha do signo. A interpretação desses usos por parte dos computadores deve ser ainda mais difícil, uma vez que eles não supõem as intenções de seu interlocutor do modo como fazem as pessoas, sobretudo quando as informações fornecidas por esse interlocutor são ambíguas e imprecisas.

Esse fato pode levar a muitos mal-entendidos no uso do *chat*, o que não é desejável para a empresa que vai usá-lo, uma vez que a insatisfação dos clientes em relação ao atendimento pode resultar na perda desses clientes e em prejuízos para a empresa. Diante disso, talvez seja melhor não tornar disponível por ora o recurso em questão no chat, restringindo o diálogo ao uso dos signos linguísticos.

Faça valer a pena

1. A significação é conceituada de diferentes modos por diferentes abordagens teóricas. Existem abordagens que a encaram como um fenômeno que existe independentemente do indivíduo e algumas que a concebem como um fenômeno que se manifesta por meio de um ato de interpretação (e, portanto, por meio de uma ação do indivíduo). De todo modo, alguns desses dois tipos de abordagem costumam levar em conta certas entidades (objetos, marcas, fenômenos etc.) que se associam a algum significado.

Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa com o termo que denomina genericamente as entidades em questão:

- a) Palavra.
- b) Ícone.
- c) Signo.
- d) Símbolo.
- e) Índice.

2. Na Semiótica, que é uma disciplina que estuda a significação pela análise dos signos em geral (de natureza verbal e não verbal), há uma classificação ternária, proposta pelo filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce, que subdivide os signos em *símbolos*, *índices* e *ícones*.

Levando em conta essa informação e seu conhecimento sobre os tipos de signo em questão, assinale a alternativa que exemplifica um signo que atua simultaneamente como símbolo e como ícone.

- a) A Estátua da Liberdade nos Estados Unidos.
- b) O desenho de uma mulher na porta de um banheiro.
- c) Uma fumaça negra avistada de longe.
- d) A mensagem "Estou em horário de almoço" afixada na porta.
- e) A fotografia de um parente próximo.

3. Nos estudos da significação, costuma-se investigar o modo como certas entidades (objetos, imagens, fenômenos etc.) se associam a certos significados. Quando se estuda a significação verbal, assume-se a existência de uma relação entre os significados e certas *formas linguísticas*. Tendo essa informação como motivação, avalie como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

() As formas linguísticas em questão são consideradas *signos* por algumas abordagens teóricas.

() As formas linguísticas que estão envolvidas na significação verbal são as frases.

() O significado associado às formas linguísticas só pode ser depreendido contextualmente.

() Morfemas são unidades dotadas de significado e, portanto, fazem parte da significação verbal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

a) V – V – V – V.

b) V – V – V – F.

c) V – F – V – V.

d) V – F – F – V.

e) F – F – F – V.

Seção 1.2

Sentido e referência

Diálogo aberto

Prezado aluno,

A ideia de que usamos a língua para fazer referência a coisas que estão fora dela deve ser, para você, uma ideia pouco surpreendente, já que esse é um dos usos mais comuns que fazemos dela – todos os dias lidamos com diferentes objetos aos quais fazemos referência por meio de diferentes expressões linguísticas.

Embora a *referência* seja um dos fenômenos da significação, ela não é o único, e, por isso, não podemos dizer que o significado ou o sentido de uma expressão corresponda àquilo que ela *refere*. Nesta seção, vamos discutir as diferenças existentes entre as noções de *sentido e referência* nos estudos da significação linguística e explorar alguns conceitos associados.

Como você deve se lembrar, nesta unidade, você está trabalhando como especialista em fenômenos da significação para uma empresa que está desenvolvendo um sistema de *chat* automatizado. Enquanto avaliava o processamento da significação linguística realizado pelos computadores, você se deparou com um novo problema de desempenho: o sistema de *chat* em desenvolvimento será usado por um banco para negociar com os clientes o fornecimento de empréstimos; no *chat*, o cliente começa a conversar com o “atendente”, que lhe faz algumas perguntas para avaliar se ele é ou não elegível para o recebimento de empréstimo. Duas das perguntas feitas pelo sistema são: “Você está trabalhando?” e “Você está estudando?” Ao fazerem alguns testes, os profissionais responsáveis pela criação do sistema perceberam que, quando se responde às duas perguntas negativamente, o sistema, recorrendo a um banco de dados lexical, fornece a seguinte resposta ao cliente: “Bom, infelizmente, como você é um *desocupado*, neste momento você não está elegível para o recebimento do empréstimo”.

Vários de seus colegas de trabalho concluíram que a escolha da palavra em destaque pelo sistema não é adequada para uma interação

com um cliente (embora alguns tenham dito que o computador, de certo modo, estava certo em termos semânticos, pois o cliente hipotético seria, de fato, um desocupado). Sua tarefa é identificar o problema na escolha da palavra pelo sistema, recorrendo às noções de *sentido*, *referência*, *conotação* e *denotação* e à aplicação desses fenômenos no dia a dia da interação linguística, que deve ser considerada pelo sistema. Estude com atenção, portanto, cada um desses conceitos, que, como você verá ao longo desta seção, estão fortemente associados.

Não pode faltar

Qualquer pessoa que decida estudar a significação linguística vai se deparar, já nos primeiros momentos de sua reflexão, com a necessidade de distinguir certos aspectos desse fenômeno que, no dia a dia, passam despercebidos pela maioria das pessoas. Esses aspectos precisam ser destacados quando se pretende tratar, de modo sistemático, da constituição do sentido e dos diferentes elementos aos quais ele se associa.

Em determinados momentos, os falantes chegam a refletir sobre esses aspectos da significação, mas tais reflexões visam a atender certas necessidades comunicativas, e não a compreender de modo sistemático o funcionamento desse fenômeno. Você já deve ter ouvido, por exemplo, perguntas do tipo “O que x significa?”, “O que quer dizer x?” ou mesmo “O que é x?” (nas quais x substitui a palavra ou coisa da qual se quer obter mais informações) e, provavelmente, deve ter refletido sobre a relação entre as palavras e as coisas antes de responder a algumas delas. Essa relação entre palavras e coisas é um tema muito antigo e controverso nas reflexões sobre a significação e permanece polêmico nos estudos atuais da significação linguística.

Faz parte do senso comum a ideia de que a língua serve para falar das “coisas”, ou seja, de entidades que não fazem parte dela e para as quais se precisa ou quer chamar a atenção de algum modo. Além disso, é extremamente comum que as pessoas associem a ideia de *significado de uma expressão* ao elemento extralinguístico que ela indica.

Imagine, por exemplo, a situação em que você se dirige ao atendente de uma padaria e pede a ele alguns pãezinhos, dizendo

a seguinte frase: "Por favor, eu quero os *quatro pãezinhos mais branquinhos*". A expressão *os quatro pãezinhos mais branquinhos* é o que permite ao atendente identificar, entre os pães disponíveis na padaria, aqueles que você quer comprar. Situações como essa nos dão a impressão de que certas expressões linguísticas (como *os quatro pãezinhos mais branquinhos*) se correlacionam a certas entidades do mundo extralinguístico, o que nos permite identificar exatamente aquilo de que desejamos falar, aquilo que queremos que alguém localize, veja, pegue, use, observe etc. Essa impressão está, de fato, correta e deve ser encarada, na verdade, como uma conclusão racional e dificilmente refutável. É difícil encontrar, por exemplo, teorias da significação que neguem o fato de que certas expressões linguísticas se associam, de algum modo, a entidades mais ou menos identificáveis no mundo. O que existe são teorias que negam que essa relação seja um aspecto relevante a estudar quando o que está em questão é a significação linguística. Em outras palavras, para algumas dessas teorias, a relação entre as expressões linguísticas e as coisas no mundo não é um fenômeno, de fato, linguístico, mas de outra natureza, e, portanto, não deve ser considerada no estudo da significação linguística.

Antes de passarmos, no entanto, ao tratamento que as diferentes posições teóricas dão a esse aspecto da significação, vamos explorar um pouco mais as ideias que o senso comum costuma evocar quando se trata de tal assunto. Imagine, agora, a situação em que uma criança lhe pergunta o que é ou o que significa *onça-pintada*. Como você responderia a essa pergunta? Uma das maneiras de tirar a dúvida da criança seria, caso você tivesse a sorte de estar perto de um desses animais, apontar para ele e dizer "Isso é uma onça-pintada". Procedimentos como esse, que consistem em *demonstrar* o que uma expressão significa pela indicação direta da entidade com a qual ela é capaz de se relacionar, são extremamente comuns nos usos linguísticos, e a frequência desse fenômeno costuma fazer algumas pessoas entenderem que o significado de uma expressão corresponde à entidade extralinguística que ela indica.



Neste texto, palavras como **entidade** e **objeto** são usadas em um sentido amplo: com elas, faz-se referência às coisas, animadas ou inanimadas, humanas ou não humanas, reais ou imaginárias, que são indicadas por um signo qualquer.

A ideia de que o significado ou sentido de uma expressão é aquilo que ela indica no mundo extralinguístico é muito antiga e se preservou durante muito tempo, sem que alguém afirmasse categoricamente que ela é equivocada. Em 1892, no entanto, um filósofo, lógico e matemático alemão chamado Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925) estabeleceu a distinção entre o que ele chamou de sentido e *referência*, em uma de suas publicações mais famosas, denominada *Sobre o sentido e a referência* (FREGE, 2009). Para esse estudioso, a referência é o objeto particular do mundo que um signo (ou *signal*) designa, e o sentido é o modo de apresentação desse objeto.

Frege (2009) demonstra que o sentido de uma expressão não corresponde ao objeto que ela designa, valendo-se das relações de identidade que os signos são capazes de representar. Esse tipo de relação pode ser expresso, por exemplo, por "a = b" (referindo-se a e b a um mesmo valor numérico), ou por uma sentença do tipo "O país americano que tem como língua oficial o português é o país mais extenso da América Latina" (referindo-se ao *Brasil*). Veja que, ao analisarmos essa sentença em termos de sentido e referência, identificamos como referência um país específico, que é o Brasil, e, ao mesmo tempo, observamos dois modos diferentes de apresentar esse objeto do mundo. Com a expressão "o país americano que tem como língua oficial o português", destacamos desse objeto uma de suas características político-culturais (que é ter como língua oficial o português); por outro lado, com a expressão "o país mais extenso da América Latina", destacamos desse mesmo objeto uma de suas características físicas. A primeira expressão não tem o mesmo sentido que a segunda, mas ambas têm a mesma referência.



As sentenças de identidade, em termos de sentido e referência, podem ser usadas para dizer algo novo sobre um mesmo objeto do mundo. Se alguém disser, por exemplo, “Meu irmão mais velho é a pessoa mais alta da minha família”, seu interlocutor obterá uma informação nova sobre a pessoa em questão (a de que ela é a pessoa mais alta da família), sendo essa pessoa referida pelas duas expressões presentes na sentença.

Agora que você conhece a distinção entre sentido e referência proposta por Frege, que tal retomar os dois primeiros exemplos apresentados na seção e tentar analisá-los, levando em conta esses conceitos? A expressão “os quatro pãezinhos mais branquinhos” tem uma referência que corresponde aos quatro pães (presentes naquela padaria e naquele momento) que tinham tal característica. Veja que o modo de apresentação do objeto (ou seja, o sentido) é o que permite que o atendente localize os pães que você, o cliente, deseja comprar. Isso nos mostra que o modo de apresentação do objeto pode ser uma informação que permite distingui-lo de outros objetos.

É preciso notar, entretanto, que o fato de uma expressão ter um sentido não garante que a referência dessa expressão possa ser identificada. Imagine o que aconteceria se, no lugar da sentença “Por favor, eu quero os quatro pãezinhos mais branquinhos”, você dissesse “Por favor, eu quero os quatro pãezinhos que estão do jeito que eu mais gosto”. Embora essa nova sentença tenha um sentido que é decodificado pelo interlocutor, ela não lhe permite identificar os pães desejados – ele sabe, em um nível básico de interpretação (fundamentada na composição entre os elementos da sentença), o que quer dizer “estar do jeito que alguém gosta” (há um x tal que x tem as características que um indivíduo y aprecia); o que ele pode não saber é quais características são essas, o que faz com que a referência dessa expressão não seja identificável por ele.

Retomemos agora o exemplo em que se diz a uma criança o que é uma onça-pintada. A palavra onça-pintada, ao constituir certas expressões, indica uma referência, que equivale a um animal específico. Ocorre que a palavra onça-pintada tem também um sentido, ou seja, corresponde a um modo de apresentação

desse animal. Tal modo de apresentação destaca uma de suas características físicas mais marcantes, que é possuir diversas manchas pelo corpo.

Com esses exemplos, podemos concluir que, apesar de, em nosso cotidiano, ser muito comum, por questões de praticidade, relacionarmos a significação diretamente à referência, haverá sempre ao menos um sentido associado a essa referência, que pode ou não ser informativo o suficiente para que os interlocutores identifiquem uma mesma entidade e possam tratar dela ou tomar alguma atitude em relação a ela (ao receber uma instrução, por exemplo).

O conceito de referência proposto por Frege é considerado por diversas teorias da significação na Linguística; entretanto, atualmente costuma-se fazer uma distinção entre referência e referente. A referência é considerada o processo por meio do qual uma expressão linguística se relaciona com uma entidade, e o referente corresponde à própria entidade. A partir deste ponto, usaremos esses termos e os conceitos a eles associados.



Assimile

Nos estudos linguísticos atuais, os termos *referência* e *referente* costumam ser usados com os seguintes significados:

Referência: processo por meio do qual uma expressão linguística se associa a uma entidade, em geral extralinguística.

Referente: entidade indicada por uma expressão linguística, por meio do processo de *referência*.

É preciso destacar que nem sempre o modo de apresentação de um referente (o sentido) indica, de maneira clara, uma das características desse referente (como ocorre em a *onça-pintada*). Pensemos, por exemplo, na expressão a *caneta*. Ela, com certeza, tem um referente, que é um objeto específico que alguém usa para escrever. A palavra que nomeia esse objeto, no entanto, talvez não faça os falantes atuais de português reconhecerem, na própria palavra, qualquer característica desse objeto. É provável que, atualmente, os falantes de português não tenham consciência de que a palavra *caneta* resulta da combinação entre a palavra

cana (associada a *tubo*) e o sufixo *-eta* (formador de substantivos), combinação que, em outros momentos, era usada mais claramente para destacar uma propriedade do objeto indicado pela palavra (um pequeno tubo ao qual se incorporava o material que permite escrever). Será possível dizer que a palavra *caneta* tem um sentido, se considerarmos apenas a sincronia linguística, isto é, apenas a significação que o signo *caneta* produz entre os falantes atuais da língua portuguesa? Na verdade, sim. Vejamos o porquê.

O sentido se constitui de dois tipos de elementos: *elementos conceituais* e *elementos afetivos* (ILARI, 2011). Os elementos conceituais são aqueles que indicam, de forma relativamente neutra e objetiva, as características daquilo de que estamos tratando (e aqui não estamos falando do referente, mas do sentido da expressão). O *conceito* associado a uma palavra pode ser entendido como uma espécie de definição que o falante sempre pode recuperar quando ele ou seu interlocutor fazem uso dessa palavra. A palavra *caneta*, por exemplo, está associada ao seguinte conceito: *instrumento em forma de tubo que contém tinta e que serve para escrever*. Note que esse conceito não corresponde ao referente; ele é, na verdade, uma instrução geral que permite identificar, a partir de diferentes expressões constituídas pela palavra, diversos referentes específicos. Quando se usa a expressão “a minha caneta” em “Perdi a minha caneta”, o objeto no mundo ao qual ela se refere, além de ser “meu”, pode ter diversas propriedades particulares que o distinguem de outras canetas (pode se tratar de uma caneta de tinta preta, uma caneta de tubo transparente ou opaco, uma caneta que tem tampa ou que não tem tampa etc.), mas, em termos conceituais, o sentido de caneta é o mesmo, fornece o mesmo tipo de instrução.

Deve-se levar em conta que podem ser agregados a uma expressão linguística outros conceitos, que dizem algo a mais sobre o referente (e esse algo a mais também constitui o sentido). Se alguém disser, por exemplo, “Perdi a minha caneta azul”, o conceito anterior de caneta continua presente na expressão “a minha caneta azul”, mas se atribui agora uma propriedade à caneta – trata-se de um novo modo de apresentação do referente, que fornece uma informação a mais sobre ele e que pode ajudar a identificá-lo.

Diferentemente nos elementos conceituais, os elementos afetivos do sentido são aqueles que provocam certas associações,

reações, sentimentos, lembranças. Ao sentido da palavra *caneta* está associado algum elemento afetivo, pois ela é adquirida e usada pelos falantes em contextos que envolvem a experiência de significação que eles têm com a palavra. Há alguns exemplos nos quais esses elementos afetivos ficam mais evidentes. Considere, por exemplo, as palavras *baixo*, *baixinho* e *tampinha*. Em certa medida, essas palavras são sinônimas (no sentido de estarem mais ou menos associadas ao mesmo conceito – *pessoa que tem uma estatura que está abaixo de certo nível*). Elas estão, entretanto, associadas a diferentes elementos afetivos, que também significam. O uso da palavra *tampinha* pode provocar reações diferentes daquelas que as outras palavras provocam em quem é referido por elas; ao mesmo tempo, elas podem indicar certa atitude ou avaliação de quem as usa (provavelmente, o fato de uma pessoa se referir a alguém pelo uso da palavra *tampinha* está associado ao fato de tal pessoa avaliar negativamente a baixa estatura do indivíduo). Note, portanto, que, ainda que o referente que se tem como alvo quando se usa cada uma dessas palavras seja o mesmo, elas não significam a mesma coisa, haja vista o fato de, como vimos anteriormente, o sentido não corresponder ao referente.



Refleta

Os xingamentos fazem parte da história das diversas línguas e, muitas vezes, envolvem a remissão a características que, de certa forma, fazem parte dos indivíduos a quem se direcionam. Algumas pessoas se valem desse fato para justificar o xingamento. Você acha que, considerando a distinção teórica entre sentido e referência, pode-se sustentar justificativas como essa? Há algum contra-argumento que o indivíduo *xingado* poderia usar para descartar tal justificativa?

Os elementos conceituais e afetivos do sentido estão associados aos conceitos relativamente difundidos de *sentido denotativo* e *sentido conotativo*. O sentido denotativo decorre da associação convencional e básica que existe entre um signo linguístico e o conceito que ele veicula, enquanto o sentido conotativo envolve informações que estão para além desse sentido básico. O sentido denotativo é também chamado de *sentido literal* ou *sentido de dicionário*, em referência às definições mais básicas de uma palavra

que são apresentadas em um dicionário. O sentido *conotativo*, por outro lado, envolve o chamado sentido *figurado*, que está associado a extensões de sentido a partir do sentido denotativo. Ele envolve também tudo o que o uso de uma palavra ou expressão *sugere* (conota). Por exemplo, se uma pessoa usa a palavra *toalete* no lugar de *banheiro*, esse uso pode sugerir formalidade, elegância ou, em alguns casos e para algumas pessoas, até certo pedantismo (são conotações que a palavra produz).



Exemplificando

Alguns dicionários costumam fornecer indicações dos elementos afetivos/conotativos do sentido de uma palavra em seus verbetes. Observe o exemplo a seguir, proveniente do dicionário Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, [s.p]):



tampinha

[...]

**3. (substantivo de dois gêneros) Uso: *informal, jocoso ou pejorativo*
pessoa de estatura muito baixa**

Veja que a indicação uso destaca certas conotações que essas palavras podem gerar e que essa indicação está separada da definição da palavra, que, em geral, corresponde ao elemento conceitual do sentido.

Como você pôde ver até aqui, a distinção introduzida por Frege entre *sentido* e *referência* abriu caminho para uma série de discussões sobre a significação linguística. É preciso destacar, no entanto, que as diferentes teorias da significação consideram ou priorizam um ou outro desses dois aspectos de modos distintos. As teorias da significação que priorizam a referência são chamadas de teorias *referencialistas*, e as teorias que, ao tratarem do fenômeno em questão, descartam ou deixam em segundo plano a referência são chamadas de teorias *não referencialistas*. Ao longo desta disciplina, você vai estudar algumas teorias representantes de cada um desses dois tipos. A seguir, apresentaremos dois exemplos de teorias não referencialistas, para que você compreenda, comparativamente à

noção de *referência* proposta por Frege, como é possível tratar da significação sem colocar esse aspecto em evidência.

A primeira reflexão sobre a significação produzida na Linguística, enquanto disciplina definitivamente reconhecida como tal, foi a de Ferdinand de Saussure, em seu Curso de Linguística Geral (1916), e essa reflexão está intimamente associada ao conceito de signo linguístico proposto pelo linguista. Para Saussure, o signo linguístico é uma entidade composta por dois elementos de natureza psíquica – um significante (ou imagem acústica) e um significado (ou conceito). Significante e significado integram o signo linguístico por meio de uma associação mental.

Saussure não trata da significação como uma relação entre uma entidade linguística e uma entidade extralinguística, como Frege faz; o objeto no mundo, referido pelo signo, não está no centro dos interesses do linguista. Para ele, a significação envolve a relação convencional que se estabelece entre um conceito e uma imagem acústica, e esses dois elementos são tratados como elementos linguísticos, pois integram o signo linguístico.

Esses aspectos da teoria do signo de Saussure a caracterizam como uma teoria *não referencialista* da significação linguística. Alguns linguistas posteriores a ele se filiarão a essa proposta de encarar a significação como uma relação que envolve apenas os elementos que estão na própria língua, sem considerar ou valorizar elementos extralinguísticos.

Mais recentemente, algumas teorias que lidam com a construção de sentido nos diferentes tipos de texto (como as da Linguística Textual) propuseram que o conceito de referência fosse substituído nos estudos da significação pelo conceito de *referenciação*. O que está na base desse conceito é a ideia de que há uma instabilidade nas relações entre as palavras e as coisas e que os referentes dos quais a língua trata não equivalem aos objetos do mundo, mas a *objetos de discurso*, que vão sendo construídos pelos falantes na progressão discursiva (KOCH, 2009). O uso do sufixo *-ção* no termo *referenciação* enfatiza essa ideia de construção de referentes por meio da linguagem.

A teoria da referenciação não nega a existência da realidade extralinguística, apenas entende que existe uma reelaboração dos dados que os falantes detectam sensorialmente, a fim de que

possam apreendê-los e compreendê-los, e que essa reelaboração se estabelece no decorrer do discurso. Nesse sentido, essas teorias tentam se distanciar de uma suposta ideia de relação de espelhamento entre as expressões linguísticas e os objetos no mundo.

É preciso destacar que tanto a referência quanto a referenciação envolvem a questão da significação, pois ambos os conceitos permitem investigar como interpretamos mensagens por meio da língua.



Pesquise mais

Para saber mais sobre as diferenças entre os conceitos de *referência* e *referenciação*, você pode consultar o artigo indicado a seguir:

MENEZES, Vanda Cardozo de. Da referência à referenciação. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 12, p.37-44, 2009. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xiicnlf/12/04.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

Existem várias outras teorias da significação que não se enquadram entre as teorias referencialistas, e, nas seções seguintes, trataremos de algumas delas. É importante que você assimile os conceitos de *referência* e *referente*, pois eles serão retomados oportunamente ao longo da disciplina.

Sem medo de errar

Sua tarefa, nesta seção, é identificar o problema na escolha da palavra *desocupado* pelo sistema de *chat*, que informou a um usuário hipotético que ele não poderia receber um empréstimo do banco por ser um *desocupado* (alguém que não trabalha nem estuda). Recorrendo às noções de *sentido*, *referência*, *conotação* e *denotação*, uma explicação que você poderia apresentar aos desenvolvedores do sistema é a seguinte:

Há, de fato, um problema na escolha da expressão *um desocupado* pelo sistema de *chat*, sobretudo quando se leva em conta o fato de se lidar com o cliente de um banco. A questão que mais importa destacar é a seguinte: a palavra *desocupado*, em termos de denotação, significa, de fato, alguém que não está ocupado (especialmente de trabalho). Considerando-se tal

sentido denotativo, uma sentença como “você é um desocupado” é, em termos de referência, verdadeira se a pessoa à qual se refere a palavra *você* for, de fato, alguém que está sem trabalho, sem estudo etc.

Ocorre que o fato de uma palavra ser capaz de referir algo ou alguém não implica que essa referência constitua a significação como um todo. O sentido (ou o modo de apresentação do referente) também constitui a significação e, em uma conversa, esse modo de apresentação é de extrema importância quando se está preocupado com aspectos como a cordialidade.

O sentido das palavras e das expressões, além das informações “objetivas” que expressa, constitui-se de elementos afetivos, que podem gerar diferentes reações e associações por parte do interlocutor. A palavra *desocupado*, no enunciado em que foi usada, pode dar a entender que a empresa, representada na figura do assistente automatizado, está desaprovando ou depreciando o cliente. Em algumas situações, entende-se que um desocupado é alguém que não trabalha porque não quer, estando a palavra associada a sinônimos como *preguiçoso*, *folgado*, *vagabundo* etc. Trata-se de um efeito conotativo da palavra que pode se manifestar em alguns contextos.

O erro do computador decorre, provavelmente, da falta de informações sobre os elementos afetivos da palavra em questão. Pode ser que o banco de dados ao qual o sistema se remeteu durante a conversa disponha apenas de informações sobre o sentido denotativo dessa e de outras palavras, o que pode dar lugar a problemas semelhantes no futuro.

Uma solução para tentarmos melhorar esse aspecto da comunicação entre o atendente automatizado e o cliente é inserir o maior número de informações possível sobre as palavras no banco de dados e categorizar essas informações em termos de sentido denotativo e conotativo (levando em conta os elementos conceituais e afetivos do sentido). Além disso, é preciso criar condições para que o sistema entenda quais conotações devem ser evitadas e forneça estruturas alternativas – por exemplo: no caso em questão, o sistema poderia simplesmente dizer “Como você não está trabalhando nem estudando, neste momento você não está elegível para o recebimento do empréstimo”.

Trata-se de uma tarefa complexa, pois nós, enquanto falantes reais da língua, temos um conhecimento muito refinado dos efeitos que as palavras podem gerar e das situações em que esses efeitos são gerados, e a transferência de todo esse conhecimento para o computador pode dar bastante trabalho. De todo modo, podemos tentar.

Faça valer a pena

1. Quando usamos as línguas naturais em diferentes situações de comunicação, costumamos nos valer de diversos aspectos da significação. Parte do significar envolve relacionar palavras e expressões dentro da própria língua, e outra parte envolve relacionar expressões linguísticas a entidades extralinguísticas, isto é, a objetos que estão fora da língua.

Assinale a alternativa que indica o aspecto da significação que envolve especificamente a relação entre uma forma linguística e uma entidade de natureza extralinguística.

- a) Significado.
- b) Sentido.
- c) Referência.
- d) Conotação.
- e) Conceito.

2. Friedrich Ludwig Gottlob Frege foi um filósofo, lógico e matemático alemão que se tornou célebre entre os estudiosos da significação por ter introduzido a distinção entre *sentido* e *referência*, que é hoje levada em conta por diferentes abordagens teóricas nos estudos da linguagem, embora algumas delas façam uma distinção entre os termos referência e referente, que não foi feita por Frege em *Sobre o sentido e a referência*.

Com base nessa informação, assinale a alternativa que descreve corretamente (e respectivamente) os conceitos de *sentido* e *referência*, conforme introduzidos por Frege em *Sobre o sentido e a referência* (1892).

- a) O objeto que o signo denota / A relação entre um signo e um significado.
- b) A entidade que o signo denota / O significado associado a um objeto.
- c) O modo de apresentação do significado / O objeto que o signo denota.
- d) O modo de apresentação do objeto / O objeto que o signo denota.
- e) O modo de apresentação do objeto / A relação entre um signo e um significado.

3. Entre as teorias linguísticas que lidam com a significação, há diferenças entre aquelas que se valem do conceito de *referência* e aquelas que se valem do conceito de *referenciação*, estando estas últimas, em geral, associadas aos estudos do texto e do discurso.

Considerando essa informação, avalie como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

() A referenciação é a relação entre as expressões linguísticas e os objetos do mundo.

() Tanto a referência quanto a referenciação implicam visões referencialistas da língua.

() A referenciação envolve a construção de referentes, também chamados *objetos de discurso*.

() A referência e a referenciação são fenômenos estudados por disciplinas que lidam com a significação.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) F – F – F – V.

b) F – F – V – V.

c) F – V – V – V.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – F.

Seção 1.3

Semântica e Pragmática

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Você já usou alguma vez os termos *semântica* ou *semântico* para se referir a fenômenos da significação linguística? E quanto aos termos *pragmática* e *pragmático*? Você está familiarizado com eles? Nesta seção, você vai descobrir que esses termos estão associados às duas principais disciplinas, que lidam com a significação nas línguas naturais: a Semântica e a Pragmática.

Como você deve se lembrar, nesta unidade, você está atuando, em uma empresa que investe em inteligência artificial, justamente como especialista nessas duas áreas da significação linguística e agora, mais do que nunca, terá a chance de demonstrar seu domínio sobre essas duas áreas.

O sistema de *chat* automatizado que a empresa está desenvolvendo apresentou uma nova falha. Durante um novo teste, o *chat* foi usado numa situação hipotética em que um cliente entra em contato com um banco para dizer que não está conseguindo pagar suas compras com o cartão de débito. Para que o sistema de conta-corrente, por intermédio do sistema de chat identifique uma causa possível para o problema, é preciso que este segundo sistema obtenha algumas informações do cliente. Isso ocorre pelo uso de algumas perguntas-padrão feitas pelo atendente automatizado, que devem ser respondidas pelo cliente. No teste, o sistema, depois de ter sido inicialmente informado sobre o problema com o uso do cartão, fez a seguinte pergunta: "Você usou seu cartão para saque hoje?", ao que o cliente responde: "Todos os caixas eletrônicos da agência estavam inoperantes". Ao receber essa mensagem, a única resposta que o sistema de *chat* conseguiu fornecer foi a mesma pergunta feita anteriormente – ou seja, aparentemente o sistema não estava recebendo do cliente uma resposta prevista em seu banco de dados.

Seu desafio, nessa situação, é explicar o porquê da repetição de tal pergunta pelo sistema, levando em conta os seguintes questionamentos: comparando a situação em questão a uma interação entre seres humanos, devemos dizer que a resposta do cliente não é uma resposta à pergunta feita pelo sistema? Se ela não tem sentido de resposta, qual seria seu sentido? Para identificar e discutir o problema no processamento do sentido nessa situação, você deve considerar a realidade da comunicação linguística entre os falantes reais e deve se valer dos conceitos de *semântica*, *pragmática*, *cooperação*, *decodificação* e *inferência*, que serão estudados ao longo da seção. Bom trabalho!

Não pode faltar

É provável que, ao longo de seu percurso escolar, você tenha ouvido algumas vezes o termo *semântica*, que é usado quando se quer falar dos sentidos associados a diferentes unidades linguísticas (como morfemas, palavras, sentenças etc.). Há, no entanto, outro termo relativo à significação linguística que, embora pouco conhecido no ambiente escolar, é comumente usado nos estudos acadêmicos da linguagem para tratar da produção de sentidos; trata-se do termo *pragmática*.

Semântica e pragmática podem ser entendidos como dois componentes da comunicação verbal associados à produção e à interpretação de sentidos, e há uma disciplina homônima para cada um desses componentes: a Semântica e a Pragmática. Nesta seção, discutiremos as semelhanças e as diferenças entre esses dois componentes e, conseqüentemente, entre essas duas disciplinas.

A semelhança mais importante entre a Semântica e a Pragmática está no fato de ambas lidarem com a significação linguística, que pode ser definida como a produção ou **a interpretação de significados a partir de uma língua natural**. As línguas naturais se caracterizam por permitirem a transmissão de mensagens constituídas, necessariamente, de uma parte formal (os sons, as palavras, as sentenças etc.) e de uma parte significativa (que pode ser entendida como conteúdo, informação, significado, pensamento etc., a depender da teoria linguística com a qual se esteja lidando).

A semântica está, em geral, associada aos significados relativamente estáveis que uma língua constituiu ao longo do tempo e que podem ser estudados sem que seja necessário considerar as intenções do falante que produziu o enunciado e o contexto comunicativo em que ele foi produzido. Vejamos um exemplo:

(1) Eu estou triste hoje.

Em uma sentença como (1), mesmo que desconsideremos o fato de que alguém, em uma situação específica, pode tê-la usado, conseguimos analisar sua significação: em português, a palavra *eu* indica o indivíduo que está produzindo o enunciado, e a palavra *hoje* corresponde ao dia em que essa enunciação está ocorrendo; a união entre as palavras *estou* e *triste* e sua associação com as demais palavras informam que, no momento em que tal indivíduo profere tal enunciado, ele está experienciando um sentimento, em geral, desagradável, que se caracteriza pela falta de alegria, de ânimo, de prazer. Veja que, nesse tipo de análise, não importa sabermos se a pessoa que disse tal coisa está realmente triste, se está fingindo estar no estado em questão, se está sendo irônica, se está querendo convencer alguém a lhe fazer algo a partir dessa informação etc., embora todas essas situações sejam possíveis em contextos específicos.

A significação que se pode depreender da sentença em questão (fora de contexto) é uma significação semântica, uma significação que, dada a estabilidade dos significados das palavras e do modo como esses significados se combinam na sentença, pode ser estudada sem que seja necessário fazer remissão ao contexto da produção linguística e sem que seja necessário considerar ou supor a intenção do falante.

Outro modo de considerar os aspectos semânticos da significação linguística consiste em tratar a língua como um *código* ou, em outras palavras, como um sistema que possibilita a construção e a transmissão de mensagens, e entender que os processos semânticos envolvem, em certa medida, *codificação* e *decodificação*. Quando um falante cria sua mensagem linguística, ele codifica nas formas da língua os significados que quer expressar, e seu interlocutor, ao ter acesso a essas formas, caso domine o código, poderá decodificar

esses significados e compreender a mensagem. Note que um código precisa ser dotado de uma grande quantidade de elementos convencionais e estáveis para que a troca de mensagens seja eficaz; se não houvesse associações estáveis entre formas e significados, a comunicação em uma língua natural seria extremamente difícil e, talvez, impossível. Esse tipo de codificação e decodificação é um dos aspectos linguísticos estudados pela Semântica.

Com essa descrição do componente semântico da comunicação linguística (que trata de combinações entre palavras e de fenômenos como a codificação e a decodificação), talvez você tenha tido a impressão de que a semântica envolve apenas os significados que são, de fato, proferidos, ou, em outras palavras, os significados que uma unidade linguística *explicita*. Ocorre que existem informações veiculadas por essas unidades que não estão explicitadas, mas que podem ser inferidas por meio da interpretação da própria unidade linguística, sem a necessidade de recorrer a um contexto. *Inferir* significa deduzir uma informação a partir de determinados indícios. As inferências que se baseiam apenas no conteúdo semântico de uma unidade linguística são *inferências semânticas*, sendo o *acarretamento* e a *pressuposição* seus principais tipos. Vejamos alguns exemplos dessas inferências:

- (2) (a) **Meu melhor amigo é um cachorro.**
 - (b) Meu melhor amigo é um animal.
 - (c) Meu melhor amigo não é um ser humano.

- (3) (a) **João parou de fumar.**
 - (b) João já fumou.

As informações apresentadas pelas sentenças (2b) e (2c) podem ser inferidas da sentença (2a), assim como a informação da sentença (3b) pode ser inferida da sentença (3a). Há, no entanto, uma diferença entre esses dois tipos de inferência: o exemplo (2) envolve *acarretamento*, que ocorre quando “a verdade de uma sentença implica a verdade de uma outra, simplesmente pela significação de suas palavras” (ILARI, 2011, p. 85) – se o cachorro é um animal e não é humano, e eu afirmo que o meu melhor amigo é um cachorro,

isso implica que meu melhor amigo não é humano e é um animal; o exemplo (3), por outro lado, envolve uma *pressuposição*, que ocorre quando a informação inferida (pressuposta) não é afetada pela negativa da sentença que produz a inferência – se alterarmos a sentença (3a) para *João não parou de fumar*, a informação da sentença (3b) continuará sendo uma informação inferida de (3a).



Assimile

Em diferentes manuais que tratam da significação, os fenômenos que permitem recuperar informações que não estão explícitas na sentença recebem as seguintes denominações: implícitos (ILARI, 2011), **implicações** e **inferências** (CANÇADO, 2012) – esses termos são usados para tratar do mesmo conjunto de fenômenos. Quando as informações são recuperadas por meio de um raciocínio que parte da própria sentença, algumas dessas denominações recebem os adjetivos *semântico(a)* ou *lógico(a)* (ex.: *implicação lógica*, *implicação semântica*, *inferência semântica*, etc.).

É preciso destacar que, apesar das consideráveis estabilidades de sentido encontradas em qualquer língua natural, todas elas produzem complexidades de interpretação/significação, como as ambiguidades e as polissemias, e que algumas abordagens teóricas preferem se concentrar nesses aspectos a lidar com as significações mais estáveis, como as que foram mencionadas anteriormente. De todo modo, as abordagens que recebem o rótulo de *Semântica*, em geral, tendem a lidar com esses aspectos sem recorrer à questão do contexto comunicativo e da intenção do falante, que são aspectos fundamentais para a Pragmática.

Destaque-se que as abordagens teóricas que recebem o nome de Semântica são, atualmente, bastante heterogêneas e que muitas delas consideram diferentes elementos exteriores à língua (por exemplo: a história, a ideologia, o sujeito, etc.) como elementos que atuam na constituição da significação semântica. A distinção tradicional entre Semântica e Pragmática, no entanto, que será discutida aqui, decorre do surgimento desta última disciplina como reação às abordagens da significação linguística que lidavam e ainda lidam com a semântica da *sentença* a partir de uma perspectiva lógica e formal e que se restringiam à interpretação do conteúdo

interno dessa unidade. Para essas abordagens, a questão da combinação entre os elementos da sentença e a dos sentidos estáveis são essenciais.

A Pragmática, em que nos concentraremos agora, lida com aspectos da significação que estão para além do sentido convencional/estabilizado e para além da combinação entre elementos de uma sentença. Nela, importa compreender os sentidos que uma informação introduzida linguisticamente produz no contexto comunicativo, em decorrência da relevância que essa informação tem em tal contexto. Os estudos da Pragmática mostram que, na comunicação linguística, diversas mensagens trocadas entre os falantes não podem ser interpretadas apenas por meio do conteúdo dos enunciados, mas também por meio de *inferências (comunicativas, conversacionais ou pragmáticas)* que os falantes fazem levando em conta as intenções que estão por trás da escolha desses enunciados.



Pesquise mais

Nas páginas indicadas do artigo a seguir, você encontra uma comparação entre os dois principais pontos de vista que orientam o estudo da significação linguística: a Semântica e a Pragmática.

ILARI, Rodolfo. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 110-115, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2321/2270>>. Acesso em: 29 set. 2017.

Um dos conceitos mais discutidos na Pragmática é o de *implicatura conversacional* (um tipo de implicação ou inferência pragmática), que foi proposto pelo filósofo britânico Paul Grice (1913-1988) na segunda metade do século XX em um artigo intitulado *Lógica e conversação* (GRICE, 1982). As implicaturas conversacionais são significados que não estão previstos nas sentenças usadas em uma conversa, mas que surgem quando os falantes associam o uso dessas sentenças ao contexto comunicativo. Vejamos um exemplo:

(4) Contexto: A e B são irmãos e vivem na mesma casa. À noite, ao perceber que estava com fome, A se aproxima de B, que estava assistindo a um filme na TV, e dá início ao seguinte diálogo:

A: Estou com fome.

B: Eu deixei biscoito no armário.

O diálogo apresentado no exemplo (4) gera uma comunicação que depende de significados implícitos. Quando o falante A diz que está com fome, o falante B entende que A está transmitindo essa informação com um propósito que não está indicado na sentença; o falante B deduz que A não quer informar apenas que está com fome, mas também que precisa ou gostaria de comer algo. Quando B diz que deixou biscoito no armário, A provavelmente entende que B está lhe dando essa informação porque não vê problema em que ele coma os referidos biscoitos para matar sua fome – note que essa mensagem também não está indicada linguisticamente na sentença usada por B. Todas essas mensagens implícitas, inferidas pelos interlocutores, são implicaturas conversacionais.

Para Grice (1982), as implicaturas conversacionais são possíveis porque toda interação entre falantes decorre de um princípio de cooperação – os falantes envolvidos em uma conversa reconhecem determinados propósitos na interação, e cada um deles assume que qualquer enunciado produzido por seu interlocutor está sendo usado porque é, de alguma maneira, importante (ou relevante) para aquela conversa. Quando, no exemplo (4), B responde a A que deixou biscoitos no armário, A entende que está autorizado a pegar os biscoitos e a comê-los, sem que B tenha dito isso explicitamente, e isso decorre do fato de A acreditar que B está sendo cooperativo na conversa. Seria estranho se, depois que descobrisse que A comeu os biscoitos, B reclamasse da atitude, dizendo que A não deveria ter cometido tal ato. Por que razão B diria que havia deixado biscoitos no armário, logo depois de saber que A estava com fome, se não estivesse interessado em compartilhá-los com A? O que ocorreu foi que o princípio de cooperação levou B a informar diretamente a A onde havia comida, por assumir que A entenderia que estava autorizado a pegá-la, e A identificou o significado de autorização implícito na fala de B, também movido pelo princípio de cooperação.

Grice associa ao princípio de cooperação as máximas conversacionais, que são regras pressupostas pelos interlocutores quando eles se engajam em qualquer interação linguística. Toda vez que uma dessas máximas é violada, um participante da conversa entende que a violação está associada a algum propósito comunicativo. As máximas conversacionais mencionadas por Grice se organizam em quatro categorias:

(A) Quantidade

- i. Seja tão informativo quanto se espera.
- ii. Não torne sua contribuição mais informativa do que se espera.

(B) Qualidade

- i. Não diga o que você acredita não ser verdade.
- ii. Não diga aquilo que você não tem condições de sustentar com evidências.

(C) Relação

- i. Seja relevante em relação aos objetivos da conversação.

(D) Modo

- i. Evite uma linguagem obscura.
- ii. Evite ambiguidades.
- iii. Seja breve.
- iv. Seja metódico.

As máximas conversacionais não devem ser entendidas como prescrições ou recomendações para um “bom diálogo”. Elas têm um caráter descritivo e decorrem da assunção de que já estão na expectativa geral dos falantes quando eles dialogam entre si. Um diálogo eficaz pode envolver a violação das máximas, pois a violação é significativa e constitutiva da conversação. As máximas funcionam como uma espécie de referencial a partir do qual se interpretam os enunciados que o interlocutor coloca em jogo durante a conversa.



Grice, ao formular as máximas conversacionais, não as trata como recomendações para um diálogo eficaz. Você acha que, apesar disso, o respeito constante a essas máximas traria alguma vantagem para a comunicação linguística? Se as máximas conversacionais nunca pudessem ser violadas, haveria mais perdas ou mais ganhos em termos de comunicação?

As máximas de quantidade, quando violadas, levam o interlocutor a inferir que o fato de dizer de menos ou dizer demais implica alguma mensagem. Imagine que, ao pedir a um amigo informações sobre dois hotéis em que ele já se hospedou, ele diga o seguinte sobre cada um deles: "Este tem cama de casal, frigobar e TV" e "Este tem uma cama confortável, um quarto espaçoso e bonito, tem TV de tela grande e fez com que eu me sentisse em casa". Seu amigo foi pouco informativo a respeito do primeiro hotel (disse, por exemplo, que tem cama de casal, mas deixou de dizer se ela é ou não confortável). Por outro lado, foi mais informativo que o esperado em relação ao outro: além das informações sobre a infraestrutura, deu detalhes de como foi sua experiência no hotel. Embora o amigo não tenha dito explicitamente que recomenda o segundo hotel, a violação da máxima de quantidade, nos dois casos, leva-nos a entender que ele recomenda o segundo, mas não o primeiro.

As máximas de qualidade, quando não são observadas, levam um falante a inferir um significado pelo reconhecimento da falta de verdade ou de credibilidade na fala de seu interlocutor. Um dos melhores exemplos de violação da máxima "Não diga o que você não acredita ser verdade" é a ironia. O pai que entra no quarto bagunçado do filho e diz "Mas que bela visão!" faz o filho avaliar a situação em que o enunciado foi proferido e concluir, tendo em vista o conteúdo do enunciado, que ele provavelmente não expressa o que o pai pensa daquele quarto naquele estado. A mensagem que o enunciado implica é o oposto do que ele expressa semanticamente.

A máxima de relação (ou de relevância) é violada toda vez que o tipo de informação esperada por um dos participantes da conversa não é fornecido pelo interlocutor. Suponha, por exemplo, que, ao perguntar a um amigo quanto ele desembolsou para fazer a incrível

viagem da qual vinha falando, você obtenha a resposta “Caro, foi bem caro”. Essa provavelmente não é a resposta que você esperava receber para uma pergunta que claramente indicava seu interesse em saber o preço da viagem. O enunciado usado como resposta implica que não é conveniente informar o valor da viagem naquela situação, e as razões para essa inconveniência podem ser diversas – por exemplo: seu amigo pode sentir vergonha por ter pago um valor tão alto em uma viagem, a ponto de preferir que essa informação fique oculta para evitar constrangimentos; ele pode, também, acreditar que o valor da viagem está fora do seu orçamento e que, por isso, não convém informá-lo a você.

A máxima da relevância costuma também ser violada em situações nas quais um dos participantes da interação tenta mudar o rumo da conversa, ou “desconversar”, e a desconversa implica determinado significado. Se alguém lhe pergunta “Quantos anos você tem?” e você diz “Nossa, como esta sala está quente!”, sua resposta não tem uma relação esperada com o enunciado da pergunta, e seu interlocutor, acreditando sempre que o que se diz numa conversa deve ter alguma importância, infere que você não deseja informar sua idade, podendo concluir até que você seja uma pessoa de certa idade.

As máximas de modo são incluídas por Grice em uma supermáxima: Seja claro! Elas dizem respeito ao modo como as informações são transmitidas, e sua violação também é significativa. Imagine que você esteja combinando com um amigo os preparativos de uma festa surpresa, quando, de repente, apenas você percebe que o aniversariante se aproximou de onde vocês estão. Nesse momento, você começa a fazer diversos malabarismos em sua fala para tentar passar a informação que precisa, sem que ela revele que você está falando de uma festa de aniversário. Seu interlocutor, ao perceber que você alterou o modo como apresentava as informações (por prolongar as falas, por falar de modo truncado, por usar palavras ambíguas ou faltar à clareza), infere que você não quer passar as informações de modo claro pelo fato de haver alguém no local que não pode ter conhecimento delas.

Como você deve ter notado ao estudar as implicaturas conversacionais, a Pragmática está interessada naquilo que os enunciados usados pelos falantes significam na prática, e não apenas

em virtude das relações semânticas existentes entre as formas linguísticas. Interessam a essa disciplina os efeitos e as atitudes que um falante consegue provocar em seu interlocutor ao dizer algo: o falante B do exemplo (4), ao dizer “Eu deixei biscoito no armário”, consegue fazer o falante A deixar de ter fome, pois é sua fala que faz com que A encontre comida; o falante que, ao dar informações sobre um hotel, apresenta uma série de características que o valorizam tem grandes chances de fazer seu amigo escolher esse hotel para se hospedar. Constatações como essas levaram alguns estudiosos a se interessarem pelas coisas que os falantes conseguem *fazer* ao usar a língua, e essas “coisas” ficaram conhecidas como *atos de fala*.

O filósofo britânico John Langshaw Austin (1911-1960) publicou, em 1962, uma coletânea de conferências que tratam do fato de alguns enunciados serem usados para fazer coisas, e não simplesmente para falar das coisas. O título escolhido para essa coletânea, em inglês, foi *How to do things with words*, que, em português, se traduz por “Como fazer coisas com palavras”, embora tenha sido publicada em português uma versão intitulada *Quando dizer é fazer* (AUSTIN, 1990).

Nessa coletânea, Austin chama a atenção para o fato de que, ao enunciar sentenças como as apresentadas a seguir, não estamos descrevendo o que estamos fazendo ou apenas afirmando que estamos fazendo tal coisa; estamos, na verdade, *fazendo algo ao dizer algo*:

(5) “Aceito” (a noiva ou o noivo em resposta à pergunta de quem ministra um casamento).

(6) “Eu aposto que hoje vai chover”.

(7) “Eu declaro o réu culpado” (a fala final de um juiz em um julgamento).

Austin chamou esses *enunciados de enunciados performativos*, pois, por meio deles, o falante realiza um ato diferente do simples ato de enunciar algo. Quando um dos noivos, em uma cerimônia de casamento, responde “Aceito” à pergunta “Você o(a) aceita como seu/sua legítimo(a) esposo(a)?”, está confirmando, de sua parte, no momento em que enuncia, a união com o outro; quando alguém

diz que aposta que vai chover hoje, não está apenas afirmando que aposta, mas já está apostando; quando o juiz diz que declara o réu culpado, não está dizendo que fez ou que fará isso, mas que o está fazendo naquele exato momento.

A partir dessa constatação, Austin busca no uso da língua diversos outros tipos de enunciados que servem para *fazer algo* e, refletindo sobre os diferentes sentidos de fazer associados ao *dizer*, propõe as seguintes classes de atos de fala:

- (i) **Ato locutivo**: o simples ato de enunciar algo.
- (ii) **Ato ilocutivo**: aquilo que o falante faz ao enunciar, além do próprio ato de enunciar (ex.: prometer, ordenar, avisar, afirmar, etc.).
- (iii) **Ato perlocutivo**: a ação desencadeada pelo ato ilocutivo (ex.: conseguir que alguém cumpra a ordem que lhe foi dada).



Exemplificando

Vejamos como se realizam os atos **locutivo**, **ilocutivo** e **perlocutivo** em um uso linguístico específico:

O chefe de um escritório se dirige a um de seus funcionários e diz "Eu preciso de uma cópia do contrato". Rapidamente, o funcionário lhe entrega essa cópia. Nesse contexto pragmático, o ato locutivo é a fala do chefe, o ato ilocutivo é o pedido ou a ordem que tal fala representa, e o ato perlocutivo é o fato de o chefe fazer o funcionário lhe entregar o que deseja.

Nesta seção, estudamos alguns fenômenos de produção de sentido que envolvem aspectos semânticos e pragmáticos. Partindo da análise de algumas sentenças, vimos que, tanto na semântica quanto na pragmática, existem informações ou sentidos que não são explicitados por essas unidades linguísticas, mas que podem ser inferidos pelos falantes. Tratam-se de implícitos, implicações ou inferências, que envolvem dois tipos de raciocínio: um que se fundamenta exclusivamente na interpretação dos elementos fornecidos pela sentença e um que leva em conta a relação entre a sentença enunciada e o contexto comunicativo em que ela é empregada.

É extremamente importante que você guarde as semelhanças e as diferenças entre os fenômenos semânticos e pragmáticos estudados, pois, apesar de nas próximas seções nos concentrarmos no estudo da semântica, sempre que oportuno, voltaremos a tratar de aspectos pragmáticos da produção e da interpretação de sentidos. Em outro momento, você verá que a distinção entre semântica e pragmática como componentes da significação é questionada por algumas abordagens teóricas, e para entender esse questionamento você deve se lembrar das distinções que foram apresentadas aqui.

Sem medo de errar

Seu desafio nesta seção é explicar por que o sistema de *chat* automatizado está repetindo a pergunta “Você usou seu cartão para saque hoje?” quando o cliente oferece como resposta “Todos os caixas eletrônicos da agência estavam inoperantes”, levando em conta o modo como os falantes reais lidam com esse tipo de interação. Propomos, a seguir, uma solução para esse desafio:

Analisando a interação em questão e levando em conta o modo como a língua é, de fato, usada pelos falantes quando interagem entre si, é possível dizer, sem dúvida, que a resposta do cliente é uma resposta válida à pergunta feita pelo sistema. Quando estamos engajados em um diálogo, usamos diversos recursos para trocar mensagens adequadas ao contexto comunicativo, e muitas vezes esses recursos envolvem a quebra de certas expectativas, que, em boa parte das ocasiões, não prejudica a comunicação.

Na conversação, costuma-se seguir um princípio de cooperação, que corresponde a um acordo implícito entre os participantes, segundo o qual toda contribuição apresentada por um deles deve ser, de algum modo, relevante para o contexto comunicativo. Isso significa que, mesmo quando uma expectativa é quebrada – por exemplo, pelo fato de um falante não ter dito o que se esperava –, assume-se que aquilo que o falante proferiu tem alguma importância para a comunicação. Essa assunção corresponde ao que se tem chamado de inferência: o falante infere um sentido implícito a partir da contribuição linguística oferecida pelo interlocutor.

Numa situação normal de interação, o fato de um dos falantes oferecer como resposta à pergunta “Você usou seu cartão para

saque hoje?” o enunciado “Todos os caixas eletrônicos da agência estavam inoperantes” (em vez de um simples “sim” ou “não”) leva o interlocutor a concluir, fundamentado na crença de que o cliente está sendo cooperativo, que ele não usou o cartão para saque naquele dia, sendo a mensagem apresentada por ele a razão pela qual esse saque não foi realizado.

O sistema de *chat* não foi capaz de inferir o significado implícito na afirmação do cliente provavelmente porque ainda não está programado para realizar inferências pragmáticas como essa. Sua atividade de interpretação tem se resumido à decodificação de significados de natureza semântica. Para que problemas como esse sejam solucionados, será preciso estudar maneiras de alimentar o sistema com informações de natureza pragmática, de modo que aumentem as chances de os significados implícitos serem reconhecidos por ele.

Faça valer a pena

1. A Semântica e a Pragmática são as duas principais disciplinas que lidam com a significação linguística, envolvendo a produção e a interpretação de sentidos implícitos e explícitos. Embora essas disciplinas explorem aspectos distintos do fenômeno em questão, é possível encontrar nelas alguns pontos de semelhança.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que exemplifica um aspecto da significação que costuma ser considerado tanto pela Semântica quanto pela Pragmática.

- a) Intenção.
- b) Propósito.
- c) Cooperação.
- d) Inferência.
- e) Conversação.

2. As inferências, as implicações ou os implícitos de natureza semântica envolvem a recuperação de uma informação por meio de um raciocínio que se fundamenta exclusivamente no significado interno da sentença. O acarretamento e a pressuposição são exemplos desse tipo de inferência/ implicação/ implícito.

Baseando-se nessa informação e em seus conhecimentos sobre as implicações de natureza semântica, assinale a alternativa em que (1) *pressupõe* (2).

- a) (1) Eu tenho gatos / (2) Eu tenho pelo menos um animal doméstico.
- b) (1) Pedro descobriu quem comeu seu bolo / (2) Alguém comeu o bolo de Pedro.
- c) (1) A aula de João começa às dez da manhã / (2) A aula de João começa antes do meio-dia.
- d) (1) Estou em jejum há 24 horas / (2) Não como desde ontem.
- e) (1) Ana comprou sandálias para ela mesma / Ana tem ao menos um calçado.

3. Imagine a situação em que, à mesa de jantar, você se dirige a uma das pessoas que o(a) acompanham na refeição e diz o seguinte, com a intenção de que ela lhe passe o sal: "Você pode me passar o sal?" A pessoa, então, simplesmente lhe responde "Posso", sem tomar a atitude que você esperava que ela tomasse. O uso da língua na interação em questão envolve aspectos semânticos e pragmáticos.

Levando em conta essa informação e a situação apresentada, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

- () O interlocutor não reconheceu o ato locutivo produzido pelo uso da primeira sentença.
- () O interlocutor, do ponto de vista semântico, respondeu corretamente à pergunta.
- () Você não produziu um enunciado cujo ato ilocutivo associado corresponde a um pedido.
- () Você produziu um enunciado cujo ato perlocutivo associado deveria corresponder à entrega do sal.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – V – V.
- c) F – V – V – V.
- d) F – F – F – V.
- e) F – V – F – V.

Referências

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.
- FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2009. p. 129-158.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Campinas: Edição do Organizador, 1982. p. 81-103. Vol. IV.
- ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOAIAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

A semântica do léxico

Convite ao estudo

Prezado aluno,

Nesta unidade, vamos nos dedicar ao estudo semântico do léxico, ou, dito de outro modo, ao estudo da significação das palavras de uma língua. Você deve estar familiarizado com o fato de as palavras significarem, pois desde criança, como falante de uma língua natural, você usa perguntas do tipo "O que essa palavra significa?". Ao longo da unidade, você verá que há muito o que explorar na significação das palavras, além das respostas a essa pergunta, pois, dentro de um sistema linguístico, ocorrem entre as palavras diversas relações de sentido.

Para estudarmos essas relações, trabalharemos em um contexto recreativo no qual refletir sobre a significação das palavras é uma tarefa essencial. Esse contexto é o do jogo stop, também conhecido como *adedonha* em alguns locais do Brasil. O jogo consiste basicamente em criar determinado número de colunas em um papel e atribuir a cada coluna uma categoria (ex.: *animal, cor, nome, fruta, comida*, etc.). Depois de sorteada uma letra, os participantes do jogo devem, o mais rápido que conseguirem, incluir uma palavra iniciada por essa letra em cada coluna. A palavra deve se referir a uma entidade que pertença, de fato, à categoria indicada na coluna. Se esse critério não for atendido, o participante não obtém pontos pela palavra que escolheu.

Esse jogo costuma gerar muitas polêmicas, pois diversas vezes os participantes não concordam entre si quanto ao pertencimento ou não da palavra àquela categoria. Tratam-se de controvérsias que envolvem diretamente o léxico da

língua e o modo como as diversas palavras se relacionam semanticamente umas com as outras. Além disso, muitas vezes essas controvérsias estão associadas a um embate entre categorizações linguísticas e categorizações de outra natureza, que envolvem, por exemplo, o conhecimento especializado ou científico. Nesta unidade, você vai vivenciar algumas dessas controvérsias, pois se reuniu com alguns de seus amigos para jogar esse jogo. Como você tem estudado muito sobre semântica na faculdade, terá muitos argumentos para resolver as polêmicas que vão surgir ao longo da brincadeira e poderá refletir sobre o *stop* de um modo diferente. Você já se perguntou, por exemplo, que tipo de conhecimento é necessário para jogar esse jogo? Trata-se de um conhecimento linguístico ou científico? Que tipo de categorização ele envolve?

Você estará apto a responder a essas questões, conforme for estudando os temas da unidade. Na primeira seção, trabalharemos justamente com a questão da categorização, discutindo os diferentes modos de categorizar as entidades do mundo e como as palavras da língua nos ajudam a fazer isso. Na segunda seção, discutiremos os fenômenos da significação das palavras estudados pela Semântica Lexical. Enfim, na terceira seção, veremos como ocorre a descrição e o registro do significado das palavras na Lexicologia e na Lexicografia. Bons estudos!

Seção 2.1

A categorização

Diálogo aberto

Caro aluno,

Você já percebeu que as palavras são usadas para, além de dar nomes às coisas, incluir essas coisas em determinadas categorias? Se lhe perguntassem o que são gatos, cachorros, peixes e pássaros, como você responderia a essa pergunta? Provavelmente, em sua resposta, você usaria a palavra *animais*, pois todas essas entidades pertencem a essa categoria. E se a pergunta fosse sobre andorinhas, pardais e periquitos? Sua resposta, nesse caso, poderia ser *pássaros*, que é uma categoria que está dentro da categoria *animais*, certo?

As palavras da língua, que constituem o léxico, são usadas, entre outras coisas, para organizarmos as entidades das quais falamos a todo momento e durante toda a nossa vida. Muito dessa organização se deve a categorizações espontâneas que fazemos das coisas com as quais convivemos, enquanto outra parte se deve ao conhecimento que obtemos das categorizações produzidas por especialistas em determinada área do conhecimento. Nesta seção, trataremos de questões como essas.

Ao jogar *stop* com seus amigos, atividade sobre a qual você vai refletir ao longo desta unidade, surgiu uma primeira polêmica: na rodada em que foi sorteada a letra T, um de seus amigos incluiu na categoria *fruta* (assim mesmo, com terminação em a) a palavra tomate. Vários dos outros participantes disseram que ele não deveria receber pontos por aquela palavra, pois não é correto dizer que o tomate seja uma fruta (“talvez um *fruto*, mas uma fruta, não”). Outros participantes, diferentemente, disseram que ele está correto, pois tomate é, de fato, fruta, apesar de todos estranharem essa classificação.

Para solucionar o problema, você decidiu intervir, lançando mão de seus conhecimentos sobre o funcionamento do léxico e da categorização linguística/científica. Seu papel na solução desse problema será dizer, com base na distinção entre a categorização

científica e a categorização em língua natural, se tomate pode ser considerado uma fruta nesse jogo, justificando sua resposta. Ao longo do item *Não pode faltar* deste livro didático, você estudará as relações entre esses dois tipos de categorização, preparando-se assim para a solução desse desafio.

Não pode faltar

Em momentos anteriores da disciplina, você viu que os fenômenos semânticos estão associados a diferentes unidades das línguas naturais, como os morfemas, as palavras e as sentenças. Nesta unidade, vamos nos concentrar no estudo semântico das *palavras*, ou, dito de outro modo, no estudo da relação entre o *léxico* de uma língua e a significação. Antes de iniciar esse estudo, no entanto, você precisa saber o que se entenderá por *léxico* e por *palavra* ao longo da unidade, e por isso explicaremos aqui os sentidos nos quais esses termos serão usados.

No conjunto de disciplinas que lidam com as línguas naturais, as *palavras* são estudadas com base em diversas perspectivas, sendo uma delas a que destaca os aspectos gramaticais dessas unidades. Nessa perspectiva, entende-se que cada uma das realizações morfológicas de uma palavra deve ser considerada em seu estudo; por exemplo, as palavras *amou*, *amei* e *amamos* são formas distintas de uma mesma palavra, existente na língua como uma unidade abstrata que, com um significado básico, pode se realizar gramaticalmente de diversos modos. Outro ponto de vista é aquele que prioriza justamente tal unidade abstrata de sentido básico, e, nele, ela recebe o nome de *lexema*. Você consegue imaginar qual lexema corresponde às palavras (gramaticais) *amou*, *amei* e *amamos*? Como você deve ter facilmente concluído, trata-se do lexema AMAR, cujo significado básico de gostar muito ou ter grande afeição está presente em todas as suas realizações (*amar*, *amo*, *amamos*, etc.). Esse significado básico é chamado de significado lexical e é considerado o significado que faz parte de uma palavra (e conseqüentemente de uma língua) independentemente do uso dessa palavra em um enunciado específico.

Uma boa maneira para você compreender o que é um lexema é consultar uma palavra qualquer em um dicionário e observar

que, em geral, só haverá uma entrada para todas as formas da palavra (por exemplo, se você quiser saber o significado de *amei*, *amamos* ou *amou*, deverá buscar pelo lexema AMAR; se quiser, por outro lado, saber o significado de *cachorros*, deverá buscar pelo lexema CACHORRO).

O conjunto de lexemas de uma língua natural constitui o léxico dessa língua. Destaque-se que, ao longo desta unidade, a menos que se especifiquem outros usos, usaremos o termo lexema como sinônimo de palavra.

Feitas essas observações sobre os termos *léxico*, *lexema* e *palavra*, passemos agora a pensar em algumas das aplicações desses elementos das línguas naturais. Um dos modos de iniciar essa reflexão é pensar na seguinte questão: “Para que serve uma palavra?”. Você com certeza já se fez essa pergunta intuitivamente ou ao menos já a ouviu de alguém, sendo bastante provável que uma das respostas com as quais se deparou tenha sido a de que as palavras, ou no mínimo parte delas, servem para dar nome às coisas. Essa é, de fato, uma das funções de algumas palavras, e tal procedimento pode ocorrer pelo menos de dois modos: (1) quando usamos uma palavra para nomear alguém ou algo sem que essa palavra esteja necessariamente associada às propriedades da entidade ou (2) quando a palavra está associada a certas propriedades que a entidade nomeada deve ter para poder receber tal nome. No primeiro caso, temos um *nome próprio*, como João (qualquer um pode ser chamado de *João*, independentemente de suas características); no segundo, um *nome comum*, como *inseto* (apenas entidades com certas propriedades, que as caracterizam como insetos, recebem esse nome).

Uma característica importante das palavras do segundo tipo é que, ao nomearem, elas também indicam a categoria da qual a entidade nomeada faz parte. A palavra *inseto*, por exemplo, é uma categoria da qual pode fazer parte a formiga. O nome *formiga*, por sua vez, representa outra categoria, da qual podem fazer parte vários tipos de seres com as características de formiga. É por razões como essas que o uso das palavras de uma língua é, por vezes, associado ao fenômeno da *categorização*.

Mas de onde vêm tais categorias e a categorização dos elementos? Quem as criou e decidiu que elas deveriam ser assim? Essas

questões são relativamente difíceis de responder, pois podem estar associadas a diferentes tipos de raciocínio. Um desses raciocínios toma como fato que a categorização é uma classificação de objetos do mundo, e não propriamente de elementos da língua – segundo essa visão, as categorias só existem porque os objetos existem, e a língua faz referência a eles. Há visões que, por outro lado, entendem que a categorização pode ser linguística, ou seja, que os sentidos das palavras são categorizados. Assim, *formiga*, por ter um tipo de relação de sentido com *inseto*, torna-se uma categoria pertencente à categoria de insetos.

Nesta seção, levaremos em conta essas duas possibilidades, mostrando que as categorias e seus elementos conceitualmente organizados no léxico da língua servem também para falar de *realidades* organizadas categorialmente, mesmo que se entenda (como ocorre em algumas teorias) que as categorias dessas realidades resultam da experiência que os indivíduos têm com as coisas do mundo, e não que as categorias e seus membros são dados de antemão, ou seja, que já estão organizados no mundo de determinada forma.

O ato de categorizar os elementos da natureza é uma experiência básica e recorrente na vida de todo ser humano. Desde crianças, exercemos a tarefa de categorizar quando, por exemplo, passamos a separar o que é comida do que não é, quando chamamos de *passarinho*, *cachorro* ou *bicho* alguns animais que encontramos ou quando separamos nossos brinquedos pelas similaridades que neles enxergamos. Esse tipo de categorização, que se fundamenta nas experiências que temos desde crianças com o mundo, é conhecido como categorização natural, que, segundo Lakoff (1982), é um importante aspecto da cognição humana.

O que se deve destacar a respeito desse tipo de categorização é que ele se desenvolve ao mesmo tempo em que os seres humanos aprendem a usar a língua e, portanto, ao mesmo tempo em que o sistema linguístico e as relações semânticas entre seus elementos se constituem. Disso decorre que é possível, a partir da observação dos elementos de uma língua natural, depreender categorizações naturais, associadas ao uso espontâneo da língua. Isso significa que saber que *cachorro*, *gato* e *passarinho* fazem parte da categoria *animal*, o que permite usar e compreender adequadamente essas

palavras, constitui o *conhecimento linguístico* (conhecimento intuitivo que todo falante tem sobre como deve usar e compreender as formas linguísticas). As categorizações naturais observadas a partir do sistema linguístico são, portanto, *categorizações linguísticas*.



Refleta

As categorizações naturais envolvem a experiência que um indivíduo tem ao usar a língua para nomear as categorias e os objetos que ele inclui nessas categorias. Você acha que experiências distintas, de indivíduos distintos, podem produzir diferentes categorizações linguísticas? Você já viveu ou testemunhou algo parecido? Por exemplo: alguém já chamou de *passarinho* algo que você não considerava ser um passarinho?

Há momentos, no entanto, em que a categorização que fazemos das coisas que há no mundo se torna mais consciente e reflexiva. Nesses momentos, em vez de, de forma espontânea, reconhecermos os objetos para lidar com eles de modo imediato, esforçamo-nos para decidir a que categorias eles devem pertencer. Quando esse tipo de reflexão gera um estudo sistemático das propriedades de uma classe de elementos, a categorização passa a ter outra natureza, originando o que chamaremos aqui de *categorização formal*.

Grande parte das categorizações formais, quando consideramos o estudo do fenômeno na cultura ocidental, tem sua origem nas reflexões de pensadores da Grécia Antiga. Como exemplo, basta lembrarmos de que Aristóteles propôs uma classificação para os seres vivos em um de seus principais escritos sobre o assunto, intitulado (Da) *História dos Animais*, que permitiu o posterior desenvolvimento da taxonomia na biologia. O mesmo filósofo contribuiu para a classificação de fenômenos estudados por outras ciências, como a Física e a Química.

A visão aristotélica da categorização, segundo a qual as categorias se constituem de determinado número de membros que compartilham entre si certas propriedades, é conhecida como *categorização clássica*. Esse tipo de categorização é aqui tratado como uma categorização formal, pelo fato de estar associado a

observações e reflexões sistemáticas da realidade para a definição das categorias e de seus membros.

Desenvolveu-se na categorização clássica uma tradição que entende as categorias como entidades cujos limites são precisos e cujos membros compartilham, de modo inequívoco, certas propriedades. Essa tradição toma a teoria dos conjuntos (aquela que se estuda na disciplina de matemática) como base para a categorização da realidade – pense, por exemplo, no conjunto dos animais; dentro desse conjunto, do ponto de vista biológico, há vários outros conjuntos (ou subconjuntos), como o dos vertebrados, que contém, por sua vez, o dos *peixes*, *répteis*, *mamíferos*, etc. A identificação de conjuntos e subconjuntos, na categorização clássica, ocorre pela identificação inequívoca das propriedades necessárias e suficientes que um elemento deve ter para que pertença a determinada categoria. Segundo Lakoff (1982), o filósofo Gottlob Frege foi responsável por instituir essa tradição, garantindo a permanência da categorização clássica como o principal procedimento de categorização utilizado nas diversas áreas do conhecimento.

Se refletir sobre o modo como as ciências em geral trabalham atualmente, você vai perceber que a categorização clássica é ainda o procedimento mais usado para classificar os objetos e os fenômenos estudados. É preciso destacar, no entanto, que essas classificações podem ser ajustadas com o progresso do conhecimento; elas acompanham os desenvolvimentos e descobertas realizados no interior de cada campo de estudo e, por isso, são continuamente aprimoradas. Um exemplo de como as classificações científicas podem ser alteradas ao longo do tempo é o fato de, em 2006, Plutão ter deixado de ser um planeta depois que a União Astronômica Internacional estabeleceu uma nova definição para o termo planeta.



Pesquise mais

O texto indicado a seguir trata do conceito, das características e da importância da categorização para todos os campos da atividade humana, em especial para os estudos linguísticos.

CARVALHO, Maria de Lourdes Guimarães de; SOUZA, Mariléia de. Categorização/classificação. **Cadernos CESPUC**, Belo Horizonte, n.

23, p. 13-18, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/8298/7179>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

O procedimento de categorização formal usado no ambiente científico para a classificação de entidades e fenômenos pode ser chamado de *categorização científica*. Ela se caracteriza por se fundamentar no estudo sistemático dessas entidades/fenômenos e de suas características.



Assimile

Existem pelo menos dois tipos de categorização que envolvem o uso de formas linguísticas:

Categorização natural: ocorre quando, desde crianças, categorizamos de modo espontâneo as entidades ou fenômenos com os quais interagimos, sem que haja qualquer reflexão sistemática sobre essa classificação. Ao destacarmos o uso da língua nesse tipo de categorização, podemos chamá-la de *categorização linguística*.

Categorização formal: ocorre quando refletimos sistematicamente sobre as categorias, a fim de nomeá-las e de decidir quais membros devem fazer parte delas. Quando essa categorização está associada à ciência, ela pode ser chamada de *categorização científica*.

Você deve ter notado que, apesar da distinção existente entre as categorizações linguísticas e as categorizações formais, há algo em comum entre elas: ambos os tipos de categorização envolvem o uso de elementos linguísticos para a nomeação das categorias e das entidades que fazem parte delas. Em algumas situações, os dois tipos de categorização disputam uma mesma forma de palavra. Pense, por exemplo, na forma *legume*, com a qual você deve estar bastante familiarizado desde a sua infância. O que são legumes quando se considera o significado lexical comum da palavra, ou seja, qual é o significado que ela tem no sistema lexical da língua portuguesa enquanto língua natural, adquirida de modo espontâneo?

O dicionário Houaiss apresenta como uma das definições para *legume* o seguinte enunciado: “designação genérica dos diferentes frutos e raízes us.[ados] na alimentação humana, como, p.ex., a abóbora, o pepino, o tomate, a cenoura, a batata e a beterraba” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, [s. p.]). Repare que os exemplos de legumes usados nessa definição são provavelmente aqueles dos quais a maioria dos falantes se recordam quando lhes fazem essa pergunta. O conceito que tal definição representa corresponde, portanto, ao significado da palavra *legume*, que resulta de uma categorização natural.

Veja, por outro lado, que em Botânica o conceito de legume é distinto: trata-se do “fruto monocarpelar, característico das *leguminosas*, ger.[almente] seco e deiscente, abrindo-se, pelas duas suturas, em duas valvas planas ou que se enrolam em espiral ou em helicoide; vagem” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, [s. p.]). Nessa ciência, os vegetais que fazem parte da categoria legume são apenas uma parte específica (o fruto ou vagem) das *leguminosas*, as plantas que dão origem a alimentos como o feijão, a ervilha e a lentilha. É preciso destacar que, no verbete do dicionário Houaiss, aparece associada a esta última definição uma nota com os dizeres “morfologia botânica”, enquanto para a definição anterior não há nenhuma nota. Isso mostra que o significado apresentado na primeira definição é o significado naturalmente estabilizado que os falantes da língua portuguesa compartilham entre si, enquanto o significado da segunda definição é originário de outro sistema de conceitos.

Esse exemplo é oportuno para introduzirmos uma distinção necessária entre as formas de palavra usadas para tratar de conceitos e categorizações próprios de uma área do conhecimento e aquelas usadas para tratar de conceitos e categorizações da língua natural, compartilhados entre todos os falantes dessa língua. As formas do primeiro tipo são chamadas de *termos*, enquanto as do segundo tipo podem ser chamadas simplesmente de *palavras*.



Um exemplo da diferença entre *palavras* e *termos* está no uso de formas derivadas da palavra latina **fructus** em diversas línguas (ex.: a forma *fruit*, usada no inglês e no francês, que corresponde a **fruto/fruta** em português). Em Botânica, o *termo* designa a estrutura das plantas floríferas que costuma carregar as sementes; na linguagem corriqueira, por outro lado, a palavra designa quaisquer frutos, pseudofrutos ou infrutescências que podem ser ingeridos em estado cru e, geralmente, sem a necessidade de qualquer preparo específico (adição de ingredientes, associação a outros alimentos, etc.). Note-se que, no caso do português, a forma *fruta* não costuma ser usada com o significado terminológico, sendo *fruto* o termo associado à Botânica.

A significação das *palavras* de uma língua decorre de uma convenção entre os falantes dessa língua, convenção por meio da qual se associa um significado a uma forma de palavra. Destaque-se o fato de que essa convenção escapa à vontade dos falantes, o que se coaduna com a visão de Saussure (1975) a respeito da constituição do signo linguístico – trata-se de uma associação estável entre significado e significante, mas que não se realiza conscientemente.

A significação dos *termos*, por outro lado, decorre de um fenômeno consideravelmente distinto: ainda que se possa identificar em um termo a associação de um significado a uma substância fônica determinada, o que também pode ser considerado uma junção convencional, tal convenção não decorre de um pacto social semelhante àquele que ocorre corriqueiramente na língua. Todas as etapas de constituição dessa versão diferenciada de “palavra” são realizadas conscientemente por especialistas: (1) a delimitação do conceito/significado, para que esteja coerentemente integrado ao campo de estudo em que é usado; (2) a escolha de uma forma de palavra, que pode ou não provir de um signo da língua corrente; (3) a associação deliberada entre esses dois elementos.

Dito isto, e retomando o exemplo anterior, em que destacamos dois conceitos para a forma *legume*, podemos dizer que o termo *legume*, da Botânica, serve para categorizar elementos como a vagem do feijão, da ervilha, da lentilha, etc., enquanto a palavra *legume* (na categorização linguística natural) serve para categorizar alimentos como a abóbora, o pepino e o tomate.

A essa altura, talvez você esteja se perguntando sobre a relevância do conhecimento dos termos em comparação com o conhecimento das palavras, uma vez que o conhecimento científico é extremamente importante na sociedade, justamente pelo caráter sistemático das categorizações que ele produz. Será que seria mais adequado, ao dominar esse tipo de conhecimento, passar a usar a palavra *legume* apenas com o sentido que a ciência atribui a essa forma? Provavelmente, não. Vejamos o porquê: imagine que um colega de trabalho pede a você que traga do bufê de um restaurante uma marmitta com apenas frango e legumes e que, ao chegar ao restaurante, você não encontre qualquer alimento proveniente de plantas leguminosas, embora perceba que há muita cenoura, batata e abobrinha. Você acha que será uma boa decisão colocar na marmitta apenas o frango e dizer ao seu colega que, naquele dia, o restaurante não tinha quaisquer tipos de vagem? Provavelmente, essa decisão não seria muito saudável para sua relação com esse colega. Seria também extremamente desvantajoso para você, na situação inversa, pedir ao seu colega que lhe trouxesse *apenas* frango e legumes, esperando que ele chegasse com a proteína animal e algumas leguminosas – ele provavelmente traria sua marmitta com batata, tomate, chuchu ou outros alimentos que ele está acostumado a chamar de *legumes*, e, talvez, não traria qualquer leguminosa.

Exemplos como esse nos mostram que, apesar de a categorização baseada no *conhecimento especializado* ou *científico* ser importante para a compreensão das entidades e fenômenos com os quais interagimos no mundo, a categorização baseada no *conhecimento linguístico*, enquanto conhecimento intuitivo sobre as formas da língua e seus significados, é essencial para desenvolvermos uma comunicação eficaz em contextos nos quais a categorização do primeiro tipo parece não ser a mais adequada (ao menos do ponto de vista comunicativo).

Sumariando o conteúdo desta seção, podemos concluir que existem relações entre as formas linguísticas que chamamos genericamente de “palavras” e as categorias, que resultam dos processos de *categorização formal* e de *categorização natural*. Esses dois tipos de processos dão lugar a dois tipos de signos – respectivamente, o *termo* (cujo significado é estipulado em uma área do conhecimento específica) e a *palavra* (cujo significado foi implicitamente convencionado pelos falantes da língua).

Sem medo de errar

Nesta seção, sua tarefa como jogador de *stop* que conhece muito bem os fenômenos da significação linguística é dizer, baseando-se na distinção entre categorização científica e categorização em língua natural, se tomate pode ser considerado uma fruta no jogo. A seguir, você confere uma solução possível para esse desafio:

Em primeiro lugar, é preciso destacar o fato de que, no jogo *stop*, não costuma estar claro se as categorias são representadas por *palavras* da língua (enquanto itens com significado estabilizado e compartilhado entre seus falantes comuns) ou se também podem corresponder a *termos* (enquanto formas linguísticas associadas a significados estabelecidos em determinadas áreas do conhecimento). Em outras palavras, não costuma ficar claro se essas categorias decorrem de categorizações linguísticas (baseadas no uso espontâneo da língua natural) ou de categorizações científicas (fundamentadas na reflexão sistemática sobre a definição das categorias e a determinação de seus elementos).

Considerando-se, no entanto, o fato de a palavra que nomeia a categoria em questão ser *fruta*, terminada em *a*, e não *fruto*, terminada em *o*, e o de que, em português, a primeira forma não costuma ser usada como termo científico, é possível concluir que tomate não entra na categoria *fruta*, independentemente do tipo de categorização aceito. Enquanto elemento lexical não terminológico, a palavra *fruta*, em português brasileiro, designa quaisquer frutos, pseudofrutos ou infrutescências que podem ser ingeridos em estado cru e, geralmente, sem a necessidade de preparos específicos (adição de ingredientes, associação a outros alimentos, etc.). O tomate não atende a esse critério, pois não se costuma ingerir esse alimento do mesmo modo como se consome uma maçã, uma banana ou uma goiaba, sendo estas verdadeiras *frutas*.

O fato de não ter sido usada a forma *fruto* para representar a categoria em questão não permite, portanto, que a escolha de *tomate*, que corresponde na categorização científica a um fruto, forneça pontos ao participante. Note-se que, em um contexto hipotético de jogo em que a palavra *tomate* fosse acrescentada a uma categoria denominada *legume*, o participante levaria os pontos, desde que estivesse sendo considerada no jogo a categorização

linguística corriqueira, e não a categorização científica. Na categorização linguística comum, o tomate é, assim como a batata, a abóbora e a cenoura, considerado um legume. Por outro lado, na categorização científica, legumes são apenas os frutos de plantas leguminosas, classe da qual os tomates, apesar de serem frutos, não fazem parte.

Avançando na prática

Furto ou roubo?

Descrição da situação-problema

Um professor japonês de línguas estrangeiras visitou o Brasil com o intuito de aperfeiçoar seu português para criar seu próprio dicionário português-japonês. Durante a escrita do dicionário, ele teve certa dificuldade em definir a palavra roubo, pois, quando estava no Brasil, aprendeu que existe uma distinção jurídica entre essa palavra e a palavra furto. Segundo essa distinção, só ocorre roubo quando se subtrai algo de alguém por meio de violência ou de grave ameaça, e, quando não se verifica uma dessas atitudes, a subtração do pertence configura apenas furto. Ocorre que esse estrangeiro, enquanto esteve no Brasil, ouviu diversas vezes pessoas dizerem que haviam sido roubadas, quando não haviam sofrido nenhum tipo de violência ou de ameaça no momento em que lhes subtraíram os pertences. Como era muito recorrente esse uso, o professor ficou em dúvida sobre como definir a palavra em seu dicionário.

Colocando-se no lugar desse professor, como você definiria a palavra *roubo*? Você acha que a definição deveria incluir apenas a definição jurídica? Seria essa a definição correta para *roubo* em um dicionário? Ao solucionar esse problema, leve em conta os conceitos de *categorização natural* e *categorização formal* e o fato de que os dicionários são usados, primordialmente, para apresentar os significados que se estabeleceram naturalmente entre os falantes de uma língua natural.

Resolução da situação-problema

Considerando o significado lexical mais comum da palavra roubo em português, que decorre de uma categorização natural que os

falantes fizeram dos crimes que consistem em subtrair pertences, o professor deveria defini-la em seu dicionário simplesmente como a apropriação *indevida* do que pertence a outra pessoa, pois no português falado no Brasil ela designa genericamente esse tipo de situação. A definição jurídica de *roubo* decorre de uma categorização do tipo formal, que está associada a uma reflexão sistemática sobre as categorias, sobre como nomeá-las e sobre quais elementos nelas incluir. Essa categorização se estabeleceu em uma área específica do conhecimento, o Direito, e a palavra usada para nomear o conjunto de crimes de subtração de bens associados à violência e à ameaça coincide com a palavra *roubo*. Associada a tal conceito, no entanto, ela deve ser tratada como um termo, um *termo jurídico*, e não exatamente como uma palavra do sistema lexical não terminológico. A definição jurídica pode entrar no dicionário como um dos significados da palavra, desde que se mantenha a definição genérica e que a definição jurídica seja, preferencialmente, destacada como parte de um *termo jurídico*.

Faça valer a pena

1. A categorização pode ser compreendida como a “organização da experiência humana em conceitos, havendo rótulos linguísticos a eles associados”. Partindo dessa definição, podemos identificar diferentes tipos de categorização, que se caracterizam (i) pela espontaneidade ou (ii) pela reflexão sistemática para a identificação das categorias e de seus membros. (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM – Adaptado).

Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa cujo termo designa, de forma genérica, as categorizações decorrentes da reflexão sistemática sobre as entidades/fenômenos.

- a) Categorização natural.
- b) Categorização linguística.
- c) Categorização científica.
- d) Categorização formal.
- e) Categorização verbal.

2. Uma mãe precisava preparar o almoço e pediu ao seu filho que fosse ao mercado comprar alguns legumes para que ela preparasse uma *sopa de legumes*. O filho, que estava estudando para o vestibular e seguindo à risca os conceitos aprendidos nas aulas de Biologia, comprou no mercado um único tipo de alimento: vagens. A mãe ficou irritada com o filho e disse que não estava interessada em fazer sopa de vagem ou de feijão.

Considerando a situação descrita, assinale a alternativa que indica, respectivamente, o tipo de categorização que a mãe e que o filho tinham em mente.

- a) Categorização formal; categorização científica.
- b) Categorização natural; categorização linguística.
- c) Categorização linguística; categorização científica.
- d) Categorização formal; categorização formal.
- e) Categorização linguística; categorização natural.

3. Em português, a palavra *chá* é comumente usada pelos falantes quando querem se referir à bebida produzida a partir da infusão de diferentes plantas, como a camomila, a erva-doce, o mate, etc. Essa palavra, no entanto, designava originalmente a planta de nome científico *Camellia sinensis* e a bebida produzida pela infusão específica dessa planta. Houve uma extensão de sentido, dando lugar a uma categoria chá que passou a abranger a infusão de outras plantas.

Considerando a situação descrita, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir sobre o uso atual da palavra *chá* pelos falantes de português:

- () O uso atual da palavra chá está associado a uma categorização natural.
- () O uso atual da palavra chá está associado ao conhecimento linguístico intuitivo.
- () O uso atual da palavra chá envolve uma categorização científica.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) F – F – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – F – F.
- e) V – V – V.

Seção 2.2

Semântica Lexical

Diálogo aberto

Caro aluno,

Até este momento da disciplina, você já refletiu diversas vezes sobre o que é a significação e sobre quais são os elementos que a constituem. Até agora, no entanto, não foi discutido o fato de ser muito comum que, em uma língua natural, um sentido se relacione com outro, de diferentes modos. Nesta seção, trataremos exatamente dessas *relações de sentido*, refletindo sobre os itens lexicais de uma língua.

É bem provável que você conheça parte dessas relações, pois algumas delas são bastante mencionadas no ambiente escolar, como a *sinonímia* (sinônimos) e a *antonímia* (antônimos). Há, porém, algumas outras que, embora não sejam tão famosas quanto essas, são extremamente importantes para o funcionamento semântico do léxico.

Não se esqueça de que, nesta unidade, você está jogando stop com seus amigos e que, sendo esse um jogo que envolve diversas controvérsias de natureza linguística, você, como estudante do funcionamento semântico das línguas naturais, deve tentar resolvê-las. Depois de algumas rodadas do jogo, sem haver polêmicas, acabou surgindo um novo questionamento: na rodada em que foi sorteada a letra J, um dos participantes incluiu na categoria comida a palavra *jantar*. Todos os outros participantes disseram que essa palavra não era válida, por não designar uma comida específica. O participante que escolheu a palavra se defendeu, no entanto, dizendo que se tratava, sim, de uma comida específica (diferente de almoço, de café da manhã, etc.).

E agora? Você concorda com esse participante ou com os outros? Você acha que as palavras *jantar*, *almoço* e *café da manhã* pertencem à categoria *comida* ou a alguma outra categoria? Para resolver a questão, você deve apresentar uma explicação adequada, reportando-se às relações de sentido das quais a

Semântica Lexical trata e destacando, sobretudo, as relações de *hiperonímia*, *hiponímia* e *sinonímia*.

Essas relações são discutidas, com diversos exemplos, ao longo do item *Não pode faltar* deste livro didático; por isso, é importante que você leia com atenção todo o conteúdo e reflita bastante sobre os fenômenos tratados na seção. Bom trabalho!

Não pode faltar

A Semântica Lexical é uma subárea da Semântica que lida com a significação das palavras, ou, mais precisamente, com a significação dos lexemas que constituem o léxico de uma língua. Você já estudou o conceito de *lexema* em outros momentos e, provavelmente, se lembra-se de que cada lexema tem um *significado lexical*. Significados lexicais são significados que podem ser reconhecidos como pertencentes a uma palavra da língua, mesmo quando essa palavra não está sendo usada em uma sentença. Por exemplo: você, como falante de português, não precisa ouvir a palavra *pressa* em uma sentença para se lembrar de seu significado, ou de pelo menos um deles. Esse significado que uma palavra tem independentemente de seu uso em uma sentença, compartilhado pelos falantes da língua, é um significado lexical.

Quando se diz que uma palavra *tem* um significado, a impressão que essa afirmação costuma causar é a de que as palavras e seus sentidos são entidades autônomas – a ideia que se costuma ter a respeito das palavras e de seus significados é a de que eles já estão muito bem estabelecidos na língua e que nós, quando fazemos uso deles, estamos simplesmente nos valendo dessa configuração prévia. Você já parou para pensar, no entanto, se essa ideia faz mesmo sentido? É mesmo possível dizer que exista algo no mundo que pode ser chamado de *língua* e que esse algo se constitui de palavras e significados previamente estabelecidos? Onde estão essas palavras e onde estão esses significados? Eles existem, de fato, independentemente de nós, falantes, ou dependem de nós para existirem?

No início do século XX, o linguista Ferdinand de Saussure refletiu sobre essas questões em seu *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 1975) e chegou à conclusão de que a língua é essencialmente social

e *independente* do indivíduo. O que fundamentou essa conclusão foi a ideia de que, apesar de atos individuais (as falas dos indivíduos) serem necessários para que a língua se estabeleça, ela só existe de fato como língua na coletividade, e, nesse nível, a relação entre *significados* e *significantes* independe da vontade ou da atitude de qualquer indivíduo.



Assimile

Para Saussure, o signo linguístico tem duas faces:

Significante: também chamado de *imagem acústica*, é a impressão psíquica de um som, compartilhada pelos falantes de uma língua.

Nota: o conceito de significante (imagem acústica) criado por Saussure privilegiava as línguas naturais orais. Hoje sabe-se, no entanto, que as línguas de sinais também têm significantes; ocorre que, nelas, a impressão não surge a partir dos sons, mas principalmente a partir das distintas configurações das mãos.

Significado: o *conceito* (ou conteúdo) que está associado ao significante.

Essa explicação de Saussure faz muito sentido quando pensamos no fato de que não podemos sair por aí trocando os significados das palavras sem que essa atitude comprometa a nossa capacidade de nos comunicarmos com outros falantes. Saussure não nega que a associação entre um significado e um significante ocorra na mente de cada indivíduo, mas, para ele, essa associação é dependente de uma convenção social que se estabelece implicitamente entre todos os falantes de uma mesma língua. Em outras palavras, a associação entre um significado e um significante só ocorre na mente de um indivíduo, porque ela já está presente na língua como entidade independente e resultante da coletividade e justamente por isso Saussure afirma que ela é essencialmente social.

Para Saussure, as convenções implícitas que associam diferentes significados a diferentes significantes dão origem a um *sistema linguístico* estruturado a partir de relações que seus elementos estabelecem uns com os outros. Essa visão de sistema deu origem a uma corrente de pensamento que ficou conhecida como

estruturalismo. Na Linguística, o estruturalismo deu origem a uma série de estudos que concebem a língua como um sistema que deve ser descrito e estudado internamente (sem que se recorra a quaisquer elementos de natureza extralinguística), uma vez que nessa concepção a língua é tratada como um sistema autônomo e autorregulado (FARACO, 2005), que se define por relações puramente linguísticas e internas a esse sistema.

O estruturalismo linguístico contribuiu em grande medida para o desenvolvimento da Semântica Lexical, estabelecendo conceitos que são, ainda hoje, muito usados nos estudos da significação linguística, mesmo nas abordagens não estruturalistas, e que defendem que a língua não é um objeto autônomo. O fato de serem muito importantes para o estruturalismo as relações que os elementos do sistema linguístico estabelecem uns com os outros levou a Semântica Estruturalista a dar uma atenção especial a um conjunto de fenômenos lexicais conhecidos como relações de *sentido*. Para a Semântica Lexical estruturalista, as palavras que constituem o léxico de uma língua significam em virtude das relações sistemáticas de sentido que elas estabelecem umas com as outras nessa língua. Algumas dessas relações são a *hiperonímia*, a *hiponímia*, a *sinonímia* e a *antonímia*, que serão estudadas nesta seção.

Para começar a refletir sobre as chamadas relações de sentido, observe o quadro a seguir e tente identificar relações entre as palavras que o constituem:

Quadro 2.1 | Palavras semanticamente associadas na língua portuguesa

Sentimento	alegria, tristeza, angústia, ódio, amor, felicidade, euforia, desespero, serenidade, calma, tranquilidade, agonia, nervosismo
Utensílio	talher (garfo, faca, colher), panela, canivete, balde, relógio, apontador, vaso, jarra, saca-rolhas
Vestimenta	saia, vestido, blusa, camiseta, gravata, paletó, colete, jaqueta
Lugar	sala, quarto, cozinha, prefeitura, hospital, bar, jardim, praça, curral

Fonte: elaborado pelo autor.

Observando o Quadro 2.1, você deve ter percebido que, em cada linha, há, na coluna da esquerda, um item lexical que agrupa todos os itens apresentados na coluna da direita. Em Semântica Lexical, esse item recebe o nome de *hiperônimo*. O hiperônimo é um lexema que tem um sentido mais abrangente em relação a

outro(s) lexema(s) da mesma língua. A relação de sentido existente entre uma palavra de sentido mais genérico e uma de sentido mais restrito é chamada de **hiperonímia**.

Note que a relação de hiperonímia é uma relação assimétrica, pois, sendo uma palavra o hiperônimo de outra, a recíproca não será verdadeira (se x é hiperônimo de y , y não é hiperônimo de x). Por exemplo: é verdade que sentimento é hiperônimo de alegria, mas não é verdade que alegria seja hiperônimo de sentimento (*sentimento é uma palavra genérica para alegria, mas alegria não é uma palavra genérica para sentimento*).

Nesse tipo de relação, as palavras que têm o sentido mais restrito são chamadas de *hipônimos*. Se a relação de sentido for considerada a partir desses elementos, ela será denominada **hiponímia**. Os hipônimos terão sempre os traços semânticos de seu hiperônimo somados a traços que os especificam, por exemplo: alegria tem todos os traços que permitem identificá-la como um sentimento e traços específicos que a distinguem de outros sentimentos (ser um sentimento positivo, estar associada ao prazer, etc.) – compare, por exemplo, os traços de *alegria* aos traços de *tristeza*, que também é um hipônimo de sentimento.



Assimile

Na Semântica Lexical de base estruturalista, os *traços semânticos* são os *componentes* do significado lexical. O significado da palavra *brigadeiro*, por exemplo, tem como componentes os traços [+comestível], [+doce], [+escuro], etc.; já o significado de beijinho tem como componentes os traços [+comestível], [+doce], [+claro], etc. Ambos podem ter como hiperônimo a palavra *comida*, e, como co-hipônimos dela, ambos compartilham de seus traços – veja que o traço [+comestível], que caracteriza comida, faz parte também de *brigadeiro* e de *beijinho*.

Na prática, a hiponímia é correspondente à hiperonímia, com a diferença de que, no primeiro caso, destaca-se o fato de uma palavra ter um sentido mais específico em relação a outra, e não o de uma palavra ter um sentido mais genérico em relação a outra. Note que, assim como a hiperonímia, a hiponímia é uma relação assimétrica – se y é hipônimo de x , x não é hipônimo de y . Assim,

você pode perceber que hiponímia e hiperonímia são relações de sentido hierárquicas entre lexemas: os hipônimos estão sempre em um nível abaixo de seu hiperônimo. Esse tipo de relação envolve necessariamente palavras de níveis distintos.

Todas as palavras que, no Quadro 2.1, estão na coluna da direita, quando consideradas em relação às palavras de sentido mais abrangente da coluna da esquerda, são hipônimos. Chamam-se *co-hipônimos* todos os itens lexicais que estão associados a um mesmo hiperônimo. No Quadro 2.1, *saia*, *vestido* e *jaqueta*, por exemplo, são hipônimos de *vestimenta*, sendo, portanto, *co-hipônimos*, quando considerados um em relação ao outro.

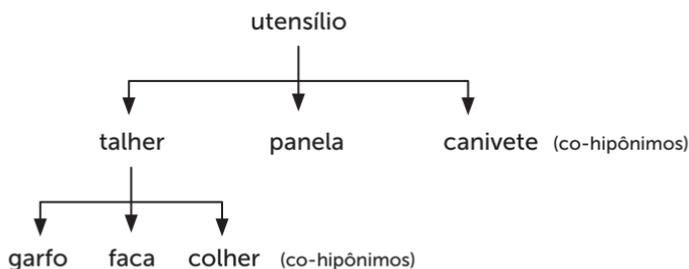


Assimile

Embora seja mais fácil identificar hiperônimos e hipônimos entre substantivos, a relação de hiperonímia/hiponímia não ocorre apenas entre lexemas que constituem essa classe. Há relações desse tipo também entre os verbos. Pense, por exemplo, na relação entre o verbo *obter* e o verbo *comprar*. O verbo *obter* tem um sentido mais genérico, pois existem diferentes modos de obter algo, sendo um deles correspondente à ação de *comprar* (um hipônimo de *obter*).

Segundo Lyons (1977), a hiponímia é uma relação *transitiva*, no sentido de que, se *y* é um hipônimo de *x* e *z* é um hipônimo de *y*, então *z* é um hipônimo de *x*. Essa relação transitiva pode ser ilustrada pelo esquema da Figura 2.1, que apresenta dois hiperônimos (*utensílio* e *talher*) e seus respectivos hipônimos.

Figura 2.1 | Hiperônimos (em negrito) e hipônimos em diferentes níveis



Fonte: elaborada pelo autor.

No esquema apresentado na Figura 2.1, você pode observar que *talher* é um hipônimo de *utensílio* (assim como *panela* e *canivete*) e que *garfo*, *faca* e *colher* são hipônimos de *talher*. Pelo princípio da transitividade, *garfo*, *faca* e *colher* são também hipônimos de *utensílio*; este, por sua vez, é o hiperônimo mais abrangente, que abarca todos os hipônimos do esquema.

É possível que você tenha notado nesses dois tipos de relação de sentido (a hiperonímia e a hiponímia), um tipo de categorização semelhante àqueles dos quais tratamos anteriormente na disciplina. Há, de fato, categorizações nessas relações, pois é possível identificar uma estrutura hierárquica entre os itens lexicais (ilustrada na Figura 2.1). É preciso, no entanto, destacar que, quando se considera a Semântica Lexical a partir de uma perspectiva estruturalista, não se entende que essa categorização esteja associada a uma classificação dos elementos do mundo extralinguístico, pois, nessa perspectiva, a hierarquia em questão está baseada nas relações internas que os significados das palavras estabelecem entre si dentro do sistema linguístico.



Refleta

Você acha possível pensar na relação entre um hipônimo e seu hiperônimo sem pensar na categorização extralinguística, isto é, sem pensar que essas palavras se associam a elementos e categorias do mundo? É possível haver hiperonímia/hiponímia sem que haja uma categorização prévia?

Sobre a hiperonímia/hiponímia, é ainda preciso destacar que, em um sistema linguístico, um mesmo conjunto de co-hipônimos pode ter como hiperônimos lexemas distintos. Você conseguiria, por exemplo, dizer que outro lexema (diferente de *vestimenta*) pode atuar como hiperônimo de *saia*, *vestido*, *blusa*, *camiseta*, *gravata*, *paletó*, *colete* e *jaqueta*? Talvez você tenha pensado na palavra *roupa*, que, assim como *vestimenta*, tem um sentido mais abrangente em relação às palavras em questão. Esse fato nos mostra que hiperônimos podem não ser exclusivos, e essa não exclusividade decorre de outros tipos de relações de sentido que os hiperônimos têm com outras palavras do léxico. Uma dessas relações é a sinonímia, da qual passaremos a tratar agora.

Quando dois ou mais hiperônimos têm como hipônimos o mesmo conjunto de itens lexicais, é possível dizer que esses hiperônimos são *sinônimos*. A **sinonímia** é uma relação entre palavras que têm significados próximos. Ela pode ocorrer entre hiperônimos, como você acabou de ver, mas também ocorre comumente entre hipônimos. Para constatar isso, observe novamente no Quadro 2.1 a relação de hiperonímia que contém o item lexical *sentimento* e tente identificar, entre seus hipônimos, algumas palavras que têm significado próximo. Provavelmente, você escolheu as palavras *serenidade*, *calma* e *tranquilidade*. Essas palavras, além de serem co-hipônimas, são sinônimas.

O conceito de sinonímia costuma ser mal compreendido por algumas pessoas, que acabam acreditando que duas palavras sinônimas são palavras que têm exatamente a mesma significação. Na verdade, nas diferentes línguas, é muito difícil encontrar “sinônimos perfeitos”, e esse fato está associado a alguns componentes da significação que já estudamos anteriormente – trata-se dos elementos conceituais e afetivos do sentido, associados aos fenômenos da denotação e da conotação. Cada uma das palavras que estão em uma relação de sinonímia está associada a elementos afetivos distintos e, por mais que, conceitualmente, elas denotem praticamente a mesma coisa, cada uma delas terá uma conotação diferente. As palavras *casa* e *lar*, por exemplo, estão, do ponto de vista denotativo, associadas a um mesmo conceito (local usado para habitação); há, entretanto, elementos afetivos distintos associados a cada uma delas. A palavra *lar* costuma conotar, mais fortemente que *casa*, os sentidos de *conforto*, *segurança*, *bem-estar*, etc., enquanto *casa* parece ser uma palavra mais “neutra” para designar o tipo de habitação em questão. Exemplos como esse mostram que, quando há sinonímia, alguns componentes da significação das palavras sinônimas coincidem. Ocorre que raramente há coincidência entre todos os componentes.



Mesmo que algumas palavras sinônimas tenham uma mesma denotação, na maioria das vezes algum outro componente do sentido não será correspondente entre elas. Compare, por exemplo, os sinônimos *cadeia* e *presídio*. Embora ambos denotem o local onde os indivíduos condenados cumprem pena, a palavra *cadeia* tem uma conotação mais negativa que *prisão*. Compare os enunciados: *O criminoso foi para o presídio* e *O criminoso foi para a cadeia*. Você acha que esses enunciados produzem o mesmo efeito?

Um fator que contribui para a “imperfeição” da sinonímia é a polissemia. A polissemia é a característica que a maioria das palavras têm de estarem associadas a mais de um sentido, conotativo ou denotativo. Na polissemia, é muito comum que os elementos conceituais e afetivos do sentido se entrelacem, produzindo efeitos sobre as relações de sentido. Pense, por exemplo, nas palavras *pai* e *genitor*. Em alguns dicionários, como o Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009), *genitor* aparece em uma das definições de *pai*, e *pai* aparece em uma das definições de *genitor*. Isso mostra que essas palavras são consideradas sinônimas. É provável, no entanto, que muitos falantes do português digam que *pai* e *genitor* tenham significações muito diferentes, pelo fato de *pai* ser também aquele que cuida, que cria, enquanto *genitor* é simplesmente aquele que gera.

Não é difícil constatar que essas duas palavras têm conotações muito distintas, mesmo quando usadas como sinônimas. Isso decorre do fato de o sentido da palavra *pai* se constituir tanto do conceito de *homem que gera um filho* quanto do de *homem que cria um filho*, além de outros significados; trata-se, portanto, de uma palavra polissêmica. O conceito de *homem que cria*, associado à palavra *pai*, produz um valor afetivo muito forte, que a torna consideravelmente distinta da palavra *genitor* – esta, em sua denotação, está associada apenas ao primeiro conceito (*homem que gera um filho*), que não produz um valor afetivo comparável ao de *homem que cria*. É por isso que soaria muito estranho, em uma situação casual, um filho que gosta muito de seu pai, referir-se a ele por “meu genitor”, em vez de “meu pai” – usar a palavra *genitor*, nesse caso, daria a impressão de que o filho em questão

quer suprimir a ideia de que o indivíduo que o gerou foi também aquele que o criou, educou, etc. (essa poderia ser uma atitude proposital, considerada a possibilidade de o genitor em questão não ser um “pai presente”). Note que essas conotações só são possíveis porque as relações de sentido em questão decorrem de significações socialmente (e implicitamente) convencionadas.

É preciso destacar que a sinonímia pode ocorrer nas diferentes classes de palavras: entre substantivos (*casa, lar, morada*), adjetivos (*cansado, fadigado*), verbos (*alegrar, divertir*), advérbios (*cá, aqui*), preposições (*ante, perante, diante*), quantificadores indefinidos (*um, algum*) e conjunções (*mas, porém, contudo*).

Há uma relação de sentido que, diferentemente da sinonímia, opõe significados: a **antonímia**. Para identificar alguns antônimos, você pode se remeter novamente ao Quadro 2.1 e buscar, entre os hipônimos de *sentimento*, relações de oposição de sentido. Pense novamente nas palavras *serenidade, calma e tranquilidade*. Existe entre os hipônimos de *sentimento* alguma palavra que seja *antônima* dessas palavras? O que dizer, por exemplo, da palavra *euforia*? Em alguma medida, parece que o sentido dessa palavra se opõe ao sentido de *serenidade, calma e tranquilidade*, pois *euforia* nos remete a um estado de animação que não é expresso por essas palavras – numa significação oposta, elas estão associadas à ausência de agitação (física ou psicológica). O mesmo pode ser dito de *nervosismo* e *agonia*, que denotam um estado de espírito ou um tipo de sofrimento oposto ao que *serenidade, calma e tranquilidade* denotam. Isso nos permite dizer que *serenidade, calma e tranquilidade* estão numa relação de oposição com *euforia, nervosismo e agonia*. Em outras palavras, esses últimos itens são antônimos dos primeiros.

É preciso destacar que, assim como não se pode esperar igualdade absoluta de sentido entre palavras sinônimas, não se pode esperar que as palavras *antônimas* sejam absolutamente opostas. Para constatar isso, basta observar o fato de *euforia* e *calma*, que pela análise que apresentamos são palavras *antônimas*, não expressarem uma relação inequívoca de polaridade, embora essa relação seja observada em outras relações de antonímia. O que chamamos aqui de relação de *polaridade* é toda relação de oposição semântica que faz a maioria dos falantes evocarem,

com grande probabilidade, um mesmo par de itens lexicais antônimos: *positivo / negativo, ir / vir, comprar / vender, entrar / sair, aparecer / desaparecer, bondade / maldade*, etc. Veja que, se uma pessoa perguntar a outra qual é o antônimo de qualquer palavra desses pares, é muito provável que essa pessoa dê como resposta a outra palavra indicada no par. Diferentemente, se alguém perguntar qual é o antônimo de *calma*, pode ser que obtenha como resposta *euforia*, mas também pode ser que a resposta seja *nervosismo, agitação*, etc.

A antonímia pode ocorrer nas diferentes classes de palavras: entre substantivos (*bondade/maldade*), adjetivos (*feliz/triste*), verbos (*vencer/perder*), advérbios (*cá/lá*), preposições (*sobre/sob*) e quantificadores indefinidos (*alguém/ninguém*).

É preciso destacar o fato de que algumas palavras do léxico não têm qualquer antônimo. Veja, por exemplo, no Quadro 2.1, o conjunto de itens lexicais que se associam aos hiperônimos utensílio, vestimenta e lugar. Faria sentido perguntar qual é o antônimo de *panela*, qual é o contrário de *hospital* ou qual é a palavra cujo sentido se opõe ao sentido de *camiseta*? Parece que não, não é mesmo?

Todas as relações de sentido que estudamos nesta seção aproximam, de algum modo, certos itens lexicais e, por isso, fica fácil concluir que eles estejam relacionados: hiperônimos estão relacionados aos hipônimos, porque estes são especificações daqueles; co-hipônimos estão relacionados por terem em comum um mesmo hiperônimo; sinônimos estão relacionados por terem sentidos próximos, e antônimos, por terem sentidos opostos. A partir dessa constatação, será que deveríamos concluir que palavras que não têm uma relação aparente não estão semanticamente relacionadas? Por exemplo: no Quadro 2.1, não há relação de sentido aparente entre os hiperônimos *sentimento* e *vestimenta*, assim como não há relação aparente entre seus respectivos hipônimos *alegria* e *camiseta*. A resposta à pergunta em questão depende da perspectiva teórica usada para respondê-la e de como, a partir dela, compreende-se o que é um *sistema linguístico*. Se considerarmos a língua como um sistema de signos que se configura essencialmente pelas relações que eles estabelecem uns com os outros (a visão do estruturalismo), poderemos dizer que

o simples fato de alegria não ser uma vestimenta e de *camiseta* não ser um sentimento fazem essas palavras se relacionarem semanticamente no *sistema linguístico*. Em outras palavras, é possível dizer que o significado de *alegria* pode ser definido por aquilo que ela não é – o fato de algo não ser uma vestimenta é também significativo para que o léxico de uma língua, a partir de outras relações, organize seus itens.

Para a Semântica Lexical estruturalista, os significados das palavras se delimitam uns aos outros a partir de inúmeras relações. Quando essas relações tornam essas palavras análogas, permitindo agrupá-las de algum modo, configura-se um campo *semântico*. As palavras *rede*, *internet*, *conexão*, *modem* e *navegação*, por exemplo, constituem um mesmo campo semântico, pois estão todas fortemente associadas a um mesmo tipo de atividade – a comunicação via internet. Quando, por outro lado, as palavras agrupadas formam classes como as que foram apresentadas no Quadro 2.1 (a partir de relações de hiperonímia/hiponímia), essas classes recebem o nome de *campo lexical*.



Pesquise mais

O verbete indicado a seguir faz parte do Glossário Ceale, que contém termos de alfabetização, leitura e escrita. Nele, você encontra uma conceituação para as noções de *campo semântico* e *campo lexical* e uma discussão sobre como elas podem ser aplicadas na escola:

ILARI, Rodolfo. **Campo semântico**. Glossário Ceale. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/campo-semantic>>. Acesso em: 23 out. 2017.

Nesta seção, estudamos algumas das principais relações de sentido que constituem o sistema lexical das línguas naturais. Posteriormente, voltaremos a tratar do estudo do léxico, do ponto de vista da Lexicologia e da Lexicografia. Nesse momento, os conceitos estudados nesta seção serão retomados, portanto, busque assimilá-los da melhor forma possível.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é explicar por que a palavra *jantar*, incluída na categoria *comida* por um dos participantes do jogo *Stop*, pertence ou não a essa categoria, reportando-se às relações de *sentido* estudadas pela Semântica Lexical, sobretudo, as de *hiperonímia*, *hiponímia* e *sinonímia*. Confira, a seguir, uma possível solução para esse desafio:

A situação em questão é extremamente complexa, pois a resposta ao questionamento sobre se *jantar* é ou não *comida* não envolve apenas a possibilidade de essa palavra ser ou não uma palavra de sentido mais genérico em relação àquela, envolve primordialmente o quão genérico se espera que seja o sentido da palavra comida ao nomear a categoria do jogo.

Do ponto de vista das relações de sentido, é possível dizer que ***comida* seja um hiperônimo de *jantar***, pois é inegável que **todo *jantar* é comida** (comida que se come à noite) – *comida* é uma palavra de sentido mais genérico em relação a *jantar*, um de seus hipônimos. É possível, no entanto, assumir a existência de outro hiperônimo para *jantar*, um hiperônimo que tem com *comida* uma relação de sentido que pode explicar a aceitabilidade de jantar como um de seus hipônimos. Trata-se do item lexical *refeição*.

O lexema *refeição* designa a comida que se come em determinado horário do dia, funcionando, portanto, em certo nível do léxico, como hipônimo de *comida*. Ocorre que o hiperônimo *comida* que tem como hipônimos *jantar*, *almoço* e *café da manhã* constitui com *refeição* (no sentido que aqui foi apresentado) uma relação diferente da de hiponímia. Nessa relação, *refeição* é sinônimo de *comida*, sendo ambos hiperônimos dos mesmos hipônimos (*jantar*, *almoço*, *café da manhã*, etc.), o que os coloca no mesmo nível hierárquico na relação de hiperonímia / hiponímia. É bem provável, entretanto, que em nosso jogo a palavra *comida*, que nomeia uma das categorias, não esteja sendo usada como sinônimo de *refeição*, estando nela implícita a ideia de tipo específico, que exige hipônimos de sentido mais restrito que o de *jantar* (como *jabá*, *jambo*, *jerimum*, etc.). Nesse caso, a resposta do participante seria, de fato, inválida.

Essas diferentes relações de hiperonímia / hiponímia das quais a palavra *comida* faz parte decorrem do fato de que comida, assim como a maioria das palavras, é uma palavra polissêmica. Em diferentes relações, diferentes sentidos de comida criam diferentes hiperônimos, que abarcam diferentes hipônimos.

O problema com o qual estamos lidando no jogo nesse momento só pode ser resolvido, portanto, se deixarmos claro o tipo de hiperônimo que comida representa – aquele que é ou aquele que não é sinônimo de refeição. Apenas no primeiro caso, *jantar*, *almoço* e *café da manhã* poderão render pontos a quem escolher essas palavras.

Faça valer a pena

1. Na visão estruturalista sobre como o léxico se configura semanticamente, entende-se que os sentidos dos itens lexicais são delimitados pelas relações que eles estabelecem uns com os outros no sistema linguístico. Essas relações podem ser de diversos tipos (relações hierárquicas, de semelhança, de oposição, etc.).

Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa que indica o tipo de item lexical que, em sua relação com um item de sentido genérico, tem um sentido mais específico.

- a) Antônimo.
- b) Sinônimo.
- c) Homônimo.
- d) Hipônimo.
- e) Hiperônimo.

2. Embora seja mais fácil identificar hiperônimos e hipônimos entre lexemas que constituem substantivos, há relações de hiperonímia / hiponímia também entre verbos. Neste caso, o hiperônimo-verbo tem um sentido mais abrangente, menos preciso, que o do hipônimo-verbo, cujo sentido é mais específico em relação ao primeiro.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que indica um hiperônimo do verbo cair.

- a) Soltar(-se).
- b) Despençar.
- c) Deslocar(-se).
- d) Desabar.
- e) Erguer(-se).

3. A significação no léxico de uma língua se constitui de diversas relações de sentido existentes entre os lexemas dessa língua. Se considerarmos a visão teórica segundo a qual todos os sentidos se delimitam por se relacionarem uns com os outros, lexemas que não estão associados de maneira aparente estão, ainda assim, semanticamente relacionados no sistema linguístico.

Considerando essa informação e a visão teórica em questão, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

- () O sentido de um item lexical pode se definir, também, por traços semânticos ausentes.
- () Relações de sinonímia podem ocorrer entre hiperônimos, mas não entre hipônimos.
- () Hiperônimos que compartilham o mesmo conjunto de hipônimos são sinônimos.
- () Itens de campos lexicais distintos só se relacionam no sistema com itens de seu campo.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) V – F – F – F.
- b) V – F – V – F.
- c) V – F – F – V.
- d) F – F – V – F.
- e) F – V – V – F.

Seção 2.3

Lexicologia e Lexicografia

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Você se lembra de quando foi a primeira vez que teve contato com um dicionário de português ou de qualquer outra língua? Lembra-se de quando descobriu para que os dicionários servem? Provavelmente, isso aconteceu muito cedo, pois esse tipo de instrumento linguístico, além de ser muito usado nos ambientes de educação formal, tem uma importância muito grande em nossa cultura, sendo muito consultado dentro e fora da escola.

Uma das funções do dicionário é apresentar, de maneira acessível, o conhecimento sistemático sobre as palavras de uma língua que já se desenvolveu a partir de diferentes disciplinas linguísticas, sendo uma delas a Lexicologia, que estuda os diversos aspectos das unidades lexicais. A técnica ou o estudo da apresentação desse conhecimento nos dicionários, por outro lado, recebe o nome de Lexicografia. Trataremos dessas duas áreas do conhecimento nesta seção, destacando o modo como elas lidam com os aspectos semânticos das palavras.

Você e seus amigos já estão jogando *stop* há pelo menos uma hora, e, em decorrência das polêmicas, alguns dos participantes foram se tornando cada vez mais rígidos na avaliação das jogadas – um deles chegou, exageradamente, a deixar um dicionário ao seu lado para conferir absolutamente todas as palavras que colocavam nas colunas do jogo. Numa das jogadas, para a categoria *sentimento*, um dos participantes escolheu a palavra *felicidade*. O “participante-fiscalizador” decidiu, então, procurar a palavra no dicionário, para ver se ele dizia que felicidade era, de fato, um sentimento. A definição que ele encontrou foi: “qualidade ou estado de feliz; estado de uma consciência plenamente satisfeita; satisfação, contentamento, bem-estar” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, [s.p.]).

Sem pestanejar, ele disse aos outros participantes que a palavra *felicidade* não era válida para aquela categoria, pois seu dicionário

dizia que ela se refere a uma qualidade ou estado, e não a um sentimento. Depois da manifestação desse participante, você, mais uma vez, decidiu intervir, pois percebeu que ele estava equivocado ao dizer que a palavra não era válida. Para esclarecer o equívoco, você deverá dizer por que a afirmação do participante não está correta, valendo-se do conceito de *hiperonímia* e explicando como ele é usado nas definições lexicográficas e nos diferentes dicionários. Ao longo do item *Não pode faltar* deste livro didático, você terá a oportunidade de refletir sobre o papel e a relevância dos dicionários na vida dos falantes e sobre como eles podem e/ou devem ser usados, o que o ajudará na solução do problema. Bom trabalho!

Não pode faltar

Os aspectos semânticos do léxico estão entre os interesses de diferentes áreas do conhecimento linguístico, sendo uma delas a própria Semântica (ou, mais especificamente, a Semântica Lexical). Entre essas áreas, há também a Lexicologia e a Lexicografia, que, embora tratem de diversos aspectos das unidades lexicais, concentram parte significativa de suas reflexões nos fenômenos da significação. Nesta seção, você terá a oportunidade de conhecer um pouco melhor essas duas áreas e entender como elas lidam com os fenômenos semânticos do léxico.

De maneira geral, podemos dizer que a Lexicologia é **o estudo das unidades que constituem o léxico de uma língua em seus diversos aspectos** (morfológicos, morfossintáticos, categoriais, semânticos, etc.). Isso significa que, para essa disciplina, importa estudar a constituição interna de uma palavra (seus radicais, sufixos, etc.), as flexões que ela pode sofrer (por exemplo, *comer, comi, comemos*), as classes às quais ela pode pertencer (verbo, substantivo, adjetivo, etc.), os significados aos quais ela pode estar associada, entre outras propriedades. O indivíduo que se dedica ao estudo do léxico de uma língua natural é chamado de *lexicólogo*.

A Lexicografia, por outro lado, é **a técnica ou o estudo da elaboração de dicionários**. Além de realizar suas próprias pesquisas, com a finalidade prática de constituir dicionários, ela leva em conta os estudos sobre o léxico de determinada língua que já foram desenvolvidos pela Lexicologia. O indivíduo que se dedica

à produção de dicionários ou ao estudo da produção dessas ferramentas é chamado de *lexicógrafo*.



Vocabulário

Existem duas palavras distintas para fazer referência às pessoas que lidam profissionalmente com os dicionários:

Dicionarista – aquele que é autor de dicionário.

Lexicógrafo – aquele que pratica a lexicografia (como técnica de produção de dicionários ou como disciplina que estuda esse tipo de produção).

Assim como ocorre com a Lexicologia, a Lexicografia se interessa pelos diversos aspectos das unidades lexicais (aspectos de ordem formal e de ordem semântica). Você já deve ter percebido que, ao abrir um dicionário e procurar por uma palavra, você não encontra na seção que trata desse item apenas seu significado. Há outras informações lexicais presentes, como a classe gramatical da qual ele faz parte, seu gênero gramatical (masculino, feminino, neutro), a separação de suas sílabas, etc.

Nesta disciplina, importa-nos discutir com maiores detalhes os conceitos que a Lexicologia e a Lexicografia usam para tratar dos fenômenos *semânticos* do léxico, por isso, nos parágrafos a seguir, daremos destaque aos *termos* que são, de alguma maneira, relevantes para o estudo da significação lexical nessas duas áreas do conhecimento.

Talvez você já esteja relativamente familiarizado com o termo *léxico* e já tenha uma ideia básica do que se estuda quando se trata desse aspecto da língua natural. É preciso que você saiba, no entanto, que alguns termos associados ao estudo desse aspecto, incluindo-se o próprio termo *léxico*, não correspondem sempre aos mesmos conceitos quando diferentes disciplinas e diferentes autores lidam com eles. Embora exista certa heterogeneidade conceitual em relação a esses termos, é possível fazer algumas generalizações e abstrações, para que você, tendo conhecimento delas, esteja preparado para ler e compreender textos de diferentes autores que lidam com esse tipo de estudo, caso você tenha interesse.

Para começarmos a discutir essas questões, refletiremos sobre uma palavra que costuma vir à mente de boa parte das pessoas quando pensam no termo léxico: trata-se justamente de palavra. Essa palavra é muito usada em textos orais e escritos de diferentes gêneros, que não são produzidos necessariamente por pessoas que estão estudando a língua de maneira sistemática. Intuitivamente, a maioria dos falantes consegue compreender que nesses textos a palavra está sendo usada para designar uma unidade linguística mínima, referida como unidade escrita, falada ou como unidade abstrata. No uso comum da língua, e até em alguns usos especializados, empregá-la costuma não causar problemas àquilo que se pretende discutir.

Na Lexicologia e na Lexicografia, no entanto, alguns termos são usados para destacar, de maneira mais precisa, algumas propriedades da unidade lexical estudada, e, nesses contextos, o item *palavra*, como elemento da linguagem comum, não é o mais adequado. Exploraremos, a seguir, alguns desses conceitos, tendo como base a terminologia discutida por Biderman (1996).

O primeiro termo lexicológico que importa destacar é o termo *lexema*. O lexema é uma unidade abstrata de base do léxico; ele pode ser compreendido como um representante (não realizado concretamente) de todas as formas realizáveis de uma palavra. Pense, por exemplo, nas palavras, de fato produzidas, *cheguei*, *chegou* e *chegaram*. Se você considerar essas palavras a partir de certo ponto de vista, verá que todas elas correspondem a uma mesma unidade do léxico, que, apesar de não estar sendo realizada com uma forma específica, é identificável por qualquer falante como uma *unidade de base*. O lexema representa o *significado lexical* da palavra, que está presente em qualquer uma de suas realizações.



Assimile

O **significado lexical** é o significado básico de uma unidade lexical, que não depende de uma realização gramatical específica. *Andar*, *andei* e *andamos* contêm o mesmo significado lexical (*locomover-se dando passos*). Há, no entanto, em cada realização gramatical da palavra, outros significados, que decorrem das propriedades morfossintáticas dessa realização. Em *andei*, por exemplo, a terminação *-ei* faz a palavra em questão indicar, além do significado de alguém *se locomover*

dando passos, o de que isso ocorreu em um momento anterior ao momento da fala (no pretérito). Cada um desses dois fenômenos envolve uma significação decorrente do uso da língua e corresponde, portanto, a um fenômeno de natureza semântica.

Quando se quer fazer referência à *manifestação discursiva* do lexema, que consiste na associação entre a unidade de base do léxico e uma forma linguística canônica, usa-se o termo *lexia*. Pense, por exemplo, no item *esperar*, não como um elemento abstrato, mas como a unidade concreta que representa esse elemento abstrato – você está diante da *lexia* dessa unidade abstrata. Pensando a questão de modo simplificado, você pode entender a *lexia* como a materialização do lexema; a unidade concreta (a *lexia*) continua sendo uma unidade de base; ocorre que agora destaca-se o fato de ela ter uma forma específica, reconhecida por todos os falantes da língua.

Existem dois tipos de *lexias*, conhecidos como *lexias simples* e *lexias complexas*. As *lexias simples* são aquelas formadas por apenas um elemento, como *correr*, *pular*, *andar*, *desistir*, *cachorro*, *mesa*, *feliz*, etc., sendo correspondentes a um único conceito, e as *lexias complexas* são aquelas que, embora sejam identificadas como uma sequência de unidades, também correspondem a um único conceito – por exemplo: *cortador de unha*, *pai de família*, *empurrar com a barriga*, *dar para trás*, etc. Lembre-se de que as *lexias complexas*, como quaisquer outras *lexias*, são a manifestação discursiva de um lexema e que também estão, portanto, associadas a um significado lexical. Compare as *lexias* *dar para trás* e *desistir*, por exemplo. Elas representam lexemas que têm um significado lexical muito próximo, não é mesmo?

A partir de exemplos como esse, você deve ter compreendido por que é importante não usar o termo *palavra* ao tratar sistematicamente de certos fenômenos lexicais. Em geral, esse termo nos faz pensar apenas nas unidades que, tecnicamente, correspondem às *lexias simples*. É comum, por exemplo, considerar *desistir* (uma *lexia simples*) como *palavra*; não

se costuma, entretanto, chamar a expressão dar para trás de palavra, pelo fato de ela ter a forma de uma sentença e por ser, aparentemente, constituída por mais de uma palavra. Ocorre que, assim como desistir, essa *lexia* complexa corresponde a um único elemento do léxico, que tem um significado lexical determinado e convencional, sendo, aliás, sinônimo de desistir, uma *lexia* simples.

Há ainda outro termo que se usa em Lexicologia e Lexicografia quando se lida com as unidades lexicais e que é importante você conhecer. Trata-se do termo *lema*. O *lema* é a representação canônica de um lexema em um dicionário e corresponde à unidade lexical que introduz o verbete. Quando você busca pela palavra *onda* em um dicionário, a forma que aparece com maior destaque no verbete é o *lema*, também conhecido como *entrada* ou *palavra-entrada*.



Pesquise mais

Nas páginas indicadas do artigo destacado a seguir, você tem acesso a uma reflexão crítica sobre a terminologia técnica usada por diferentes abordagens da Lexicologia e da Lexicografia.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, v. 40, p. 31-33, 1996. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994/3664>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

Você deve ter notado que os termos *lexema*, *lexia* e *lema* veiculam conceitos muito próximos. Isso decorre do fato de haver entre essas palavras uma forte relação metonímica – quando buscamos uma palavra no dicionário, se já estivermos familiarizados com o modo como essa busca deve ser feita, teremos em mente o lexema, uma abstração de suas potenciais realizações gramaticais. ocorre que essa unidade só é identificada por nós entre os verbetes do dicionário pelo fato de reconhecermos, nesses verbetes, uma manifestação convencional e concreta do lexema: a *lexia*. O fato de a palavra que buscamos corresponder, no dicionário, a um *lema* não anula o fato de que ele é, indiretamente, o lexema que procurávamos e,

consequentemente, a lexicografia, por nós rememorada, permitiu-nos chegar até ele. Destaque-se o fato de a maioria dos dicionários selecionarem como forma canônica que introduz o verbete aquela que corresponde à lexicografia compartilhada pelos falantes da língua. Em português, por exemplo, a lexicografia dos verbos corresponde à forma nominal infinitiva de cada um deles (*amar, fazer, usar*, etc.). É essa a forma canônica que os dicionários usam como lema nos verbetes, e não as realizações gramaticais específicas (*amei, fiz, usei*, etc.).

É preciso destacar que em Lexicologia e Lexicografia costuma-se usar o termo *unidade lexical* para designar, de modo genérico, a palavra que está sendo analisada em nível lexical. Esse termo abarca o *lexema*, a lexicografia e o lema. O *léxico* corresponde ao **conjunto das unidades lexicais da língua**, o que inclui as lexicografias simples e complexas.



Assimile

O termo *vocabulário* é usado como sinônimo de *léxico* tanto no senso comum quanto em certas abordagens da Linguística. No entanto, em algumas situações, esses termos se diferenciam: enquanto *vocabulário* designa um conjunto restrito de unidades lexicais, usadas em determinado campo de estudo, em um texto específico, por uma pessoa específica, por um grupo específico, etc., *léxico* corresponde especificamente ao conjunto global de unidades lexicais de uma língua.

Agora que você compreendeu como são usados os diferentes conceitos de “palavra” em Lexicologia e Lexicografia, vamos nos concentrar na Lexicografia, para que você reflita sobre como as unidades lexicais são descritas nos dicionários.

Você já se perguntou, em algum momento, o que são os dicionários e para que eles servem? Alguns estudiosos, como Auroux (1992), consideram o dicionário um *instrumento linguístico*, que reúne parte importante do conhecimento metalinguístico, o conhecimento sobre a língua desenvolvido conscientemente a partir de reflexões cuidadosas e sistemáticas. Os falantes usam os dicionários para descobrir palavras de

sua língua que desconheciam, para confirmar os sentidos das palavras e refletir sobre eles, para ensinar e aprender línguas, entre outras coisas.

Embora os dicionários sejam muito procurados quando se quer descobrir ou confirmar o sentido de uma palavra, por meio de uma definição, suas informações lexicais não se restringem a informações semânticas. Observe o exemplo a seguir, um verbete da palavra *som* adaptado do Dicionário Houaiss (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009), e identifique as informações lexicais de natureza semântica, separando-as dos demais tipos de informação:

Som

substantivo masculino

1 tudo que é captado pelo sentido da audição; ruído, barulho (Ex.: *há s. estranhos na casa*).

2 Rubrica: física. Vibração que se propaga num meio elástico com uma frequência entre 20 e 20.000 Hz, capaz de ser percebida pelo ouvido humano.

3 Regionalismo: Brasil. Uso: informal. Música, esp. popular (Ex.: *está calmo, ouvindo um som*).

4 Regionalismo: Brasil. Uso: informal. Característica ou estilo de banda, músico, orquestra etc.

Ao observar o verbete, você deve ter destacado como informações lexicais de natureza semântica tudo o que aparece delimitado por cada um dos números de 1 a 4. O conjunto de informações que constituem cada uma dessas categorias numeradas é chamado de *acepção*. Em Lexicologia, entende-se como acepção de uma palavra cada um dos sentidos que essa palavra tem, que podem ser vários e que se constituem de elementos conceituais e afetivos, de denotações e de conotações. Na Lexicografia, a acepção corresponde ao conjunto de informações lexicais que, reunidas, identificam esse sentido. Veja que, no exemplo apresentado, as acepções se constituem de distintos tipos de informação: na primeira, há uma definição, sinônimos e um exemplo de uso correspondente ao sentido que está sendo descrito; na segunda, há uma

definição e uma nota (rubrica) que indica que, para a acepção em questão, a palavra é considerada um *termo* da física; na terceira, além do sinônimo e do exemplo, há notas que tratam de duas conotações produzidas pela palavra nessa acepção (a de que quem a usa é brasileiro e a de que seu uso soa informal). Essas mesmas conotações são destacadas na quarta acepção, que contém uma definição.



Refleta

Você acha que existe algum tipo de relação entre o conceito de *polissemia* e o de *acepção*? Observando a estrutura de um verbete de dicionário, que distingue acepções, seria possível dizer que ele é capaz de representar a polissemia de uma palavra?

As definições são muito frequentes nos dicionários e, muitas vezes, atuam como o principal elemento da acepção lexicográfica. Elas são usadas, sobretudo, nas acepções de palavras substantivas. Segundo Borba (2003) e Biderman (1984), os substantivos são comumente definidos nos dicionários pelo uso de palavras de sentido geral às quais se associam (em geral, posteriormente) palavras que especificam o significado da palavra-entrada. Esse procedimento definitório é conhecido como *definição por gênero e diferença*, que consiste em, ao definir uma entidade, indicar a categoria da qual ela faz parte e assinalar as propriedades que a distinguem dos demais elementos da mesma categoria. Para compreender esse procedimento, observe a definição presente na segunda acepção do verbete destacado anteriormente (para a palavra *som*). Nela, a palavra *vibração* é indicada como a categoria da qual a palavra *som* faz parte; como não se trata de qualquer *vibração*, todo o segmento introduzido por “que se propaga...” constitui a diferença específica que distingue o *som* dos demais tipos de *vibração*.

Ao observar esse tipo de definição, você deve ter se lembrado das relações lexicais de hiperonímia e hiponímia, estudadas pela Semântica Lexical, uma vez que a relação entre o item

definido e o elemento da definição que indica a categoria à qual ele pertence corresponde à relação entre *específico* e geral existente entre o hipônimo e o hiperônimo. Na definição da segunda acepção para *som*, *vibração* é um hiperônimo de *som*, sendo este um de seus hipônimos.

Como você deve se lembrar, em um sistema lexical, podem existir diversos hiperônimos para uma mesma palavra. Os dicionários precisam escolher, entre esses hiperônimos, ao menos um para a construção da definição. Em diversas ocasiões, sobretudo, quando não se trata de definições de *termos* (que costumam seguir, de modo mais rígido, os conceitos da área do conhecimento à qual pertencem), diferentes dicionários usam diferentes hiperônimos em suas definições. Compare, por exemplo, as seguintes definições para a palavra *computador*:

Máquina destinada ao processamento de dados, capaz de obedecer a instruções que visam produzir certas transformações nesses dados para alcançar um fim determinado. (adaptado de INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, [s.p.])

Aparelho eletrônico que funciona a partir de princípios matemáticos e pode ser programado para desempenhar tarefas variadas, como armazenar, buscar, processar, classificar, organizar, formatar e apresentar dados, inclusive impressos. (adaptado de LEXICON EDITORA DIGITAL, [s.p.])

Veja que, no primeiro dicionário, a palavra *máquina* foi escolhida como hiperônimo para *computador*, enquanto que, no segundo, o hiperônimo escolhido foi *aparelho*. Não há por que dizer que um hiperônimo esteja mais correto que o outro; o que importa é que ambos têm como um de seus hipônimos a palavra *computador*, que é o item que precisa ser definido. Note que nos dois casos são associadas ao hiperônimo especificações que permitem identificar o significado da palavra definida (não se trata de qualquer máquina, mas de uma máquina destinada ao processamento de dados...; não se trata de qualquer aparelho, mas de um aparelho *eletrônico que funciona a partir de princípios matemáticos...*). Observa-se, com isso, o princípio da definição por gênero e diferença.

As definições (por gênero e diferença) costumam estar presentes em dicionários monolíngues, nos quais importa descrever os conceitos/significados de uma palavra que pertence à mesma língua usada na elaboração dessa descrição. Há, no entanto, os dicionários bilíngues, que costumam apresentar em suas acepções para uma palavra estrangeira, no lugar de definições, palavras semanticamente correspondentes na outra língua.



Exemplificando

No verbete de dicionário bilíngue, as acepções não costumam se constituir de definições, mas de palavras semanticamente correspondentes à palavra-entrada, que faz parte de outra língua. Observe como isso ocorre no verbete a seguir, adaptado do Dicionário Michaelis inglês-português:

job

n

1. obra, empreitada, tarefa.
2. emprego, colocação.
3. trabalho.
4. negócio, cargo, serviço, desempenho de qualquer trabalho.
5. assunto.

(DICIONÁRIO MICHAELIS INGLÊS-PORTUGUÊS, [s.d., s.p.]

Nesta seção, você estudou alguns dos conceitos que a Lexicologia e a Lexicografia levam em conta quando tratam do léxico de uma língua, sobretudo, aqueles que envolvem, de algum modo, fenômenos de significação, como os conceitos de *lexema*, *lexia*, *lema*, *acepção* e *definição*. Essas áreas são extremamente importantes para os estudos da linguagem, pois lidam com unidades das línguas naturais que são caras aos falantes, sendo por eles reconhecidas intuitivamente, ainda que sob o rótulo pouco preciso de “palavra”.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é, enquanto estudante de Letras, consciente dos fenômenos da significação linguística, esclarecer o equívoco de um dos participantes do jogo *stop*, que disse que a palavra *felicidade* não era válida para exemplificar sentimento pelo fato de um dicionário que ele consultou ter apresentado, em uma definição para *felicidade*, apenas *qualidade* ou *estado* como categorias às quais ela pertence. Confira, a seguir, uma solução possível para esse desafio:

Caro colega, eu compreendo sua preocupação com a validade de cada resposta apresentada por cada participante do jogo e acredito que o dicionário pode ser uma ferramenta de apoio para a solução de algumas questões. No entanto, a conclusão à qual você chegou depois de ler uma definição para felicidade em um único dicionário não está correta, e eu vou explicar por quê.

As definições lexicográficas, isto é, as definições de dicionário, costumam seguir um mesmo padrão ao apresentarem os significados das palavras em seus verbetes. Quando se trata de substantivos, como a palavra *felicidade*, é comum seguir um procedimento conhecido como definição por *gênero* e *diferença*, que consiste em indicar a categoria da qual o elemento definido faz parte e assinalar as propriedades que o distinguem dos demais elementos da mesma categoria. Essa categoria (associada a gênero) corresponde, nos estudos lexicais, ao *hiperônimo*, uma palavra de significado mais abrangente em relação a outra (seu hipônimo), sendo esta, em um verbe de dicionário, correspondente à palavra que está sendo definida. Na acepção que você apresentou para felicidade (“*qualidade* ou estado de feliz; estado de uma consciência plenamente satisfeita”), que contém duas definições, as palavras *qualidade* e *estado* são hiperônimos de felicidade, o que permite dizer que a *felicidade* seja uma qualidade ou um estado. Quanto a isso, não há dúvidas.

É preciso levar em conta, no entanto, o fato de que, em uma mesma língua, uma mesma palavra pode ter diversos hiperônimos e que os dicionários podem escolher, distintamente, um ou

outro desses hiperônimos para suas definições. Por esse motivo, não se pode tomar o hiperônimo de uma definição lexicográfica como o único hiperônimo existente na língua para a palavra que está sendo definida. Veja que, no mesmo sistema linguístico, certos hiperônimos podem ser hipônimos de outros e que, em decorrência dessa relação, um hipônimo que está sendo definido pode ter como hiperônimos itens em diferentes posições numa mesma hierarquia. É possível, por exemplo, considerar sentimento como estado, como faz o próprio dicionário que você consultou, para o verbete *sentimento* – “estado ou condição psicológica, e suas manifestações, originadas das pulsões de afeto ou aversão” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, [s.p.]). Se concluirmos que sentimento é um estado e propusermos que felicidade seja um *sentimento*, concluiremos que felicidade é também um estado. Isso significa que tratar felicidade como sentimento não implica que ela não seja, também, o *estado* mencionado pela definição que você apresentou. A única diferença é que *sentimento* é uma categoria menos abrangente que *estado*, embora felicidade esteja contida nas duas – alguém que tem felicidade, igualmente, *sente-se* feliz (sentimento) ou *está* feliz (estado). Por esse motivo, o jogador que incluiu a palavra *felicidade* na categoria *sentimento* deve receber pontos pela escolha.

Avançando na prática

A ordem do gênero e da diferença na definição lexicográfica

Descrição da situação-problema

Ao estudar o modo como são elaborados os dicionários, você notou que as definições lexicográficas costumam ser produzidas por meio de uma técnica que consiste em apresentar o gênero ao qual o elemento definido pertence e os aspectos que diferenciam esse elemento dos demais elementos do mesmo gênero (*definição por gênero e diferença*). Ao analisar diversos verbetes de um dicionário, você percebeu que, em todos eles, a primeira palavra da definição de um substantivo é a que corresponde ao gênero e que as demais constituem a diferença, concluindo, então, que essa colocação

estava associada a uma regra rígida. Ocorre que, alguns dias depois, ao buscar a palavra *vivenda* no mesmo dicionário, você se deparou com a seguinte definição:

Vivenda (s.m.)

pequena casa de campo, frequentemente usada como local de veraneio

(adaptado de INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009).

Nesse caso, diferentemente das definições de substantivos com as quais estava acostumado, você percebeu que a primeira palavra da definição não é um substantivo, mas um adjetivo. E agora? O que dizer dessa palavra que introduz a definição? Ela constitui o gênero ou a diferença? Seu desafio é responder a essas perguntas e apontar uma conclusão que se pode tirar a respeito do uso da técnica de definição por gênero e diferença nos dicionários, tendo em vista a observação desse exemplo.

Resolução da situação-problema

Na definição em questão, a palavra que representa o gênero do qual *vivenda* faz parte é *casa*, apenas. O elemento *pequena*, assim como a indicação de que se trata de uma casa de campo frequentemente usada como local de veraneio, constitui a parte da definição correspondente à *diferença*. Note-se que ser *pequena* é uma característica que diferencia a *vivenda* de outros tipos de casa (de uma mansão, por exemplo). Exemplos como esse mostram que, na definição lexicográfica por gênero e diferença, os elementos que constituem cada um desses itens não têm uma colocação fixa.

Faça valer a pena

1. Em Lexicologia e Lexicografia, diversos termos são usados para designar as palavras que estão sendo analisadas ou descritas, e cada termo corresponde a um ponto de vista a partir do qual essa análise ou descrição se desenvolve (por exemplo, há um ponto de vista que privilegia o significado lexical da palavra, outro que abarca o significado e a forma, etc.).

Com base nessa informação, assinale a alternativa com o termo que designa a palavra enquanto *entrada de um dicionário*.

- a) Lexema.
- b) Lema.
- c) Hiperônimo.
- d) Hipônimo.
- e) Lexia.

2. Em definições lexicográficas, sobretudo nos verbetes cuja palavra-entrada é um substantivo, usa-se uma técnica de definição conhecida como *definição por gênero e diferença*, que consiste em indicar a categoria da qual a entidade a ser definida faz parte e as propriedades que a distinguem dos demais elementos da mesma categoria.

Considerando essa informação, observe o verbebo a seguir:

Altruísmo (s.m.)

1. Rubrica: Filosofia: segundo o pensamento de Comte (1798-1857), tendência ou inclinação de natureza instintiva que incita o ser humano à preocupação com o outro e que, não obstante sua atuação espontânea, deve ser aprimorada pela educação positivista, evitando-se assim a ação antagonista dos instintos naturais do egoísmo.

(adaptado de INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009)

Com base na informação e no exemplo, assinale a alternativa com uma palavra que, na definição do verbebo apresentado, representa o gênero ou a categoria da qual o item definido faz parte.

- a) Segundo.
- b) Pensamento.
- c) Natureza.
- d) Inclinação.
- e) Educação.

3. Os dicionários monolíngues e bilíngues são usados como ferramentas que permitem aos falantes descobrir, confirmar, analisar e refletir sobre os sentidos das palavras de sua língua materna ou de uma língua estrangeira. Esses dois tipos de dicionário apresentam, no entanto, algumas diferenças quanto à organização dos verbetes. Compare:

Caixa (substantivo masculino): *qualquer receptáculo, de madeira, papelão, metal etc., destinado a guardar ou transportar objetos.*

(adaptado de INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009)

Box (substantivo): *caixa (de madeira, de papelão etc.), lata, caixote.*

(adaptado de DICIONÁRIO MICHAELIS INGLÊS-PORTUGUÊS, [s.d.])

Baseando-se nos exemplos apresentados, julgue como verdadeiras ou falsas as afirmações seguintes:

- () A informação em itálico e não negrita corresponde, nos dois casos, a uma definição por gênero e diferença.
- () A relação existente entre a palavra-entrada e o primeiro substantivo depois dos dois-pontos é, nos dois casos, uma relação de hiperonímia/hiponímia.
- () No verbete bilíngue, as palavras que, em português, indicam o sentido da palavra inglesa box são hipônimos do hiperônimo presente na definição de caixa.
- () No verbete monolíngue, a acepção apresentada para a palavra-entrada não é constituída por sinônimos.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) F – F – F – V.
- b) F – F – V – V.
- c) F – V – V – V.
- d) V – F – V – V.
- e) F – F – V – F.

Referências

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário padrão da língua. **Alfa**, São Paulo, v.28 (supl.), p.27-43, 1984. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3677/3443>>. Acesso em: 6 dez. 2017.
- _____. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994/3664>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- BORBA, Francisco Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- FADIGA. In: **Dicionário Aulete Digital**. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/fadiga>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- JOB. In: **Dicionário Michaelis Inglês-Português (Moderno)**. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/job/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.
- LAKOFF, George. Categories: an essay in cognitive linguistics. In: Linguistic Society of Korea (Ed.). **Linguistics in the morning calm**: Selected papers from SICOL-1981. Seoul: Hanshin, 1982. p. 139-193.
- LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Vol. I.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

A semântica da sentença, do enunciado e da enunciação

Convite ao estudo

A Semântica é o campo de estudos da Linguística que se ocupa da significação, um fenômeno decorrente do uso de diferentes unidades linguísticas. Isso significa que, na Semântica, é possível, por exemplo, estudar o significado dos morfemas – como o prefixo {des-}, em *desajustar* –, o significado das palavras – como *casa*, *casar* e *feliz* –, o significado das sentenças – como *Eles se casaram e vivem felizes em uma bela casa* –, entre outras unidades. Nesta etapa da disciplina, vamos enfatizar os sentidos produzidos pelo uso da sentença, unidade que, em diferentes teorias linguísticas, é interpretada e nomeada de distintas maneiras.

Para refletir sobre esses sentidos, você se colocará no lugar de um professor de educação infantil que decidiu analisar as conversas das crianças entre si durante as atividades escolares. Seus alunos têm, em média, cinco anos; sabendo que por volta dessa idade as crianças já dominam praticamente toda a estrutura de sua língua materna – cf. Grolla e Silva (2014) –, em suas análises, você partirá do pressuposto de que elas estão produzindo sentenças bem formadas. Ao iniciar sua primeira observação, você ouviu a seguinte conversa entre duas crianças:

Pedro: *Unicórnio não tem asas.*

Ana: *Unicórnio tem asas, sim, só que elas são muito pequenininhas para voar.*

Intrigado com o diálogo entre os dois e com a convicção que cada um demonstrava ao fazer sua afirmação, você

começou a se perguntar se aquela conversa fazia, de fato, algum sentido e, crendo que sim, decidiu analisá-la do ponto de vista semântico. Mas o que se pode estudar de semântico nesses dois enunciados que constituem o diálogo mencionado? É possível dizer que eles têm, de fato, significado? Como as diferentes teorias conseguem explicar esses significados? Ao longo da unidade, você encontrará respostas para essas questões.

Na primeira seção da unidade, você verá como a Semântica Formal, uma das vertentes da Semântica, lida com o significado das sentenças e como este se relaciona com o conceito de *verdade/condições de verdade*. Na segunda seção, você estudará algumas das principais teorias da significação que recebem o nome de Semântica da Enunciação e lidam com a sentença como o resultado da ação de enunciar ou como o resultado do acontecimento da enunciação. Por fim, na terceira seção, você estudará os principais conceitos da Semântica Argumentativa, cuja teoria defende a ideia de que a argumentação é a principal característica do funcionamento das línguas naturais. Ao final, você poderá analisar o diálogo das crianças a partir de cada uma das perspectivas discutidas. Bons estudos!

Seção 3.1

Semântica Formal

Diálogo aberto

Caro aluno,

Você já parou para pensar que ao usarmos a língua diariamente precisamos, em diversas situações, realizar certos raciocínios lógicos, que, se não forem desenvolvidos à risca, podem nos fazer compreender mal as mensagens? Por exemplo: ao ouvir uma sentença do tipo “Há, no mínimo, vinte alunos na minha classe”, você deve, necessariamente, entender que na classe mencionada o número de alunos *é maior ou igual a vinte*; se isso não acontecer, é possível que você não seja um falante nativo de português (que conhece as estruturas básicas da língua). Casos como esse envolvem *interpretação linguística*, fenômeno que está associado à significação e, portanto, à semântica.

Existe um tipo de semântica que estuda exatamente os mecanismos lógicos que fundamentam a interpretação das mensagens linguísticas e que entende que a língua é, acima de tudo, um sistema regrado, que pode ser descrito por meio de uma metalinguagem lógica e formal. Esse tipo de semântica é conhecido como Semântica Formal e será estudado por você nesta seção.

Lembre-se de que, nesta unidade, você está atuando como um professor de educação infantil interessado em analisar semanticamente os diálogos desenvolvidos pelas crianças da escola em que leciona. No primeiro diálogo que você destacou entre Pedro e Ana, sua tarefa será explicar como a fala de Pedro (“Unicórnio não tem asas”) pode fazer sentido – em outras palavras, você deverá esclarecer o que a torna interpretável na língua, mesmo que ela se refira a uma entidade que não é empiricamente observável, como o unicórnio.

Ao fazer isso, você deverá mostrar como a Semântica Formal, uma teoria referencialista da significação, lida com sentenças desse tipo. Como é possível extrair um significado da sentença em questão sem que haja no mundo um objeto real identificado como unicórnio?

Que tipo de raciocínio nos permite interpretá-la? Para responder a esses questionamentos, você deverá lançar mão dos conceitos de condições de *verdade*, *referência* e *composicionalidade*, oferecendo uma análise semântica da sentença.

Esses conceitos, que são centrais para a Semântica Formal, serão discutidos ao longo do item Não pode faltar. Estude-os com cuidado para compreender como esse tipo de semântica lida com a significação linguística e como eles podem auxiliá-lo no entendimento da significação da fala de Pedro em seu diálogo com Ana. Bom trabalho!

Não pode faltar

Entre as teorias linguísticas que recebem o rótulo de *Semântica*, existe uma que se ocupa primordialmente dos mecanismos lógicos que fundamentam a interpretação das mensagens linguísticas. Essa teoria é chamada de Semântica Formal, e é a partir dela que, nesta seção, você refletirá sobre a significação das sentenças.

A Semântica Formal é uma teoria da significação linguística que se fundamenta em três ideias principais: (1) a de que a língua é um sistema regrado; (2) a de que a interpretação linguística é referencial; e (3) a de que o significado de uma sentença decorre da combinação (composição) entre os significados de suas partes (BASSO, 2013). Discutiremos, a seguir, cada uma dessas três ideias.

Para refletir sobre elas, pense, em primeiro lugar, no que significa dizer que a língua é um sistema regrado. Essa ideia está associada ao pressuposto de que as sentenças de qualquer língua são usadas de forma regular e sistemática para a transmissão de mensagens. Isso quer dizer que a Semântica Formal, assim como as teorias linguísticas estruturalistas, evidencia o fato de a língua ser um sistema, ou seja, de haver nela uma organização, uma estrutura, uma ordenação. Não é à toa que a Semântica Formal tem como principal ferramenta de análise uma metalinguagem fundamentada na Lógica, que é uma disciplina preocupada em descrever, de forma sistemática, organizada e rigorosa, o raciocínio.



Aqui, o termo *metalinguagem* se refere a uma linguagem que foi construída com o intuito de descrever sistematicamente outra linguagem. No caso da Semântica Formal, usa-se uma (meta) linguagem lógico-matemática para descrever uma *língua natural*, que é outro tipo de linguagem.

Apesar dessa semelhança com o estruturalismo (a de considerar a língua um sistema organizado), a Semântica Formal se diferencia das teorias influenciadas por essa corrente de pensamento pelo fato de assumir que as estruturas linguísticas se relacionam com entidades extralinguísticas – como você deve se lembrar, o estruturalismo, por outro lado, está interessado em descrever o sistema linguístico internamente, sem recorrer à realidade extralinguística, como faz a disciplina semântica que você está estudando aqui.

Essa característica da Semântica Formal está associada à segunda ideia mencionada no início da discussão – a de que a interpretação linguística é referencial. Afirmar isso significa dizer que, para que as mensagens linguísticas sejam interpretadas por nós, é preciso que estabeleçamos uma relação entre as expressões linguísticas e os *referentes* do mundo – objetos, animais, pessoas, etc. Esse fato permite incluir a Semântica Formal entre as chamadas *teorias referencialistas*, aquelas que destacam em suas reflexões as relações existentes entre a língua e os referentes.

Até este ponto você aprendeu que a Semântica Formal descreve as estruturas linguísticas considerando-as parte de um sistema regrado e com significado dependente das relações que elas estabelecem com estruturas extralinguísticas. Mas como se deve, afinal, compreender a produção de sentido a partir dessa teoria? Juntando as duas ideias anteriores, temos que: as estruturas linguísticas se relacionam com referentes para significar, e essas mesmas estruturas se organizam na construção das sentenças; então, conforme as expressões de uma sentença, que têm um significado, vão se *combinando*, o significado da sentença vai se formando, constituindo-se uma *expressão complexa*, resultante da combinação entre outras expressões. Essa propriedade das línguas naturais é chamada de *composicionalidade* e está associada à terceira ideia mencionada anteriormente.



Exemplificando

Uma evidência de que o significado das sentenças é composicional é o fato de diferentes sentenças, constituídas por alguns elementos correspondentes (em negrito nos exemplos), terem significados distintos. Veja:

- a) **A máquina de lavar** rasgou **as roupas**.
- b) **As roupas** encheram **a máquina de lavar**.
- c) **A máquina de lavar** deixou **as roupas** bem limpas.
- d) **As roupas** mancharam **na máquina de lavar**.

Para que a Semântica Formal determine o significado de uma sentença (uma expressão complexa), ela deve, em primeiro lugar, estudar a significação das expressões que a constituem e o modo como elas se relacionam com entidades extralinguísticas. É por isso que um dos assuntos mais produtivos nesse tipo de semântica é a interpretação das *expressões nominais*, as quais têm como elemento fundamental um nome (substantivo) e, dependendo de como são formadas, indicam de maneiras distintas como a entidade à qual se faz referência deve ser identificada.

Pense, por exemplo, na expressão nominal o *primeiro presidente do Brasil*. Uma das propriedades dessa expressão é indicar, de maneira muito específica, uma entidade extralinguística (o marechal Deodoro da Fonseca). Por outro lado, as expressões nominais um dos presidentes do Brasil e um presidente do Brasil, embora nos permitam pensar em certos referentes não indicam especificamente um deles.

Comparando os dois tipos de estrutura você deve ter percebido que a alternância entre o uso do chamado *artigo definido* e do chamado *artigo indefinido* dá lugar a diferentes raciocínios, os quais nos permitem interpretar as mensagens linguísticas. No entanto, a ausência de qualquer um desses itens nas expressões nominais também dá lugar a diferentes interpretações linguísticas. Veja alguns exemplos:

- (1) **Onça** é um bicho perigoso.
- (2) **Onças** são bichos perigosos.
- (3) **Onça** gosta de caçar à noite.
- (4) **Onças** gostam de caçar à noite.
- (5) **Água** faz bem para a saúde.

As expressões nominais destacadas nos exemplos (1-5) são chamadas, na Semântica Formal e em outras teorias linguísticas, de *nominais nus* (ou *sintagmas nominais nus*) – sobre o assunto, cf. Pires de Oliveira e Mezari (2012). Nominais nus são expressões nominais cujo único elemento constituinte é o nome. Em português os nominais nus podem estar no singular ou no plural, prevalecendo o singular nos casos em que a expressão se refere a uma entidade não contável (como *água*); diferentemente dos casos em que se usa o chamado *artigo definido*, nos quais costuma haver a referência a uma entidade específica, bem delimitada, os nominais nus tendem a não indicar um indivíduo específico, mas a se referir às entidades de modo genérico – quando se diz *Onça é um bicho perigoso* não se está falando de uma onça específica, mas de todas as onças (ou do *tipo* de animal que recebe o nome de onça).

Note que, em alguns casos, o uso do artigo definido pode também não indicar uma entidade extralinguística singular, específica – compare, por exemplo, *A onça é um bicho perigoso* com *Onça é um bicho perigoso*. Há algo de comum entre essas sentenças? A verdade é que ambas podem ser usadas, em português, quando se quer falar de um *tipo de animal*, que recebe o nome de *onça*, sem fazer referência a uma onça específica.

Como você deve ter percebido, mesmo quando analisamos os blocos que constituem as sentenças, como as expressões nominais, já conseguimos nos dar conta da composicionalidade, pois as diferentes combinações entre os elementos constituintes de uma expressão nominal dão lugar a diferentes interpretações (*um presidente, o presidente, o primeiro presidente*, etc.). Agora, vamos discutir como a Semântica Formal explica a interpretação das sentenças, que são o resultado de uma composição mais ampla.

Na Semântica Formal entende-se que as estruturas linguísticas composicionais se relacionam com entidades extralinguísticas e,

nesse processo, elas dão lugar a certos tipos de raciocínio, que, por sua vez, permitem aos falantes interpretar as mensagens linguísticas. Para essa teoria, a habilidade de um falante em interpretar uma sentença, em seu nível mais básico, está associada à capacidade de atribuir a essa sentença certas *condições de verdade*. Esse tipo de atribuição consiste em identificar as condições necessárias para que o conteúdo descrito por uma sentença seja verdadeiro. Isso é diferente de definir se a sentença em análise é ou não verdadeira, ou seja, se descreve ou não um fato.

Pense, por exemplo, na sentença *O Sol gira em torno da Terra*. Como você vive no século XXI, sabe que essa sentença não expressa uma verdade, pois, na realidade, a Terra gira em torno do Sol e em torno de seu próprio eixo. Note que você soube, de qualquer modo, interpretar a sentença em questão; a constatação de que ela não expressa uma verdade decorre do fato de você ter identificado suas condições de verdade (a sentença *O Sol gira em torno da Terra* só pode ser verdadeira se for verdade que a entidade à qual a expressão *o Sol* se refere gira, de fato, em torno da entidade à qual a expressão *a Terra* se refere).



Assimile

As condições de verdade para a Semântica Formal constituem o significado da sentença. Descrever as condições de verdade de uma sentença equivale, portanto, a descrever parte de seu significado. É preciso lembrar que *condições de verdade* e *verdade* são conceitos distintos:

Condições de verdade: as condições que precisam ser atendidas para o conteúdo descrito por uma sentença ser considerado verdadeiro (o que importa para a interpretação da sentença, no entanto, é conhecer/identificar essas condições, e não atestar que elas estão sendo cumpridas no mundo).

Verdade: ideia (expressa por uma sentença) que é aceita e atestada como verdadeira, autêntica, como um fato.

Definir condições de verdade significa pensar em mundos possíveis que tornam a sentença verdadeira, e não necessariamente nas condições em que apenas no mundo real ela seria verdadeira.

Como, para a Semântica Formal, o significado de uma sentença sempre está associado a entidades extralinguísticas, pois trata-se de uma teoria referencialista, entende-se que essas entidades podem ser reais ou imaginárias, assim como podem ser reais ou imaginárias as situações que tornam essa sentença verdadeira.



Refleta

A Semântica Formal é conhecida por ser uma teoria linguística que se fundamenta no raciocínio lógico. Você acha que é possível analisar, de maneira lógica, sentenças que descrevem mundos e entidades que não existem? A lógica pode ser usada para descrever sentenças que não descrevem verdades que possam ser verificadas no mundo real?

Neste ponto, levando em conta o fato de que a Semântica Formal se vale de uma metalinguagem para estudar a significação, você deve estar se perguntando como ela faz para representar, por meio de tal metalinguagem, as mencionadas condições de verdade. Ora, o fato é que, para descrever as condições de verdade da sentença, a Semântica Formal, em suas análises, costuma fazer uso de uma metalinguagem que é, ao mesmo tempo, lógica e matemática. Essa metalinguagem se caracteriza por ser uma linguagem *formalizada* (expressa por símbolos, números, diagramas, etc.). Um dos principais objetivos dessa formalização é descrever, justamente, as condições de verdade da sentença.

A metalinguagem usada pela Semântica Formal em sua descrição do significado das sentenças costuma levar em conta a notação matemática da teoria de conjuntos. É por isso que, neste momento, você deve se recordar de algumas das suas aulas de Matemática, para entender como ela pode ajudar a descrever o raciocínio que, segundo a Semântica Formal, fundamenta a interpretação das sentenças.

A teoria de conjuntos, basicamente, lida com grupos de objetos/ entidades/elementos e com as relações existentes entre esses grupos e entre elementos e grupos. Algumas das principais relações ou operações em questão são:

a) União (\cup): (operação a partir da qual se obtém) o conjunto formado pelos elementos de dois conjuntos.

Se $A = \{1, 2, 3\}$ e $B = \{4, 5, 6\}$, então, $A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$.

b) Intersecção (\cap): (operação a partir da qual se obtém) o conjunto formado pelos elementos comuns a dois conjuntos.

Se $A = \{1, 2, 3\}$ e $B = \{2, 3, 4\}$, então, $A \cap B = \{2, 3\}$.

c) Pertinência/pertença (\in ou \notin): relação entre um elemento de conjunto e um conjunto, segundo a qual um elemento pode pertencer (\in) ou não pertencer (\notin) a esse conjunto.

Se $A = \{1, 2, 3\}$, dizemos que $1 \in A$ e que $4 \notin A$.

Lembre-se de que em teoria de conjuntos os símbolos de união e intersecção são usados entre símbolos que denotam conjuntos (geralmente, representados por letras maiúsculas), enquanto os de pertença e não pertença são usados entre um símbolo que denota um elemento de conjunto e outro que denota um conjunto.



Exemplificando

As condições de verdade da sentença *João é um carpinteiro* podem ser formalmente descritas pelo esquema a seguir – inspirado em Basso (2013):

$$[[\text{João é um carpinteiro}]] = v$$

sse (se e somente se)

$$[[\text{João}]] \in \{x \mid x \text{ é carpinteiro}\}$$

Nesse esquema, a primeira linha apresenta entre dois colchetes a sentença que está sendo analisada, e a letra v representa o conceito de

verdadeiro. Na segunda linha, o item sse (se e somente se) assinala que há uma condição para que a sentença analisada seja verdadeira, sendo essa condição apresentada na terceira linha. Nessa linha, $\{João\}$ indica o indivíduo referido pelo nome João, e $\{x \mid x \text{ é } carpinteiro\}$ representa o conjunto dos carpinteiros. O símbolo \in estabelece uma relação de pertencimento entre o indivíduo mencionado e o conjunto em questão. O esquema deve ser lido, portanto, do seguinte modo: "A sentença *João é um carpinteiro* é verdadeira se, e somente se, o indivíduo ao qual a expressão *João* se refere pertence ao conjunto dos carpinteiros".

As notações da teoria de conjuntos são muito usadas em Semântica Formal quando se trabalha com sentenças formadas por expressões quantificadoras, como *nenhum*, *algum*, *no mínimo*, etc. A sentença *No mínimo cinco dos meus amigos são engenheiros*, por exemplo, pode ser representada por $|A \cap E| \geq 5$. Nessa notação, o símbolo \cap indica uma intersecção entre o conjunto de amigos (A) e o conjunto de engenheiros (E), isto é, indica que há elementos comuns a esses dois conjuntos, e ≥ 5 indica que essa intersecção tem, pelo menos, cinco elementos – o número de elementos comuns é maior ou igual a 5.



Pesquise mais

No artigo indicado a seguir, você encontrará mais informações sobre a Semântica Formal, perspectiva sobre a significação linguística que está sendo estudada nesta seção.

NETO, José Borges. Semântica Formal. **Revista Letras**, Curitiba, n. 52, p. 167-182, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/18948/12268>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

É preciso destacar que os esquemas criados com tal metalinguagem lógico-matemática têm a finalidade de descrever os mecanismos lógicos que, segundo a teoria em questão, fundamentam a interpretação das sentenças. Se você associar a teoria de conjuntos às três ideias que fundamentam as reflexões da Semântica Formal, apresentadas no início da seção, verá que os

conjuntos e seus elementos representam os referentes (o que se associa à ideia de que a *interpretação linguística é referencial*) e que as relações entre conjuntos e entre um elemento e um conjunto representam as combinações entre as estruturas linguísticas organizadas (o que se associa à ideia de que a *língua é um sistema regrado*), representando, simultaneamente, a composicionalidade da sentença (a ideia de que o *significado de uma sentença decorre da combinação entre os significados de suas partes*).

Com os conceitos e elementos da metalinguagem formal apresentados nesta seção, espera-se que você compreenda, de maneira básica, os tipos de estudos pelos quais a Semântica Formal se interessa. Caso tenha vontade de estudar mais sobre o assunto, você pode explorar as leituras indicadas na seção ou fazer suas próprias pesquisas a partir das ideias que foram apresentadas aqui.

Sem medo de errar

Nesta seção, sua tarefa é explicar como a sentença *Unicórnio não tem asas*, produzida por Pedro, uma criança que já domina o português, é interpretável. Para isso, você deve levar em conta os principais conceitos da Semântica Formal, com os quais se pode explicar o raciocínio que fundamenta essa interpretação. A seguir, apresentamos uma solução possível para esse desafio:

Levando-se em conta os fundamentos teóricos da Semântica Formal, a sentença produzida por Pedro (*Unicórnio não tem asas*) é interpretável porque, apesar de não fazer referência a coisas que são, de fato, observáveis no mundo (unicórnios), pode ser submetida à análise das *condições de verdade*. Qualquer falante de uma língua natural é capaz de atribuir condições de verdade a qualquer sentença e associá-la a entidades extralinguísticas, ainda que essas entidades sejam entidades potenciais e não comprovadamente reais (o caso dos seres denominados *unicórnios*).

A Semântica Formal nos ensina que a significação linguística decorre da composicionalidade da sentença, isto é, da combinação sintático-semântica entre as partes que a constituem. Cada uma dessas partes nos fornece uma instrução sobre como devemos associar as formas linguísticas a entidades extralinguísticas, as quais, articuladas, produzem um raciocínio que faz emergir, necessariamente, condições de verdade para essas sentenças.

Na sentença usada por Pedro (*Unicórnio não tem asas*), a palavra *unicórnio* se refere a um ser que se associa a determinadas características. A existência desse ser e as características com as quais ele de fato se associa (como a presença de asas, de um único chifre, etc.) não são questões importantes para a interpretação da sentença em seu nível mais básico. O que importa é que quando se associa a palavra *unicórnio*, um nominal nu, ao predicado *não tem asas*, cria-se um raciocínio que estabelece que a sentença *Unicórnio não tem asas* é verdadeira se, e somente se, *unicórnio* (que pode ou não existir) tem asas. Em outras palavras, esse raciocínio cria as condições de verdade dessa sentença, aquilo que permite interpretá-la.

Pode-se dizer que qualquer falante capaz de identificar essas condições de verdade conhece o significado dessa sentença. É por isso que a conversa entre as duas crianças faz sentido. Quando Ana, em sua réplica a Pedro, diz que “unicórnio tem asas, sim”, ela, a partir de sua convicção sobre as características associadas aos unicórnios, afirma indiretamente que a afirmação de Pedro não é verdadeira. Isso não quer dizer que ela não seja interpretável ou que não tenha um significado, já que a própria interpretação de seu significado, por parte de Ana, permitiu que ela “denunciasse” a falsidade de tal afirmação. Em outras palavras, foi o fato de Ana ter apreendido a partir da sentença de Pedro a ideia de que tal sentença só pode ser verdadeira se os unicórnios, de fato, não têm asas que permitiu a ela compreender a fala dele e, posteriormente, refutar seu conteúdo.

Note que o decisivo para a interpretação da sentença de Pedro não é saber se o que ele disse é ou não verdade, mas sim saber o necessário para que isso seja verdade (conhecer as condições de verdade); apenas este último elemento contribui para a interpretação básica da sentença.

Para a Semântica Formal, portanto, dizer que uma sentença faz sentido corresponde a dizer que podem ser atribuídas a ela determinadas condições de verdade, e esse procedimento de atribuição, realizado pelo falante quando interpreta, é constitutivo do funcionamento das línguas naturais. No diálogo em questão, portanto, vemos que as crianças estão exercendo plenamente sua competência linguística ao usarem e interpretarem as sentenças mencionadas.

Faça valer a pena

1. Uma das principais características da Semântica Formal é a convicção de que no estudo e no funcionamento da significação linguística só é possível chegar ao significado de uma sentença a partir do significado de suas partes, que se combinam, dando origem a uma expressão complexa.

Baseando-se nessa informação, assinale a alternativa que nomeia o princípio por ela descrito.

- a) Referência.
- b) Composicionalidade.
- c) Condições de verdade.
- d) Verdade.
- e) Interpretação.

2. Uma das razões pelas quais a Semântica Formal recebe esse nome é o fato de ela se valer de uma metalinguagem lógico-matemática (e, portanto, de uma linguagem formalizada) para analisar as sentenças das línguas naturais. Muitas vezes, essa metalinguagem corresponde às notações da teoria de conjuntos.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que na metalinguagem lógico-matemática expressa o significado da sentença No máximo oito alunos da quarta série estão no grupo dos reprovados (considere A como o conjunto de alunos da quarta série e R como o conjunto de alunos reprovados).

- a) $|A \cap R| \neq 0$.
- b) $|A \cap R| = 0$.
- c) $|A \cap R| \geq 8$.
- d) $|A \cap R| = 8$.
- e) $|A \cap R| \leq 8$.

3. Em Semântica Formal entende-se que saber dizer em quais condições uma sentença é verdadeira é um pré-requisito para compreender o significado dessa sentença. Esse tipo de saber faz parte, portanto, do conhecimento semântico que temos das unidades da língua e de como elas se relacionam para criar sentido.

Considerando essa informação, analise o esquema a seguir, que formaliza a interpretação de uma sentença do português:

$$\begin{aligned} & [[S]] = V \\ & \text{sse} \\ & [[Joana]] \in \{x \mid x \text{ é professora}\} \end{aligned}$$

Avalie, agora, como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmações sobre esse esquema.

- () O esquema em questão indica se a sentença $[[S]]$ é verdadeira ou falsa.
- () O elemento $[[S]]$, da primeira linha, corresponde ao elemento $[[Joana]]$, da última.
- () O esquema em questão descreve as condições de verdade da sentença $[[S]]$.
- () As condições de verdade descritas se aplicam à sentença *Joana é uma professora*.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) F – F – F – F.
- b) F – F – V – V.
- c) V – V – F – F.
- d) V – F – V – V.
- e) V – F – F – V.

Seção 3.2

Semântica da Enunciação

Diálogo aberto

Caro aluno,

Quando intuitivamente você pensa em *língua* (a língua natural), que tipo de imagem vem à sua mente? Você imagina um conjunto de elementos abstratos que unidos constituem o sistema linguístico ou imagina uma situação na qual a língua está em pleno funcionamento, colocando em relação certos indivíduos?

Independentemente de qual imagem tenha surgido em sua mente, é importante ter em mente que essas duas concepções de língua existem no debate teórico sobre o funcionamento das línguas naturais. Nesta seção, você se dedicará ao estudo de concepções que se associam, em maior ou menor medida, à segunda situação – aquela em que a língua em funcionamento coloca em relação determinados indivíduos, bem como o indivíduo com aquilo que ele enuncia. Essas concepções são, em geral, tratadas como *teorias da enunciação*. Lembre-se de que ainda estamos interessados nos fenômenos da significação linguística e, por isso, discutiremos como os estudos semânticos podem levar em conta a questão da *enunciação*.

Nesta unidade, você está atuando como um professor de educação infantil interessado em analisar os diálogos desenvolvidos pelas crianças da escola onde leciona. O diálogo entre os alunos Pedro e Ana (transcrito a seguir) será reanalisado por você nesta seção com o uso de conceitos da Semântica da Enunciação.

Pedro: *Unicórnio não tem asas.*

Ana: *Unicórnio tem asas, sim, só que elas são muito pequenininhas para voar.*

Ao comparar as falas de Pedro e Ana nesse diálogo, você percebeu uma diferença no modo como Ana fez sua afirmação: enquanto

Pedro apenas disse, de maneira simples e objetiva, “Unicórnio não tem asas”, Ana incluiu em sua fala (também objetiva) o item *sim*, logo depois de afirmar que unicórnio tem asas, contrariando Pedro. O que esse *sim* produz de diferente na fala de Ana? Qual sentido ele tem nesse emprego específico?

Seu desafio nesta seção é explicar o sentido desse item, levando em conta um *modo de significação* que está associado ao funcionamento enunciativo da língua (e, como consequência, às *figuras enunciativas* representadas pela enunciação). Para realizar essa tarefa, você deve atentar ao conteúdo do item Não pode faltar, sobretudo ao estudo dos seguintes mecanismos enunciativos envolvidos na produção do sentido: (1) o modo semântico de significação e (2) os recursos de indicação da presença do locutor na enunciação, como as asserções e as modalidades. Bom trabalho!

Não pode faltar

Em Linguística, o conceito de *enunciado* está, de maneira geral, associado a qualquer unidade linguística que resulta do *uso* (ou *realização*) de uma língua natural, e essa unidade tem maior ou menor importância teórica e descritiva em diferentes abordagens linguísticas. Introduzimos esta seção tratando do termo *enunciado* para que você identifique mais uma unidade que a Semântica toma como ponto de partida para estudar a produção do sentido.

Para que você estude o conceito de *enunciado* e entenda o porquê de ele ser importante para algumas abordagens semânticas, vamos explorar, em primeiro lugar, as ideias que fundamentam a identificação dessa unidade. Observando a morfologia da palavra *enunciado*, usada até aqui como um substantivo, você deve ter percebido que ela está associada a um verbo muito semelhante, o *enunciar*. *Enunciar* significa, basicamente, *exprimir algo por meio da língua* – quando você conversa com alguém, escreve uma redação ou um bilhete, por exemplo, você está enunciando, pois está se expressando por meio da língua. Aquilo que foi enunciado por você é o resultado da sua enunciação, ou, em outras palavras, um *enunciado*.



Não existem formas ou tamanhos específicos para as unidades identificadas como *enunciados*. Expressões como "Bom dia!", sentenças simples, como "Estou com fome", ou complexas, como "Quando cheguei as luzes estavam acesas, embora não houvesse ninguém em casa", podem ser consideradas enunciados, desde que sejam tratadas como unidades proferidas ou proferíveis em certos contextos.

Para alguns estudiosos das línguas naturais, a enunciação é um elemento indispensável para a compreensão da significação linguística (a partir da análise de enunciados), pois diversos fenômenos semânticos só podem ser compreendidos quando se considera a dimensão da língua em que ela de fato *acontece*, em que é *colocada em funcionamento*. As reflexões desses estudiosos têm sido reunidas em uma mesma linha de estudos semânticos conhecida como *Semântica da Enunciação*. O comum entre essas reflexões é que quando se estuda o sentido considera-se sua relação com a enunciação, cujas características são identificadas a partir da observação do enunciado.

Um dos estudiosos da enunciação mais conhecidos na Linguística é o francês Émile Benveniste (1902-1976). Benveniste foi um linguista que ao se filiar à teoria estruturalista de Saussure reformulou algumas de suas ideias, incluindo o estudo da enunciação na investigação linguística. Como você deve se lembrar, o estruturalismo linguístico se caracterizou por considerar a língua como um sistema estruturado a partir das relações que seus signos estabelecem uns com os outros, um sistema que, segundo essa perspectiva, deve ser analisado internamente, sem recorrer a elementos de natureza extralinguística. Nessa perspectiva, a análise da significação se fundamenta primordialmente na ideia de que o significado, constituinte do signo linguístico, define-se no sistema por meio de relações entre signos.

Benveniste, apesar de ter tomado o estruturalismo saussuriano como base para o estudo da significação, destacou aspectos da língua que, segundo ele, não podem ser estudados, a menos que se considere *a língua em funcionamento*. A solução encontrada pelo estudioso para lidar com esses aspectos, sem descartar o

modo como o estruturalismo saussuriano vinha considerando a questão da significação, foi distinguir dois tipos de significação. Para ele, a língua é o único sistema no qual a significação se manifesta de dois modos – em uma dimensão *semiótica* e em uma dimensão *semântica* (BENVENISTE, 1989). No **modo semiótico de significação** o significado de um signo **se configura no interior do sistema linguístico** em decorrência das relações que ele estabelece com outros signos desse mesmo sistema. Trata-se, basicamente, da significação linguística tal como Saussure a descreveu no *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 1975). Note que Benveniste considera a teoria saussuriana suficiente para “dar conta” desse modo de significação.

O **modo semântico de significação**, por outro lado, é aquele que **só se realiza quando a língua é colocada em funcionamento**, ou, em outras palavras, quando a língua deixa de ser uma entidade virtual, potencial, e se torna o discurso de um locutor. Para Benveniste, uma diferença básica entre a dimensão semântica da significação e a dimensão semiótica está no fato de que, na prática da linguagem, a significação semiótica precisa ser apenas *reconhecida*, enquanto a semântica precisa ser *compreendida*. Em outras palavras, os signos precisam ser reconhecidos, enquanto o discurso precisa ser compreendido.

Para que você entenda melhor essa distinção entre as dimensões semiótica e semântica da língua, pense no seguinte: em português, o elemento *eu* é um signo. Sendo um signo, ele se constitui, segundo Saussure, de uma imagem acústica (um significante) e de um conceito (um significado). Ora, se alguém lhe perguntasse qual é o significado de *eu* em português, o que você diria? Vejamos como os lexicógrafos, interessados em descrever os significados estabilizados dos signos de uma língua, apresentam a acepção mais básica desse item – o exemplo a seguir foi adaptado do *Dicionário Houaiss* (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009):

eu (pronome)

palavra usada por aquele que fala ou escreve para se referir a si mesmo, quando gramaticalmente é o sujeito da oração.

Veja que o exemplo apresenta como significado de *eu* aquilo a que essa forma se refere ao ser *usada* por alguém. Em outras palavras, *eu* significa *aquele que fala no momento em que diz "eu"*. Essa informação, que todo falante de português tem a respeito do signo eu, constitui a dimensão semiótica da significação. O item *eu* e o significado mencionado estão presentes virtualmente na língua, como uma potencialidade de expressão, e tal significado é *reconhecido* por qualquer falante de português. Agora, imagine a seguinte situação: você está conversando com uma amiga, cujo nome é Lia, e em determinado momento ela diz: "eu estou grávida". Ao ouvir esse enunciado, você *compreende* que quem está grávida é sua amiga Lia, tendo sido ela mesma quem disse isso. Na língua em funcionamento, ou seja, no discurso, *eu* passa a ter uma significação específica (*eu = Lia*). Essa dimensão da significação é, de acordo com Benveniste, a dimensão semântica.

Para Benveniste o modo semântico da significação comporta a *referência*, fenômeno por meio do qual uma expressão linguística se refere a uma entidade extralinguística. Por outro lado, o modo semiótico é, por princípio, "separado e independente de toda referência" (BENVENISTE, 1989, p. 65).



Assimile

O signo linguístico, que comporta a **significação semiótica**, é uma unidade linguística formada por uma imagem acústica (significante) e um conceito (significado), sendo ambos entidades internas ao sistema linguístico. O significado de *eu*, portanto, na dimensão semiótica, não depende de sua associação a um elemento do discurso ou do mundo (seu significado está codificado no signo como *aquele que fala*, assemelhando-se a uma instrução).

Segundo Benveniste, o modo semântico de significação precisava ser mais estudado e carecia de um novo conjunto de conceitos, independentes daqueles que Saussure havia proposto no quadro estruturalista dos estudos linguísticos. A seguir, você estudará alguns desses conceitos, os quais tornaram Benveniste o principal representante daquilo que se convencionou chamar de *Semântica da Enunciação*.

O primeiro conceito fundamental da teoria de Benveniste é o de *enunciação*. Segundo ele, a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Como você pode notar, essa definição tem dois componentes: o primeiro é a colocação da *língua em funcionamento*, e o segundo é o modo como isso se torna possível, *pelo ato de um indivíduo*. Na obra de Benveniste, a associação entre esses componentes decorre da importância dada pelo autor ao fato de o sujeito que enuncia apropriar-se da língua para colocá-la em funcionamento. Perceba que, para Benveniste, a própria presença do locutor na enunciação é uma propriedade definidora de enunciação. A seguir, você entenderá por quê.

O conceito de *apropriação* é muito importante na teoria de Benveniste, pois ele estabelece a relação entre duas estruturas organizadas: o sistema de signos e o *aparelho formal da enunciação*. O sistema de signos diz respeito à língua em sua virtualidade, potencialidade e ordenação como estrutura compartilhada entre os falantes; o aparelho formal da enunciação, por outro lado, diz respeito aos *mecanismos* que fazem o locutor, ao colocar a língua em funcionamento, ativar o modo semântico da significação, que se associa, na prática, à compreensão do que é dito. Ao se *apropriar* do sistema de signos, o locutor dá origem a um exemplar de discurso (ou uma *instância de discurso*, nos termos de Benveniste), no qual o sentido se manifesta.

Para Benveniste toda enunciação corresponde a uma relação intersubjetiva (uma relação entre sujeitos). Isso significa que quando você conversa com alguém pessoalmente ou escreve uma carta, ou mesmo quando enuncia um monólogo, você está se apresentando na enunciação como um locutor (como um *eu*) e, necessariamente, estabelecendo um *alocutário* (um *tu*). Em outras palavras, não existe enunciação sem um sujeito que enuncie e que, ao enunciar, projete outro indivíduo em seu discurso. O locutor e o alocutário são esses indivíduos e estarão sempre previstos em qualquer enunciação, ainda que quem tenha produzido de fato o enunciado não possa ser identificado.

Um modo de ilustrar essa instauração necessária de um locutor e de um alocutário na enunciação é observar o exemplo de uma cena memorável do famoso livro de Lewis Carroll, *Alice no país das maravilhas*:

"Desta vez, encontrou uma garrafinha sobre a mesa ('que certamente não estava aqui antes', disse Alice) e, amarrada no gargalo da garrafa, havia uma etiqueta com as palavras 'BEBA-ME' belamente impressas em letras grandes." (CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 11.)

Se você conhece a história, sabe que depois de ler a mensagem amarrada na garrafa Alice acabou provando o líquido e, logo em seguida, encolheu. Levando em conta essa informação, como Alice *compreendeu* o enunciado "Beba-me" e a qual modo de significação essa interpretação está associada?

O enunciado deixado junto à garrafa poderia ter sido escrito por uma pessoa qualquer, que Alice não sabia quem era, pois não havia ninguém presente no local. Mesmo sem uma pessoa ali o enunciado continha formas linguísticas indicativas de uma alocação (um diálogo). Essas formas são o verbo *beba*, que conjugado no modo imperativo se dirige ao indivíduo correspondente ao alocutário, e o pronome *me*, que indica o indivíduo que está falando no momento de enunciação dessa forma. Essas instruções sobre o significado dessas palavras, pertencentes ao nível semiótico, atualizam-se no discurso no momento em que Alice lê a mensagem – sua própria leitura cria uma nova instância de discurso e habilita o modo *semântico* de significação, associado à compreensão/interpretação. Esse modo de significação permite que Alice compreenda o que ela deve beber: o líquido da garrafa. Ela sabe que há um locutor dizendo "beba-me" e que a entidade correspondente a esse locutor deve ser localizada naquele contexto; na situação em que Alice se encontrava era muito improvável que o *me* do enunciado se referisse a qualquer outra entidade que não fosse o líquido da garrafa. Assim, a menina compreendeu que a própria bebida era o locutor, que "pedia" a ela: "beba-me".

Exemplos como esse talvez façam você achar que os indícios da presença do locutor e do alocutário na enunciação correspondem apenas a certas formas verbais e a certos pronomes, como "eu", "você", "me", "te", etc., mas isso não é verdade. Para Benveniste existe um conjunto variado de formas com a função de colocar o locutor em uma relação constante e necessária com sua enunciação e com

seu alocutário. As formas que indicam mais explicitamente essa relação são, de fato, os *índices de pessoa* (*eu-tu* ou *eu-você*), todos os pronomes oblíquos correspondentes (*me, mim, te, etc.*) e as desinências verbais que se associam a essas pessoas (*falei, chorei, beba, fale, etc.*).

No entanto, há também aquelas palavras denominadas por Benveniste como *índices de ostensão* (que servem para “apontar” algo), como *este, aqui, aí, etc.* Note que, assim como ocorre com *eu* e *tu*, os referentes aos quais essas palavras se associam, quando enunciadas, são atualizados em cada instância enunciativa – se seu alocutário, distante de você, disser *aqui, aqui* significará, nessa enunciação, o lugar onde esse alocutário (agora um locutor) está. Se você, no entanto, disser a mesma palavra ao dialogar com esse alocutário, a palavra *aqui* significará o lugar onde você está, e você será, nesse momento, o locutor. Aplique o mesmo raciocínio às palavras *aí, este, lá* e a outras da mesma natureza (demonstrativos e advérbios de lugar) e veja como elas designam algo novo em cada nova enunciação, assinalando a presença do locutor e do alocutário.



Refleta

Você já parou para pensar no que aconteceria com a comunicação linguística se não houvesse palavras como *eu, aqui, este, aquele, lá, etc.* e você sempre precisasse usar expressões nominais do tipo “aquele que está falando”, “o lugar onde aquele que fala está”, “o que está perto/longe de quem fala”, etc.? Haveria dificuldades de comunicação? Seria impossível expressar algum tipo de mensagem ou seria apenas mais trabalhoso?

O terceiro grupo de palavras que, segundo Benveniste, dizem respeito à enunciação e ao locutor que enuncia é o conjunto de todas as formas temporais de uma língua, as quais são sempre determinadas por sua relação com o presente da enunciação. Para compreender essa ideia do autor, basta você analisar uma flexão de tempo de qualquer forma verbal, presente em qualquer texto, buscando explicar como ela significa o que significa. Retome, por exemplo, o seguinte segmento do trecho que destacamos anteriormente (de *Alice no país das maravilhas*): “Desta vez,

encontrou uma garrafinha sobre a mesa... e, amarrada no gargalo da garrafa, **havia** uma etiqueta com as palavras 'BEBA-ME'..."

Os dois verbos destacados nesse segmento estão no pretérito, sendo um correspondente à forma do pretérito perfeito e o outro à forma do imperfeito. Mas o que significa dizer que algo está no pretérito (ou passado)? O que é o passado e em relação a que ele se define? Ora, no momento em que você lê o trecho do livro, coloca-se em curso uma enunciação, que tem, como qualquer outra, um locutor (ou narrador, no caso da história). Essa enunciação instaura um presente, que é a origem da temporalidade interpretada ao longo de toda a história; veja que o verbo *encontrou* e o verbo *havia* indicam momentos de eventos e situações *anteriores* ao momento da enunciação – em outras palavras, os eventos narrados ocorrem todos em momentos anteriores àquele em que você está lendo o texto, e você só constata isso porque toma o presente da leitura como referencial.

Toda temporalidade, portanto, associada a toda e qualquer forma verbal, tem sua origem no agora instaurado pelo ato de colocar a língua em funcionamento, o ato de um locutor. O item *agora*, a propósito, é outra forma cuja referência se atualiza a cada nova enunciação – todo *agora* será um novo *agora* cada vez que você disser "agora". Esse item e itens que semelhantemente representam o presente da enunciação (como *hoje*) são tomados como o referencial temporal da enunciação para a interpretação de elementos da mesma família, como os advérbios de tempo *ontem* e *amanhã*. Em cada enunciação em que se diz "ontem", *ontem* designa o dia imediatamente anterior àquele em que o locutor está enunciando; *amanhã* designará, por outro lado, o dia imediatamente posterior.

Todas as formas linguísticas apontadas até aqui são tratadas por Benveniste como *formas comandadas pela enunciação*. Essas formas, além de indicarem a presença do locutor na enunciação (e, conseqüentemente, a presença do alocutário) pertencem a classes de signos cuja existência é promovida pela própria enunciação. São signos que nascem na enunciação, sedimentando-se, posteriormente, na dimensão semiótica da língua.

A natureza enunciativa dessas formas faz que elas só possam ser interpretadas por meio da remissão ao presente da enunciação e

ao ato enunciativo do locutor; conseqüentemente, todo enunciado que contém essas formas só poderá ser plenamente compreendido (na dimensão semântica da significação) quando essa remissão à enunciação for realizada. Isso significa que uma fala como "Ontem eu almocei naquele restaurante", proferida por um de seus colegas, só é compreendida porque você se vale de seu conhecimento do aparelho formal da enunciação, que lhe permite interpretar, em um presente específico, que (1) *aquela restaurante* se refere a um restaurante relativamente distante do locutor, (2) foi esse locutor (*eu*) quem almoçou em tal restaurante e (3) isso ocorreu no dia imediatamente anterior ao que esse locutor está proferindo tal enunciado. No presente dessa enunciação você saberá exatamente quais referentes associar a cada uma das palavras usadas. Em outro momento e em uma outra enunciação, o mesmo enunciado poderá ter referentes distintos (outra pessoa que de fato o enunciou, outro lugar em que se almoçou e outro dia em que isso ocorreu).

É preciso destacar, no entanto, que as formas comandadas pela enunciação mencionadas aqui não são as únicas manifestações linguísticas que, segundo Benveniste, representam a presença do locutor na enunciação. Há outras manifestações que, embora não correspondam a unidades lexicais, mas sim a construções sintáticas, estão associadas de algum modo à enunciação e ao sujeito que enuncia. Elas constituem o que Benveniste chama de *aparelho de funções*, estando entre elas a *interrogação*, a *intimação*, a *asserção* e a *modalidade*. A interrogação é uma enunciação "construída para suscitar uma 'resposta'" (BENVENISTE, 1989, p. 86). Essa função da interrogação se associa, portanto, à relação intersubjetiva constitutiva da enunciação – entre o *eu* que enuncia (e pergunta) e o *tu* a quem a enunciação se dirige (e de quem se espera uma resposta). A *intimação*, por outro lado, corresponde a todo tipo de ordem, pedido, apelo ou interpelação que se faz a um alocutário e corresponde ao uso de recursos linguísticos como o imperativo (*pegue, use, faça*) e o vocativo (**Joana**, *venha aqui!*; **Marcelo**, *você está me ouvindo?*).

A asserção, por outro lado, é toda enunciação usada para comunicar uma certeza; ela pode corresponder a uma negação ou a uma afirmação. Se você parar para pensar, notará que usamos negações e afirmações durante quase todo o tempo, e é por isso que, como o próprio Benveniste afirma, a asserção é a manifestação mais

comum da presença do locutor na enunciação. Para compreender essa ideia, basta você pensar em como costumamos imputar a algum indivíduo, ainda que não explicitamente, qualquer afirmação que ouvimos ou lemos, presumimos sempre que uma afirmação qualquer tem uma fonte (um locutor), que, correspondendo no mundo real a um indivíduo, uma instituição ou outro tipo de entidade, pode vir a se responsabilizar por ela.

Entre as manifestações linguísticas que fazem parte do aparelho de funções em questão, há também as chamadas *modalidades formais*. Em Linguística, o termo *modalidade* se refere à expressão das atitudes de um falante em relação àquilo que é expresso na sentença/no enunciado. Alguns exemplos de manifestação de modalidade são os modos verbais *indicativo*, com o qual se enuncia algo como fato (*A chuva passou*), e o *subjuntivo*, com o qual se enuncia algo como irreal, possível ou desejado (Não é verdade que **tenha chovido** / Vou comer o que **houver** / Espero que **faça** sol). Há, ainda, diversas expressões não verbais que, ao indicarem possibilidade, dúvida, incerteza, convicção acentuada, etc., constituem-se também como modalidades. Você **com certeza** conhece várias dessas expressões (*com certeza* é uma delas, assim como *talvez*, *possivelmente*, *difícilmente*, *sem dúvida*, *de maneira alguma*, *sem chance*, etc.).

O que todos os recursos linguísticos mencionados ao longo desta unidade têm em comum é o fato de colocarem em evidência o locutor em sua relação com seu alocutário no momento em que aquele converte a língua em discurso. É por isso que Benveniste enfatiza o fato de que a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, representada na enunciação por essas duas *figuras*, que são, simultaneamente, protagonistas da enunciação. Benveniste denomina a existência dessas duas figuras de *quadro figurativo da enunciação*.



Pesquise mais

Você deve ter notado que, na teoria de Benveniste, os termos *enunciação* e *discurso* estão associados. Para entender melhor a relação entre eles, indicamos o texto a seguir, no qual você encontrará

uma análise sistemática de como Benveniste trata desses conceitos em sua obra.

FLORES, Valdir do Nascimento; ENDRUWEIT, Magali Lopes. A noção de discurso na teoria enunciativa de Émile Benveniste. **Moara**, Belém, n. 38, p. 196-208, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/1280/1698>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

Benveniste não foi o único a tratar como *figuras enunciativas* os “indivíduos” que são identificados na enunciação. Depois dele, o linguista francês Oswald Ducrot desenvolveu uma teoria que trata especificamente das diversas figuras representadas no enunciado (unidade definida pelo autor como uma *descrição da enunciação que dá origem a ele*). Essa teoria ficou conhecida como *teoria polifônica da enunciação*.

Em *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (DUCROT, 1987), uma das principais ideias defendidas pelo autor é a de que uma descrição linguística interessada unicamente nas indicações semânticas contidas no enunciado não deve levar em conta o *produtor empírico* desse enunciado (o falante que de fato o produziu). É por esse motivo que esse autor define *enunciação* simplesmente como *o acontecimento que constitui o aparecimento do enunciado*. Se você comparar essa definição com a definição de Benveniste para enunciação, verá que enquanto este destaca o ato de apropriação da língua por parte de um falante, Ducrot não faz em sua definição qualquer referência ao indivíduo que enuncia.

Isso não significa que na teoria de Ducrot não seja importante a relação entre a enunciação e os indivíduos que enunciam, mas todas as entidades que enunciam são consideradas *seres do discurso*, constituintes do sentido do enunciado. Para Ducrot, o estudo do sentido consiste em mostrar como o enunciado indica a superposição de diferentes vozes, as quais estão associadas a informações sobre a enunciação. A partir dessa visão, ele descreve algumas figuras enunciativas (ou vozes) que podem conviver em um mesmo enunciado, dando lugar ao que ele chama de *polifonia*.

A primeira figura da enunciação destacada por Ducrot é a dos locutores. Define-se *locutor* como **o ser apresentado no sentido do enunciado como responsável por sua enunciação**. Essa figura

é *explicitada* no enunciado pelas marcas de primeira pessoa. Pense nela não como um ser humano, mas como um ser que tem uma natureza puramente linguística – o ser *eu*, que está presente em toda e qualquer enunciação, aquele que dá voz à enunciação. Não importa se em uma enunciação se diz “*Eu estou triste*” (com o locutor explícito), “*A porta está fechada*”, “*São duas horas*” (com o locutor implícito) ou qualquer outra coisa, o locutor sempre estará presente, simplesmente como “aquele que está enunciando”, como o porta-voz da enunciação.

Ducrot afirma que esse ser faz parte do *sentido* do enunciado porque ele nos dá uma informação sobre a enunciação (alguém está dizendo o que está sendo dito, mesmo que não importe ou não se saiba quem). Essa informação contribui para nossa compreensão do enunciado. Você já parou para pensar que associamos todo dizer a alguma fonte? Mesmo lendo um enunciado como “*A vida é bela*” em uma parede, sem qualquer assinatura, temos noção de que esse dizer é o dizer de alguém; alguém que se identifica com ele, alguém que disse ou que poderia dizer tal coisa. Essa fonte que está sempre pressuposta é o locutor da enunciação, um componente do sentido do enunciado.

Retome agora o enunciado “*Eu estou triste*”. Além do locutor, tal como o conceituamos, que faz parte do sentido do enunciado, a informação *estar triste* também tem um sentido – trata-se de uma característica psicológica que só existe enquanto fazendo parte de alguém, de uma pessoa. Ora, se essa informação faz parte do sentido do enunciado, precisamos levar em conta, por meio de sua análise, que também se diz que há um ser vivendo a experiência da tristeza. Nesse nível da análise semântica não estamos mais tratando do ser que é simplesmente a fonte da enunciação, mas de um ser **representado** no sentido do enunciado como uma entidade do mundo que pode ter tal experiência de natureza psicológica – trata-se, portanto, de uma **representação** de uma pessoa no mundo, um *personagem* no estado de coisas descrito pelo enunciado. Esse ser que de alguma maneira se associa ao *eu* está também contido no próprio sentido do enunciado e é, portanto, também um ser do discurso.

Pensando nesses dois tipos de seres do discurso (o apresentado no enunciado como responsável pela enunciação e o associado ao

eu, apresentado como a representação de uma “pessoa completa”), Ducrot dividiu o *locutor* em duas figuras: o *locutor enquanto tal* (L) – responsável pela enunciação – e o *locutor enquanto ser no mundo* (λ) – personagem que representa uma “pessoa completa”.

Além dos locutores, Ducrot conceitua uma figura nova, à qual dá o nome de *enunciador*. Os enunciadores são as vozes que representam os *pontos de vista* expressos no enunciado; são as vozes que expressam certo conteúdo sem terem o comando da enunciação e sem que, necessariamente, sejam assimiladas ao locutor. Isso significa que elas podem ser apresentadas na enunciação sem que o locutor as assuma como seu ponto de vista.



Exemplificando

Em um enunciado irônico com a forma “Eu adoro trabalhar aos sábados”, o locutor (*eu*), mesmo sendo considerado responsável pela enunciação, não é assimilado à voz que afirma adorar trabalhar aos sábados (o enunciador). Há, portanto, na enunciação a possibilidade de se apresentarem diversas vozes que estão ali apenas como pontos de vista, que não coincidem, necessariamente, com o locutor.

Lembre-se de que mesmo quando o locutor é assimilado ao enunciador ainda assim é possível distinguir as duas vozes: em “Eu tenho certeza de que vou passar na prova”, considerando-se que não se trata de um enunciado irônico, o *locutor* é a figura que a marca de primeira pessoa (*eu*) assinala, e o enunciador é a voz correspondente à mensagem de que esse *eu* tem certeza de que vai passar na prova. Neste caso, o locutor é assimilado ao enunciador.

Outros exemplos da distinção entre locutor e enunciador são aqueles que envolvem negações. Para Ducrot boa parte das negações surgem de pontos de vista (enunciadores) associados à recusa de outros pontos de vista. Segundo ele, em um enunciado declarativo negativo como “João não é um bom prefeito”, a configuração da negação se dá do seguinte modo: o enunciador E_2 , correspondente ao ponto de vista segundo o qual *João não é um bom prefeito*, ocorre como uma recusa a um possível ponto de vista segundo o qual *João é um bom prefeito* (E_1). O locutor de “João não é um bom prefeito” se assimila a E_2 , opondo-se a E_1 .

É preciso destacar que, assim como há vozes que representam pontos de origem da enunciação, há também, segundo a teoria polifônica de Ducrot, as vozes-alvo. Existem também, portanto, os *alocutários*, que associados aos *locutores* correspondem aos seres do discurso a quem a enunciação é dirigida, e os *destinatários*, que são aqueles seres a quem os pontos de vista (enunciadores) se destinam.

Segundo Ducrot, a identificação de todas essas vozes no enunciado, enquanto representação da enunciação, torna possível interpretá-lo, uma vez que as informações enunciativas constituem, de acordo com sua teoria, o sentido do enunciado.

Com a apresentação de alguns conceitos formulados por Benveniste e Ducrot, esta seção teve o objetivo de mostrar a você que as teorias semânticas que usam a enunciação como fundamento para a descrição do sentido tornam possível explorar aspectos semânticos dos enunciados que não são explorados por outras teorias da significação. Você deve ter notado que, diferentemente de outras teorias, a Semântica da Enunciação não se restringe à significação das palavras ou ao modo como elas se combinam para formar sentenças. O sentido é explorado em outro nível, considerando a relação dos sujeitos (ou das figuras) que enunciam com aquilo que enunciam como fundamental para a compreensão da significação.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é apresentar uma análise enunciativa do item *sim* presente na fala de Ana, descrevendo seu sentido e comparando a fala da aluna à fala de Pedro. Confira, a seguir, uma solução possível para esse desafio. (Diálogo: **Pedro:** *Unicórnio não tem asas.* / **Ana:** *Unicórnio tem asas, sim, só que elas são muito pequenininhas para voar.*)

Se analisarmos o diálogo em questão de um ponto de vista enunciativo, sobretudo levando em conta os conceitos propostos pela teoria enunciativa de Benveniste, identificaremos, tanto na fala de Ana quanto na fala de Pedro, pelo menos um recurso linguístico que indicia a presença do locutor na enunciação. Um desses recursos é a *asserção*, uma enunciação que comunica *certeza* – quando Ana afirma que unicórnio tem asas, ressaltando, inclusive, o “fato” de elas serem pequenas, ela apresenta aquilo que diz como

certo, como verdadeiro. A asserção ocorre também na fala de Pedro, quando ele assevera a negação “Unicórnio não tem asas”. Isso nos mostra que embora haja no mesmo diálogo duas asserções distintas e contraditórias sobre a “realidade” dos unicórnios, em cada enunciação a mensagem é apresentada como um fato, como uma certeza do locutor.

Na asserção de Ana há outro recurso linguístico que indicia a presença do locutor na enunciação. Trata-se da palavra *sim* em “Unicórnio tem asa, sim”. Todos sabemos o que *sim* significa quando levamos em conta sua significação na dimensão semiótica (trata-se de um significado *afirmativo* básico). Quando observamos o modo semântico da significação, no entanto, vemos que há aspectos da significação desse elemento que só podem ser descritos se o associarmos à enunciação em que ele se realiza e às figuras enunciativas.

O *locutor* que diz *sim* na enunciação em questão está instaurando uma *modalidade* específica que indica uma forte *convicção* por parte dele em relação ao que afirma. Quando se instaura um locutor na enunciação (por meio de diferentes recursos linguísticos), sempre há uma relação de intersubjetividade com um alocutário, desse modo, ao enunciar o item *sim* esse locutor, além de expressar sua forte convicção, está projetando com veemência essa convicção sobre seu alocutário. Note que se passamos da questão da intersubjetividade prevista em uma mesma enunciação à questão da intersubjetividade no diálogo (entre enunciações), tornam-se claros os motivos dessa intensidade no modo como o locutor em questão se dirige ao seu alocutário: o *sim* está sendo usado para contrapor a verdade atualmente enunciada à verdade anteriormente proferida (na enunciação de Pedro). Há, de certa maneira, uma retomada da negação de Pedro (“*não* tem asas”), que é veementemente confrontada pelo *sim* da enunciação atual, de Ana. Vemos, assim, que embora ambas as enunciações, a de Pedro e a de Ana, contenham asserções, seus efeitos semântico-enunciativos são distintos em decorrência do uso de *sim*.

Faça valer a pena

1. Na teoria polifônica da enunciação, proposta por Oswald Ducrot, alguns termos são usados para fazer referência aos diferentes tipos de entidades que estão representadas nos enunciados como figuras (ou vozes) da enunciação.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que indica a figura que, no enunciado, representa a voz correspondente a um *ponto de vista*.

- a) Locutor.
- b) Alocutário.
- c) Enunciador.
- d) Falante.
- e) Autor.

2. Segundo a teoria enunciativa de Émile Benveniste, diversos recursos linguísticos dos quais o falante se apropria para colocar a língua em funcionamento são responsáveis por marcar, incessantemente, a presença desse indivíduo na enunciação. Alguns desses recursos correspondem a certas classes de signos, enquanto outros correspondem a determinadas estruturas sintáticas.

Baseando-se nessa afirmação, assinale a alternativa com um exemplo do recurso que Benveniste denomina *intimação*.

- a) "João foi prestar depoimento".
- b) "Mãe, tirei nota máxima na prova".
- c) "Você está se sentindo bem?".
- d) "A Ana vai, sem dúvida, passar de ano".
- e) "Vou fazer aquilo que estiver ao meu alcance".

3. Valquíria é uma estudante de Letras que está se dedicando aos estudos semânticos de caráter enunciativo. Ela tem fundamentado suas análises na teoria enunciativa do linguista francês Émile Benveniste, considerado um dos principais estudiosos da enunciação. Em uma de suas reflexões diárias sobre os fenômenos em questão, Valquíria se deparou no ônibus com o seguinte aviso: "É proibido o uso de aparelhos sonoros sem fone de ouvido", e começou a pensar em como analisá-lo enunciativamente.

Baseando-se na situação descrita, avalie as seguintes afirmações relativas ao enunciado em questão, selecionando aquelas que constituem uma

análise correta desse enunciado, tendo em vista os elementos da teoria enunciativa de Benveniste:

I. O enunciado em questão não representa uma enunciação, trata-se apenas de uma informação divulgada na qual é desnecessária a presença de um locutor.

II. A enunciação em questão corresponde a uma asserção que, necessariamente, indicia uma relação de intersubjetividade.

III. Embora o enunciado em questão exemplifique uma enunciação, não são usados nele recursos que marcam a presença do locutor nessa enunciação.

IV. O enunciado em questão contém um exemplo de modalidade e, portanto, indicia a presença do sujeito da enunciação.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

Seção 3.3

Semântica Argumentativa

Diálogo aberto

Prezado aluno,

Você já se perguntou o que significa *argumentar* e quais são os mecanismos que tornam essa atividade possível? Já pensou se a argumentação é uma competência reservada a apenas algumas pessoas ou se todos os falantes, de qualquer língua, estão sempre aptos a argumentar, independentemente de suas habilidades retóricas? Nesta seção, você refletirá sobre questões como essas, a fim de discutir a ideia de que a argumentação pode ser estudada como uma propriedade semântica das línguas naturais.

Lembre-se de que, nesta unidade, você, como professor de educação infantil interessado em questões de linguagem, tem analisado semanticamente a conversa entre seus alunos e está, atualmente, refletindo sobre o seguinte diálogo:

Pedro: Unicórnio não tem asas.

Ana: Unicórnio tem asas, sim, só que elas são muito pequenininhas para voar.

Ainda que o conteúdo do diálogo entre Pedro e Ana não envolva fatos observáveis, é possível identificar nele argumentações com as quais cada interlocutor tenta defender seu ponto de vista. Considerando a ideia de que os encadeamentos argumentativos estão associados à estrutura linguística dos enunciados, e não apenas às informações por eles veiculadas, seu desafio nesta seção é explicar esses encadeamentos na fala de Pedro e de Ana, considerando as seguintes questões:

(1) A fala de Pedro e a primeira sentença da fala de Ana (*Unicórnio tem asas, sim*) levam a conclusões distintas?

(2) Considerando a fala de Pedro e toda a fala de Ana, é possível dizer que elas, necessariamente, conduzem a conclusões distintas?

(3) Qual é o papel que o item **só que** tem na argumentação da fala de Ana?

Para responder a essas questões, você deve se valer dos conceitos de *orientação*, *encadeamento*, *princípio* e *classe argumentativos*, discutidos ao longo do item Não pode faltar. Bom trabalho!

Não pode faltar

Se você consultar nos dicionários o significado da palavra *argumentar*, é bem provável que obtenha definições que associam a argumentação ao ato de apresentar provas, fatos ou razões (lógicas) para a *comprovação* de uma ideia, afirmação, tese, etc. Este é o conceito de argumentação que a maioria das pessoas conhece.

Essa concepção tradicional de argumentação tem como principal característica a ideia de que a relação entre um argumento e uma conclusão se fundamenta na *validade* do argumento e em sua relação lógica com a conclusão, sendo argumentos *válidos* aqueles cujo conteúdo corresponde a uma verdade atestável, observável, etc. Suponhamos que você queira, por exemplo, defender a ideia de que o uso exagerado de sal faz mal à saúde. A partir da visão tradicional de argumentação, como você faria isso? Ora, você poderia apresentar como argumentos algumas evidências de que o consumo desse condimento faz a pressão arterial aumentar e justificar sua conclusão a partir da evidência de que o aumento da pressão arterial produz danos ao organismo. A partir do raciocínio lógico, essas informações permitem concluir que o sal em excesso faz mal à saúde.

Talvez você tenha se lembrado de que o conceito de argumentação está também associado à retórica, a arte de construir discursos com a finalidade de influenciar ou persuadir alguém de algo (ou a algo). Do ponto de vista retórico, os argumentos são escolhidos com base em sua eficiência persuasiva. Concepções associadas à retórica são aquelas que veem na argumentação um *desafio de convencimento*. Se você já participou de um debate no qual a motivação dos interlocutores era “vencê-lo”, deve ter uma ideia do que seja esse tipo de desafio.

veiculadas (CABRAL, 2010). É exatamente por isso que, segundo a Teoria da Argumentação na Língua, o que garante a passagem de um argumento a uma conclusão não é a verdade do argumento, e sim os encadeamentos possíveis que **já estão previstos na estrutura dos enunciados**. Os encadeamentos argumentativos, segundo essa teoria, fazem parte do próprio sentido dos enunciados, e é por isso que os estudos produzidos a partir dela recebem o nome de Semântica (uma semântica argumentativa).

Diferentemente da retórica, a Semântica Argumentativa não trata da argumentação como o ato consciente de organizar o discurso e de selecionar argumentos; ela entende, por outro lado, que o funcionamento da língua é intrinsecamente argumentativo. Isso significa que, para esse tipo de semântica, você, como falante de uma língua natural, produz encadeamentos argumentativos a todo momento, pelo simples fato de estar usando a língua.

Imagine, por exemplo, qualquer situação em que você possa produzir o enunciado "O céu está nublado". Esse enunciado tem a potencialidade de conduzir a diversas conclusões como: *vai chover, não vou tomar sol hoje, o dia será triste, o dia será fresco, vai anoitecer mais cedo, não vou à praia, vou precisar de um guarda-chuva, o passeio será cancelado*, e assim por diante. Note que para a Semântica Argumentativa não importa saber qual dessas possíveis conclusões é, de fato, aquela que foi pretendida por um falante ao usar o enunciado. Importa, na verdade, mostrar que o enunciado em questão, independentemente do contexto em que é usado, abre caminho para uma continuidade orientada, e o elemento correspondente a essa continuidade é a conclusão. Em outras palavras, é possível dizer que o enunciado contém em seu sentido uma *orientação argumentativa*.



Assimile

A propriedade que um enunciado tem de conduzir a determinada conclusão é chamada de **orientação argumentativa**. Pode-se dizer, por isso, que os diferentes encadeamentos argumentativos (correspondentes à relação do tipo argumento → conclusão) decorrem das orientações argumentativas presentes no enunciado que atua como argumento.

É preciso que fique claro para você que a Semântica Argumentativa é uma teoria linguística inspirada no estruturalismo e que, por esse motivo, ela tende a fornecer explicações semânticas sem recorrer a elementos extralinguísticos (por exemplo, a situação em que o enunciado foi de fato produzido, as intenções do falante, etc.). Nessa perspectiva, a aplicação dos enunciados a situações concretas de uso é apenas uma consequência das possibilidades argumentativas que a língua fornece. Por esse motivo, você deve ter consciência de que a relação entre um argumento e uma conclusão na Semântica Argumentativa não corresponde à relação entre o uso de um enunciado e uma *implicatura conversacional*, o que se discute na Pragmática. Compare as seguintes análises:

(1) **Implicatura conversacional** (Pragmática): em um dia frio, próxima a um ponto de ônibus, uma senhora se aproxima de um senhor que carrega um cachecol em suas mãos e, com a intenção de que ele lhe ofereça o item que não está sendo usado, diz: "Estou com frio". O sentido implícito na fala da senhora é o de que ela gostaria que ele lhe oferecesse o cachecol.

(2) **Encadeamento argumentativo** (Semântica Argumentativa): em português, o enunciado *Estou com frio* pode conduzir a diferentes conclusões, por exemplo: *posso ficar resfriado; não vou sair de casa hoje; preciso de mais agasalhos, etc.*

Veja que em (1) o interesse da análise está em situar o enunciado *Estou com frio* em um uso concreto da língua, considerando-se, inclusive, a intenção do falante que o produz. Em (2), entretanto, a análise se concentra nas possibilidades de continuidade que o mesmo enunciado fornece, independentemente de qualquer contexto específico. Apesar dessas observações não é correto concluir que a Semântica Argumentativa não serve para analisar enunciados que fazem parte de discursos reais, produzidos em determinado contexto. Você precisa apenas ter em mente que, ao analisar esses tipos de enunciado a partir da Teoria da Argumentação na Língua, você deverá se concentrar nos mecanismos linguísticos que possibilitam os encadeamentos argumentativos, tratando os processos de significação dependentes do contexto como desdobramentos das potencialidades argumentativas inscritas

na estrutura dos enunciados. Nesse sentido, a implicatura conversacional identificada na análise (1) deve ser observada como um desdobramento dos possíveis encadeamentos argumentativos que o enunciado *Estou com frio* gera na língua portuguesa.

Agora que você já conhece os princípios teóricos fundamentais da Semântica Argumentativa, que a diferenciam de outras abordagens da significação, como a Pragmática, passaremos a caracterizar mais detalhadamente essa teoria, que tem passado por diversos aprimoramentos desde o final do século XX, a partir dos estudos de Ducrot e de seus seguidores.

Algo importante a destacar é que, desde suas primeiras fases, a Teoria da Argumentação na Língua tem sido tratada como uma teoria enunciativa, dado o fato de conceitos como *locutor*, *enunciador* e *polifonia* serem constantemente mobilizados nas análises desenvolvidas a partir dela. Por exemplo: em seu *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, Ducrot (1987), ao conceituar a polifonia, distingue a figura do locutor (o ser apresentado no sentido do enunciado como responsável por sua enunciação) da figura do enunciador (a voz correspondente a um *ponto de vista* expresso no enunciado) e mostra que, em certos enunciados, há diferentes enunciadores que *argumentam* em diferentes direções, identificando-se o locutor com apenas um deles. O exemplo clássico para esse funcionamento é o dos enunciados constituídos pela conjunção *mas*, veja a seguir:

(3) Estou com fome, **mas** já está muito tarde (para comer).

Ducrot (1987) denomina enunciados como (3) de **enunciados complexos**, que são constituídos por outros enunciados que têm, cada um, sua própria orientação argumentativa. Ao descrever enunciados com o conector *mas*, o autor diz que eles colocam em cena dois enunciadores que argumentam em sentidos opostos.

Considerando o exemplo (3), podemos dizer que o enunciador E₁ sustenta um encadeamento argumentativo do tipo [*estou com fome* → *devo ir comer*], enquanto E₂ sustenta um encadeamento do tipo [*já está muito tarde* → *não devo ir comer*] – para facilitar a apreensão do encadeamento, considere “→” como portanto. Entre esses dois

Para tratarmos de outros conceitos que fazem parte da Semântica Argumentativa e que fundamentam a análise dos encadeamentos argumentativos, retomemos o encadeamento [Argumento 2 → Conclusão 2] da Figura 3.1. Esse encadeamento é descrito como uma relação entre o argumento *já está muito tarde* e a conclusão *não devo ir comer*. Pensando no enunciado *já está muito tarde* fora de um enunciado complexo constituído por *mas*, que encadeamentos você diria que podem ser produzidos por ele em português? Você acha que a conclusão a que esse enunciado conduz deve, necessariamente, ser *Não devo ir comer*?

Se analisar com cuidado a orientação argumentativa desse enunciado, você vai notar que ele também pode conduzir à conclusão positiva *Devo ir comer*. Basta imaginar a situação em que, para quem costuma almoçar cedo, estar muito tarde é um sinal de que se deve ir comer o quanto antes. Agora, talvez você esteja se perguntando: “mas não foi dito que recorrer a uma situação concreta para explicar o encadeamento argumentativo é um procedimento incompatível com a Semântica Argumentativa?”; “Como explicar que um mesmo enunciado seja capaz de conduzir a conclusões opostas?”.

Foi levando em conta questões como essas que Ducrot e Anscombe desenvolveram uma nova versão da Teoria da Argumentação na Língua, que ficou conhecida como *Teoria dos Topoi* (sendo *topoi* o plural de *topos*, que significa crença, lugar-comum, princípio). Nesta abordagem, os *topoi* são **princípios argumentativos que fundamentam a passagem de um argumento a uma conclusão**. Se retomarmos os encadeamentos argumentativos [*já está muito tarde* → *não devo ir comer*] e [*já está muito tarde* → *devo ir comer*] e buscarmos o princípio argumentativo (*topos*) que fundamenta cada um deles, veremos que, no primeiro caso, esse princípio é o de que *horários avançados não são convenientes para refeições*, enquanto no segundo o princípio é o de que *horários avançados são convenientes para refeições*. Note que para a Semântica Argumentativa não importa saber se esses princípios são, de fato, compatíveis com as crenças das pessoas; o que importa é admitir esses princípios como elementos argumentativos que são convocados por um enunciador para fundamentar o encadeamento argumentativo.

Ducrot (1995), ao tratar da teoria dos *topoi*, mostra que cada *topos* se constitui de duas *formas tópicas* recíprocas. Cada uma dessas formas associa duas propriedades que se relacionam gradualmente em *escalas argumentativas* também recíprocas – o quanto se percorre em uma escala é percorrido igualmente na outra.



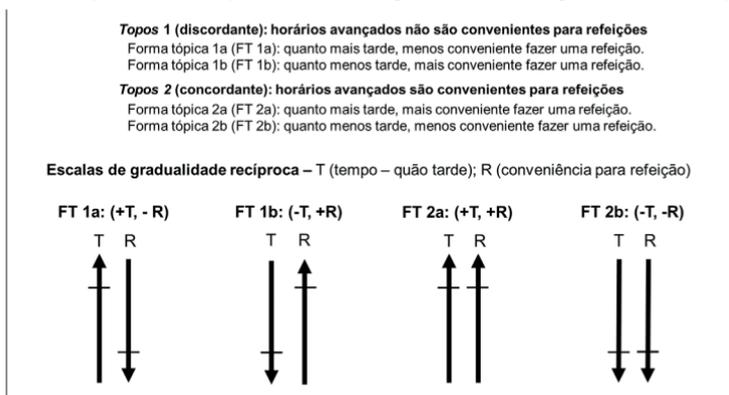
Assimile

As *formas tópicas* (FT) são subdivisões de um princípio argumentativo (*topos*). Constituem-se de duas propriedades – X e Y – que se relacionam gradualmente em escalas recíprocas. As FTs podem ser dos seguintes tipos:

- a) **(+X, +Y)**: quanto mais X, mais Y.
- b) **(-X, -Y)**: quanto menos X, menos Y.
- c) **(+X, -Y)**: quanto mais X, menos Y.
- d) **(-X, + Y)**: quanto menos X, mais Y.

O encadeamento [*já está muito tarde* → *não devo ir comer*] se fundamenta no *topos 1* (*horários avançados não são convenientes para refeições*), que tem como formas tópicas FT 1a (quanto mais tarde, menos conveniente fazer uma refeição) e FT 1b (quanto menos tarde, mais conveniente fazer uma refeição). Por outro lado, o encadeamento [*já está muito tarde* → *devo ir comer*] se fundamenta no *topos 2* (*horários avançados são convenientes para refeições*), que tem como formas tópicas FT 2a (quanto mais tarde, mais conveniente fazer uma refeição) e FT 2b (quanto menos tarde, menos conveniente fazer uma refeição). O *topos 1* é chamado de *topos discordante*, pois em ambas as formas tópicas as escalas são percorridas em sentidos opostos (quanto mais, menos/quanto menos, mais) e o *topos 2* é chamado de *topos concordante*, pois em ambas as formas tópicas as escalas são percorridas no mesmo sentido (quanto mais, mais/quanto menos, menos). O esquema a seguir apresenta de modo sumário os *topoi*, formas tópicas e escalas argumentativas mencionados.

Figura 3.2 | *Topoi*, formas tópicas e escalas argumentativas de gradualidade recíproca



Fonte: elaborada pelo autor.

Em uma mesma escala, pode haver diversos enunciados-argumentos que conduzem à mesma conclusão. Por exemplo: os enunciados *Está muito tarde*, *está tarde* e *está um pouco tarde* podem conduzir à conclusão *Não devo ir comer*, tendo como fundamento o topos 1. Ocorre que, nessa escala, cada um desses argumentos tem uma *força argumentativa* diferente, conduzindo mais ou menos facilmente à conclusão mencionada. Os argumentos que conduzem a uma mesma conclusão constituem uma *classe argumentativa*.

Até aqui você deve ter compreendido o que são os *topoi* e como eles serviram para explicar a relação entre um argumento e uma conclusão, relação que vinha sendo explorada pela Teoria da Argumentação na Língua desde o seu princípio. É preciso que você saiba, no entanto, que em uma nova fase da teoria esse conceito acabou sendo abandonado.

É verdade que a ideia inicial de considerar os princípios argumentativos (*topoi*) na explicação dos encadeamentos argumentativos não visava ao estudo das crenças reais que os indivíduos ou as comunidades têm; não havia interesse em saber, por exemplo, se em determinado grupo social o ato de usar roupas novas está associado ao prestígio social (*quanto mais roupas novas, mais prestígio*). A Teoria da Argumentação na Língua estava interessada apenas em considerar princípios desse tipo como elementos que fundamentam a passagem de um argumento a uma conclusão (sendo os *topoi* convocados pelo próprio sentido do enunciado).

Mesmo assim, a partir de suas reflexões com Marion Carel, Ducrot (2005) chegou à conclusão de que a Teoria dos *topoi* explicava a argumentação a partir de noções que ultrapassavam o limite da língua enquanto sistema independente. Ducrot concluiu que os princípios argumentativos (*topoi*) eram, na verdade, elementos de natureza extralinguística e que, por isso, deveriam ser abandonados pela Teoria da Argumentação na Língua, uma teoria que filiada ao estruturalismo saussuriano deveria estudar a língua a partir dela mesma, sem recorrer a elementos extralinguísticos.

Propôs-se, então, uma alternativa à Teoria dos *topoi*, que ficou conhecida como *Teoria dos Blocos Semânticos*, desenvolvida por Ducrot e Carel. A ideia central dessa teoria é que o sentido de uma entidade linguística se constitui de certos discursos argumentativos que são por ela evocados. Note que, a partir dessa etapa, deixa-se de pensar em argumentação como a *passagem de um argumento a uma conclusão*, entendendo-se que há, na verdade, uma relação de interdependência entre os dois segmentos que constituem a argumentação. Esses segmentos não têm sentidos independentes um em relação ao outro; na verdade, o sentido de cada um se constitui por meio da relação entre os dois. É por isso que, para Ducrot (2005), pode-se concluir, a partir da argumentação *O hotel está perto, portanto, é fácil chegar lá, que a facilidade de acesso faz parte do próprio sentido de perto*.

A argumentação na Teoria dos Blocos Semânticos é entendida como “um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente ligados por um conector” (CABRAL, 2010, p. 117). Segundo Ducrot (2005), a fórmula geral para esquematizar esse encadeamento é **X CONECTOR Y**, sendo admitidos apenas dois tipos de argumentação entre esses segmentos, a *argumentação normativa* e a *argumentação transgressiva*.

A argumentação normativa é toda argumentação **compatível** com a relação **X logo Y**. Pense, por exemplo, em uma argumentação do tipo *Os brinquedos estavam baratos, logo, foram facilmente vendidos* (X logo Y). Veja, agora, como a mesma relação existente entre esse X e esse Y está presente entre os segmentos que constituem *Os brinquedos foram facilmente vendidos, pois estavam baratos* (X pois Y) – trata-se nos dois casos de uma argumentação normativa.

A argumentação transgressiva, por outro lado, é toda argumentação **compatível** com a relação **X no entanto Y**. Considere, por exemplo, a argumentação *Os brinquedos estavam baratos, no entanto, não foram facilmente vendidos* (X no entanto Y) e veja como a relação entre esses segmentos X e Y é compatível com a relação entre os segmentos de *Embora os brinquedos estivessem baratos, não foram facilmente vendidos* (embora X, Y). Trata-se nos dois casos de uma argumentação transgressiva.

É preciso destacar que a negação pode fazer parte tanto do segmento X quanto do segmento Y nos dois tipos de argumentação. Veja, a seguir, alguns exemplos de enunciados com e sem negação – note que os itens (4a) e (4b) correspondem a argumentações normativas e os itens (4c) e (4d) correspondem a argumentações transgressivas:

(4)

a. Os brinquedos estavam **baratos**, logo foram **facilmente vendidos**.

b. Os brinquedos não estavam **baratos**, logo não foram **facilmente vendidos**.

c. Os brinquedos estavam **baratos**, no entanto, não foram **facilmente vendidos**.

d. Os brinquedos não estavam **baratos**, no entanto, foram **facilmente vendidos**.

Uma das principais generalizações que a Teoria dos Blocos Semânticos apresentou em relação às argumentações normativas e transgressivas é a de que cada segmento da relação X CONECTOR Y contém um elemento de pertinência para a argumentação. Nos exemplos apresentados em (4), o elemento de pertinência de um dos segmentos é *barato* e o do outro segmento é *facilmente vendido*. Eles são considerados elementos de pertinência para a argumentação por serem os itens fundamentais da relação argumentativa. Podemos nos referir a esses elementos de pertinência como A (*barato*) e B (*facilmente vendido*).

Se você analisar com atenção os exemplos em (4), verá que em cada argumentação apresentada produz-se a mesma

interdependência semântica entre A (*barato*) e B (*facilmente vendido*). Em outras palavras, em todos os casos o sentido de *barato* está diretamente associado a ser *facilmente vendido*. Essa interdependência não se altera com o uso da negação, de *logo* ou de *no entanto*. Na verdade, o que essas formas fazem, associadas e por meio de seu próprio sentido, é preservar a interdependência entre A e B. Veja que em (4b) o uso de *não* (nos dois segmentos), associado a *logo*, indica, de qualquer modo, uma interdependência entre *ser/estar barato* e *ser facilmente vendido*, neste caso, por meio da afirmação de que o fato de *não* estar barato levou a *não* ser facilmente vendido (é provável que, se estivesse barato, teria sido facilmente vendido). Analogamente em (4c) o uso de *no entanto* associado a *não* deixa implícita a ideia de que, por estarem baratos, os brinquedos deveriam ter sido *facilmente* vendidos, embora isso não tenha acontecido.

Esse tipo de análise é o que fundamentou a denominação da teoria, pois, segundo Ducrot (2005), as relações argumentativas nas quais se produz a mesma interdependência semântica entre os elementos A e B constituem um mesmo bloco semântico. Esquemáticamente o *bloco semântico* constituído a partir dos exemplos (4a) a (4d) pode ser representado do seguinte modo (NEG indica uma negação):

A **logo** B
NEG-A **logo** NEG-B
A no **entanto** NEG-B
NEG-A **no entanto** B

Esse bloco semântico não trata exclusivamente dos enunciados (4a) a (4d), mas da relação entre as propriedades A (*barato*) e B (*facilmente vendido*), que podem fazer parte de outros enunciados (por exemplo: *Mesmo não estando baratos, os ingressos do show serão facilmente vendidos* – NEG-A **no entanto** B).

Pode-se concluir, a partir dessas observações, que os blocos semânticos permitem analisar o sentido das *palavras* de uma língua, como a palavra *barato*, considerando-se que a relação estabelecida

por essa palavra com outra unidade linguística (ex.: *facilmente vendido*) faz parte de seu próprio sentido.



Pesquise mais

No texto indicado a seguir, você encontrará uma descrição detalhada das etapas pelas quais a Teoria da Argumentação na Língua já passou ao longo das últimas décadas:

CAMPOS, Claudia Mendes. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2007-vol-6-n-2/07-claudia-mendes-campos1.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

Nesta seção, você explorou os diferentes tipos de análise que as diferentes versões da Teoria da Argumentação na Língua permitem realizar. Espera-se que com esta apresentação você consiga enxergar o fenômeno da argumentação com outros olhos e que possa refletir sobre os conceitos mencionados, decidindo sobre aqueles que, segundo sua própria reflexão, são mais (ou menos) adequados para as possíveis análises semânticas futuras.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é explicar os encadeamentos argumentativos presentes no diálogo entre Pedro e Ana. Ainda que o conteúdo desse diálogo não envolva fatos observáveis, pois não se pode dizer que unicórnios têm asas ou que têm asas pequenas, dado que não se pode sequer confirmar a existência de unicórnios, as duas crianças se valem de enunciados que lhes permitem, de todo modo, *argumentar*. Isso nos mostra que a argumentação que a língua nos permite desenvolver não depende da verificação de fatos, ou, em outras palavras, não depende de que se recorra a argumentos cujo conteúdo expresse, necessariamente, uma verdade observável.

Levando em conta a Teoria da Argumentação na Língua, segundo a qual a argumentação é intrínseca a esse sistema, e a ideia de que *argumentar* significa apresentar um enunciado (correspondente a um argumento) para que, a partir dele, se admita

outro (correspondente a uma conclusão), podemos analisar a fala de Pedro e Ana do seguinte modo:

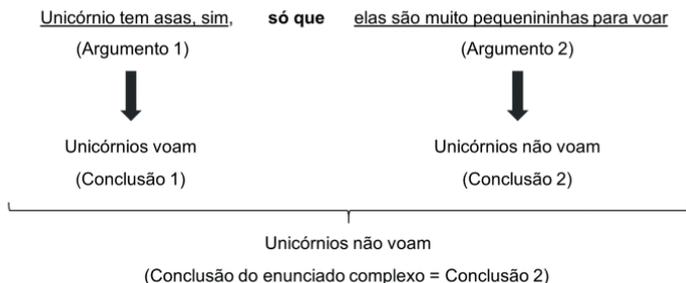
O enunciado “Unicórnio não tem asas”, proferido por Pedro, tem uma *orientação argumentativa*, ou seja, conduz a determinada conclusão, ainda que essa conclusão não esteja explícita no diálogo. Um enunciado possível correspondente a essa conclusão é *Unicórnios não voam*, que se fundamenta no princípio argumentativo de que *seres que (não) têm asas (não) voam*. Ao analisarmos, por outro lado, a primeira sentença da fala de Ana (*Unicórnio tem asas, sim*), seguindo o mesmo procedimento usado na análise da fala de Pedro, podemos chegar a uma conclusão oposta (a de que *unicórnios voam*) – de acordo com o mesmo princípio que fundamenta o encadeamento argumentativo anterior, *se unicórnios têm asas, então eles voam*. A análise dos dois enunciados-argumento mencionados nos mostra que eles pertencem a *classes argumentativas* distintas, uma vez que orientam para conclusões diferentes.

Deve-se notar, no entanto, que *Unicórnio tem asas, sim* é apenas uma parte da fala de Ana, sendo essa fala correspondente a um *enunciado complexo* (constituído por dois enunciados dotados de orientação argumentativa), e que o segundo segmento desse enunciado – *elas [as asas] são muito pequenininhas para voar* – conduz a uma conclusão oposta àquela a que o primeiro segmento conduz: levando em conta outro princípio argumentativo, segundo o qual *quanto maiores são as asas de um ser, maiores são as chances de ele conseguir voar* (e quanto menores as asas, menores as chances de voar), podemos concluir que o ponto de vista associado ao segundo segmento enunciado por Ana é o de que *unicórnios não voam* (já que as asas desses seres são *muito pequenininhas*).

Resta saber, agora, se a fala de Pedro e a fala de Ana, consideradas em sua totalidade, conduzem ou não a conclusões diferentes, dado que a fala de Ana inclui duas orientações argumentativas. A resposta para essa questão está no uso da forma *só que*, responsável por indicar com qual das conclusões o locutor do enunciado complexo se identifica. O fato é que, assim como ocorre com a conjunção *mas*, a construção *só que* é usada para alterar a orientação argumentativa instaurada pelo primeiro segmento do enunciado complexo, conduzindo a argumentação a uma conclusão diferente – à do

segundo segmento. Esta segunda conclusão é aquela com a qual o locutor se identifica. Dado esse fato, entende-se que a conclusão do enunciado complexo produzido por Ana é a de que *unicórnios não voam*, pois esta é a conclusão à qual o segmento à direita de *só que* conduz. O esquema a seguir ilustra essa argumentação:

Figura 3.3 | Encadeamentos argumentativos na fala de Ana



Fonte: elaborada pelo autor.

Tendo em vista o fato de que a fala de Pedro também conduz à conclusão *Unicórnios não voam*, a análise do esquema nos leva a concluir que as falas das duas crianças têm a mesma *orientação argumentativa*, desde que se leve em conta a conclusão final de cada uma delas.

Faça valer a pena

1. Na Semântica Argumentativa existem diversos conceitos que, associados, explicam a argumentatividade de um enunciado ou, em outras palavras, como o argumento constituído por um enunciado conduz a determinada conclusão.

Com base nessa informação, assinale a alternativa com o termo que denomina, na Semântica Argumentativa, a relação entre argumento e conclusão.

- a) Classe argumentativa.
- b) Escala argumentativa.
- c) Força argumentativa.
- d) Orientação argumentativa.
- e) Encadeamento argumentativo.

2. Na teoria argumentativa dos *topoi*, entende-se que o *topos*, princípio argumentativo que fundamenta a passagem de um argumento a uma conclusão, pode ser concordante (quanto mais X, mais Y/quanto menos X, menos Y) ou discordante (quanto mais X, menos Y/quanto menos X, mais Y).

Considerando a informação apresentada, assinale a alternativa cujo enunciado está associado a um *topos* discordante.

- a) Céu nublado é sinal de chuva.
- b) Comida sem tempero não tem sabor.
- c) Quem estuda consegue boas notas.
- d) Quem fuma tem menos apetite.
- e) A queda da temperatura diminui a sudorese.

3. Na Teoria dos Blocos Semânticos, entende-se que a argumentação pode ser de dois tipos: a normativa, que é compatível com a relação *X logo Y*, e a transgressiva, compatível com a relação *X no entanto Y*. A ideia de compatibilidade decorre do fato de que outras palavras e expressões (diferentes de *logo*) podem constituir uma argumentação normativa, assim como outras palavras e expressões (diferentes de *no entanto*) podem constituir uma argumentação transgressiva.

Considerando essas informações, estabeleça a relação entre o tipo de argumentação, indicado na coluna da esquerda, e seu respectivo exemplo, apresentado na coluna da direita:

1. Argumentação normativa com negação.	A. Mesmo sendo famoso, o ator não foi reconhecido nas ruas.
2. Argumentação normativa sem negação.	B. João é sempre muito bem-humorado, assim, mantém sua aparência jovial.
3. Argumentação transgressiva com negação.	C. Ainda que Pedro estude muito, sempre haverá algo que ele desconhece.
4. Argumentação transgressiva sem negação.	D. Sendo prudente, João não se envolverá em acidentes.

Assinale a alternativa com a associação correta.

- a) 1-A, 2-C, 3-B, 4-D.
- b) 1-A, 2-C, 3-D, 4-B.
- c) 1-C, 2-A, 3-D, 4-B.
- d) 1-D, 2-B, 3-A, 4-C.
- e) 1-D, 2-C, 3-A, 4-B.

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude.; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Liège: Mardaga, 1997.

BASSO, Renato. Semântica formal. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 135-151.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2010.

DUROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218.

_____. Introduccíon: Conferencia1. In: CAREL, Marion. **La Semántica Argumentativa: una introduccíon a la teoría de los bloques semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005. p. 9-26.

_____. Topoi et formes topiques. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude (Org.). **Théorie des Topoi**. Paris: Kimé, 1995. p. 85-99.

EU. In: INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

GROLLA, Elaine; SILVA, Maria Cristina Figueiredo. **Para conhecer aquisição da linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; MEZARI, Meiry Peruchi (Orgs.). **Nominais Nus: um olhar através das línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

Semântica e cognição

Convite ao estudo

Você já reparou que, em diversos momentos, nos referimos às línguas naturais como se elas fossem entidades independentes, abstratas, de existência própria? Nós falamos do português, do inglês, do francês, dizendo que essas línguas **têm** significados, que essas línguas **funcionam** de tal modo, etc. e, quando fazemos isso, muitas vezes não explicitamos qualquer relação entre essas línguas e seus falantes.

Você já pensou, no entanto, na possibilidade de a língua ser um fenômeno mental e, como tal, ter uma relação necessária com a experiência cognitiva dos falantes? Pois o objetivo desta unidade é tratar justamente dessa possibilidade, que se tornou um pressuposto teórico para algumas abordagens linguísticas. Ao estudar essa unidade, é esperado que você compreenda quais são os principais fenômenos da significação estudados por essas abordagens, especialmente aquelas que recebem o rótulo de Linguística Cognitiva. Assim, você terá conhecimento de mais algumas das diversas teorias que lidam com os aspectos semânticos das línguas naturais.

Para desenvolver esse conhecimento, ao longo da unidade, você atuará no seguinte contexto de aprendizagem: você está trabalhando como pesquisador em um hospital que funciona como um centro de acolhimento e convivência para idosos que sofrem de algum tipo de prejuízo cognitivo (como alteração de memória e dificuldades de linguagem). Lá, eles recebem um tratamento especial de médicos e de pesquisadores, que costumam trabalhar em conjunto para avaliar criteriosamente e individualmente as condições

cognitivas desses idosos. Você está realizando uma pesquisa na área de ciências cognitivas e seu trabalho é registrar e analisar diversas manifestações linguísticas dos pacientes com base nos conhecimentos que você tem obtido sobre Semântica Cognitiva. Ao longo de sua pesquisa, você vai se deparar com diversos fenômenos da significação que podem ser explicados como processos linguístico-cognitivos, e deverá realizar análises adequadas desses processos, valendo-se de seu conhecimento sobre semântica e cognição. Suas observações e análises contribuirão para a avaliação das competências cognitivas dos pacientes do hospital.

Você já pensou que a compreensão do funcionamento cognitivo da linguagem pode contribuir para a análise da cognição de pessoas que apresentam as dificuldades mencionadas? Já pensou que é possível, a partir do conhecimento da relação entre semântica e cognição, avaliar o que é e o que não é normal na fala dessas pessoas? Nesta unidade, você terá a oportunidade de refletir sobre isso.

Na primeira seção da unidade, você terá acesso às primeiras reflexões sobre a relação entre a língua e a mente, passando, posteriormente, à relação entre a semântica e a cognição. Na segunda seção, estudará as estruturas de conhecimento que se constituem por meio da língua, pensada cognitivamente. Por fim, na terceira seção, você refletirá sobre o modo como a Semântica Cognitiva entende o fenômeno da metáfora.

Seção 4.1

Semântica Cognitiva

Diálogo aberto

Caro aluno, o objetivo desta seção é apresentar a você uma introdução sobre as relações existentes entre as línguas naturais e a mente, para que você possa, posteriormente, compreender as relações existentes entre a semântica e a cognição. Você já pensou na possibilidade de estudar a língua como um fenômeno mental? Já leu ou ouviu algo a respeito? Se não, nesta seção, você terá a oportunidade de ter seu primeiro contato com esse tipo de estudo. Para isso, você desenvolverá algumas reflexões a partir das pesquisas que está desenvolvendo no hospital em que trabalha, conforme a contextualização apresentada no início da unidade.

Em sua primeira coleta de dados, durante a observação da interação entre os idosos que estão no hospital, você se deparou com uma primeira questão sobre significação ao ouvir o diálogo entre dois pacientes: duas senhoras conversavam sobre sua experiência com pragas dentro de casa; uma delas comentou que já teve problemas com ratos e, posteriormente, disse: "Rato é o inseto mais nojento que já apareceu por lá". Você achou essa afirmação, no mínimo, curiosa, pois sabe que ratos não pertencem à classe dos insetos, mas à dos mamíferos. Tomando nota da conversa, você passou a questionar se esse equívoco de categorização decorreria de um prejuízo cognitivo de origem patológica ou de uma categorização natural incompatível com a categorização científica dos seres vivos. Em sua pesquisa, você deverá responder a essa pergunta, levando em conta a relação entre significado e experiência e as propostas da teoria dos protótipos.

A discussão dos aspectos fundamentais da categorização natural, tal como compreendida pela Semântica Cognitiva, será desenvolvida ao longo do item Não pode faltar. Leia, portanto, todo o conteúdo com atenção e reflexão, para estar apto a resolver o desafio.

Não pode faltar

Quando estudamos semântica como a propriedade das línguas naturais que está associada à significação, é comum que tenhamos a ideia de que essa propriedade é relativamente independente dos falantes. Para perceber isso, tente recordar de uma situação em que você tenha perguntado a alguém o significado de uma palavra em português e procure se lembrar do tipo de resposta que você estava interessado em obter. Nessa situação, você queria saber o que seu interlocutor “achava” que a palavra significava ou o que a palavra, como uma entidade linguística independente daquele falante (dotada de um sentido próprio), significava?

É bem provável que a segunda alternativa descreva a sua expectativa na maioria das situações, e isso está associado ao fato de os falantes, de maneira geral, encararem a língua e seus componentes como entidades que têm uma existência própria. Falamos sempre em coisas do tipo: “Na língua x, tal coisa **significa** tal coisa”, “A palavra x **tem** tal sentido”, “O sentido **dessa frase é** este”, etc. Veja que todas essas falas tendem a associar o sentido diretamente à palavra, sem qualquer passagem pela experiência, pelo conhecimento ou pela subjetividade do falante, ou, pelo menos, sem que esse tipo de passagem esteja explícito nesses enunciados.

Esse tipo de pensamento está, inclusive, na base de algumas teorias linguísticas, como o Estruturalismo, que, quando trata do significado das palavras, está interessado em explicar como esse significado se constitui e se organiza na língua independentemente dos falantes, sendo decorrente apenas das relações estabelecidas entre os signos no interior do sistema linguístico.

Você deve se lembrar de que o linguista Ferdinand de Saussure, precursor do Estruturalismo, considerava a língua um **fato social**. Isso significa que essa entidade, que ele costumava tratar como **sistema**, só tem existência real, segundo ele, na coletividade, e nessa coletividade já não importam as manifestações linguísticas individuais, e sim aquilo que o corpo social instituiu como sistema.



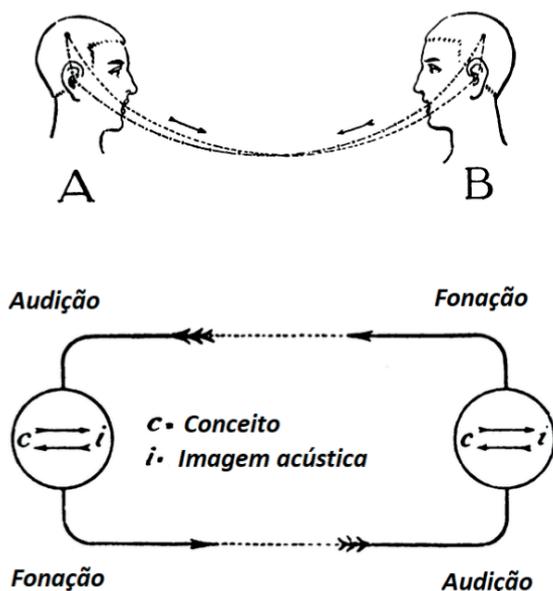
A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como

um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos [...]. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários (SAUSSURE, 2006, p. 27).

Veja que, nessa citação, a afirmação de que a língua se assemelha a um dicionário cujos exemplares foram repartidos entre os falantes deixa implícita a ideia de que há uma entidade de existência independente à qual os falantes devem recorrer para realizarem os atos individuais de linguagem (ou atos de audição/fonação), e isso só ocorre porque há “exemplares” dessa entidade na mente de cada um deles. Note que a própria ideia de haver “exemplares” implica a existência de uma matriz, de um dicionário original, que não está, de fato, na mente de indivíduo algum, tendo existência própria e independente **no corpo social**, e não em uma pessoa.

Mesmo interessado primordialmente por essa entidade linguística abstrata e independente, Saussure não cometeu a imprudência de afirmar que os indivíduos não têm qualquer papel na constituição ou no exercício da língua. Afinal de contas, não haveria língua se não houvesse indivíduos que falam e se não houvesse atos individuais de associação psíquica entre significante e significado (entre uma imagem acústica e um conceito). Esse tipo de ato, que supõe no mínimo dois indivíduos (um que fala e um que escuta), constitui o que Saussure denominou **circuito da fala**, representando-o no seguinte esquema:

Figura 4.1 | O circuito da fala enquanto um ato individual de linguagem (uma fala)



Fonte: adaptada de <[https://fr.wikisource.org/wiki/Fichier:Page_28_\(Saussure_-_Cours_de_linguistique_g%C3%A9n%C3%A9rale,_%C3%A9d._Bally_et_Sechehaye,_1971\).png](https://fr.wikisource.org/wiki/Fichier:Page_28_(Saussure_-_Cours_de_linguistique_g%C3%A9n%C3%A9rale,_%C3%A9d._Bally_et_Sechehaye,_1971).png)>. Acesso em: 10 maio 2018.

O **circuito da fala**, conceito apresentado no *Curso de Linguística Geral*, é o processo que constitui um ato individual de linguagem e requer, no mínimo, dois indivíduos falantes. O circuito se inicia no cérebro de um dos indivíduos, quando um conceito se associa a uma imagem acústica (processo psíquico); posteriormente, o cérebro transmite um impulso correlato da imagem acústica às estruturas corpóreas envolvidas na produção da fala (processo fisiológico). Produzidos os sons, estes se propagam até o outro indivíduo (processo físico). A partir deste ponto, o circuito segue as etapas anteriores em ordem inversa: impulsos fisiológicos suscitam, no segundo indivíduo, uma imagem acústica que, em seu cérebro, é associada a um conceito correspondente. Quando esse indivíduo fala, inicia-se um novo ato individual, cujas etapas correspondem aos processos descritos anteriormente.

Você deve ter percebido que, ao usar noções como **cérebro** e **processo psíquico**, Saussure está tratando de aspectos do funcionamento da linguagem que constituem o que muitas ciências

costumam hoje chamar de **cognição** – de maneira geral, pode-se entender cognição como o conjunto de fenômenos mentais associados à ação, aquisição de conhecimento, percepção, interpretação, etc. Ocorre que, quando Saussure tratou desses fenômenos (a propósito, de maneira bastante superficial), apenas demonstrou em sua teorização que não estava tratando da língua como uma entidade mística, cuja origem não pudesse ser traçada ou compreendida. Para ele, o ato da fala e, portanto, a experiência que cada indivíduo tem na audição e na fonação realizadas por meio do circuito apresentado, é historicamente anterior à língua-sistema, sendo ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. O que interessava a Saussure, no entanto, era a língua (social) e não a fala (individual). Interessava-lhe estudar o sistema, e não a **experiência** de uso ou de constituição desse sistema.

Como você deve se lembrar, esse é o tipo de interesse que caracteriza o Estruturalismo, que estuda a língua por ela mesma, sem se preocupar diretamente com a relação existente entre ela e os processos mentais de um indivíduo. Os diversos tipos de estruturalismo, dos mais próximos aos mais distantes da teorização de Saussure, não estavam muito interessados em estudar a língua como um fenômeno mental. Esse quadro começou a mudar, entretanto, a partir da segunda metade do século XX, quando o linguista norte-americano Noam Chomsky aproximou a Linguística das Ciências Cognitivas, ao introduzir a Teoria Gerativa da Língua (ou Gerativismo).



Assimile

O **Gerativismo** é uma teoria linguística cognitivista que considera a língua como a faculdade (capacidade mental) de gerar e interpretar sentenças. Essa capacidade se baseia em um conjunto de princípios **universais** que estão nativamente presentes na mente de todo ser humano e que podem ser formalmente descritos por um modelo computacional.

O Gerativismo trata da língua como um fenômeno mental e, portanto, cognitivo. Ele está interessado em descrever as estruturas linguísticas e o modo como essas estruturas se organizam na mente dos indivíduos, permitindo-lhes produzir e interpretar sentenças. Para

essa teoria, existe na mente de todo ser humano um módulo inato responsável pelas regras de produção e interpretação linguística. Em outras palavras, existe na mente de todo falante uma gramática interna, que já nasceu com ele e que faz parte de uma unidade específica da mente.

Segundo o Gerativismo, há uma grande quantidade de princípios que estão presentes no módulo cognitivo de linguagem de todos os seres humanos. Por esse motivo, todas as línguas compartilham diversos arranjos gramaticais semelhantes, que são produzidos e interpretados pelos falantes do mesmo modo. Ainda que haja algumas diferenças, estas decorrem de **possibilidades linguísticas** que estão presentes, de qualquer modo, na mente de todos os indivíduos. Ocorre que algumas línguas ativam essas possibilidades, enquanto outras, não.



Pesquise mais

Para o Gerativismo, o que define as propriedades da língua falada por uma pessoa são os **estímulos linguísticos** que ela recebe na infância, ao ouvir seus pais, familiares e amigos. O conjunto de estímulos (também chamado de **input**) é o que ativa as regras linguísticas que já estão previstas em seu módulo cognitivo de linguagem.

Para o Gerativismo, a sintaxe (e, portanto, a forma e a relação entre formas) está no centro do funcionamento da língua. E quanto à semântica? Qual é o papel desse aspecto da língua na teoria? Obviamente, essa teoria não nega a existência de processos que dão lugar à significação linguística; nesse sentido, a semântica é um elemento secundário do funcionamento linguístico. Isso se deve ao fato de o modelo gerativo acreditar que a análise da constituição das unidades linguísticas que permitem que a significação se realize (as sentenças) é suficiente, justamente por acreditar-se que o modo como essas unidades se organizam torna possível as interpretações.

Assim, a significação, nessa teoria, é encarada como um processo que resulta da constituição das sentenças. Se você ouvir uma sentença como “João comeu o bolo”, antes de conseguir associar a ela um significado, você precisa, segundo essa teoria, compreender, por meio de sua capacidade linguística inata, o que

significa usar essas palavras nessa ordem e quais são as relações que uma estabelece com a outra nessa estrutura, uma vez que estão combinadas, formando um arranjo gramatical. Em certo nível da análise, não importa considerar os aspectos lexicais dessas unidades, mas apenas os gramaticais (flexões, colocação, número de elementos na sentença, etc.), sendo a descrição do arranjo capaz de dar conta da estrutura e da interpretação de outras sentenças.



Exemplificando

Compare, por exemplo, "João comeu o bolo" com "Pedro abriu a lata", "O bebê mordeu o berço", "Camila chamou João", etc. Você consegue perceber que existe um padrão entre essas sentenças (sujeito+verbo+objeto direto), mesmo constituídas por palavras diferentes (portanto, com sentidos diferentes)? Esse padrão é um padrão sintático.

Esses arranjos ocorrem a partir de padrões sintáticos, e são eles que estão na base da compreensão das sentenças. Associada às propriedades lexicais de cada palavra, a sintaxe permite que a sentença seja interpretada, sendo as palavras constituintes associadas a entidades específicas.

Essa ideia de arranjo permite relacionarmos, em alguma medida, o estudo gerativo da sentença com o **princípio da composicionalidade**, que, como você deve se lembrar, é um dos principais fundamentos da Semântica Formal. Assim como a Semântica Formal, o Gerativismo trata do significado de uma sentença como o resultado de operações lógicas que relacionam essa unidade e seus componentes combinados com certas entidades do mundo. Disso decorre que a compreensão gerativista da significação corresponde basicamente à ideia de que o significado envolve uma relação entre algo que está no mundo e algo que está na língua.

Até aqui, você deve ter percebido algumas diferenças entre o Gerativismo e o Estruturalismo, mas vale a pena assinalar que a principal delas é a de que o Estruturalismo não trata da língua a partir de uma abordagem **mentalista**, mas primordialmente a partir do ponto de vista da autonomia do sistema linguístico, enquanto no

Gerativismo o **mentalismo** está na base da teoria. Você precisa saber, no entanto, que alguns conceitos de autonomia fundamentam também o Gerativismo, mesmo enquanto teoria cognitiva da língua. O principal deles é o da **autonomia da sintaxe**: para o Gerativismo, a sintaxe é independente da semântica e dos aspectos pragmáticos da língua em uso (no sentido de que as formas linguísticas se organizam de modo autônomo). Outra noção, associada à primeira, diz respeito à **autonomia do módulo cognitivo da língua**: nessa teoria, entende-se que o módulo responsável pelo funcionamento linguístico é independente de outros processos cognitivos, como os diversos tipos de raciocínio, a visão, a percepção espacial, etc.

O que queremos mostrar a você por meio dessas observações é o seguinte: aquilo que o Estruturalismo e, principalmente, Saussure tratavam como ato individual da fala (que não faz parte da língua) tem um papel fundamental em uma teoria cognitiva como o Gerativismo. A fonação e a audição representadas na Figura 4.1 descrevem basicamente o contexto do estímulo linguístico (input), que, para o Gerativismo, habilita a língua de um indivíduo no período de aquisição da linguagem. Além disso, os processos que ocorrem na mente de cada um dos falantes em uma conversa (em qualquer etapa de sua vida) correspondem, nessa teoria cognitiva, ao efetivo funcionamento da língua (e não apenas da fala), pois correspondem ao exercício da capacidade de linguagem inscrita no módulo cognitivo.

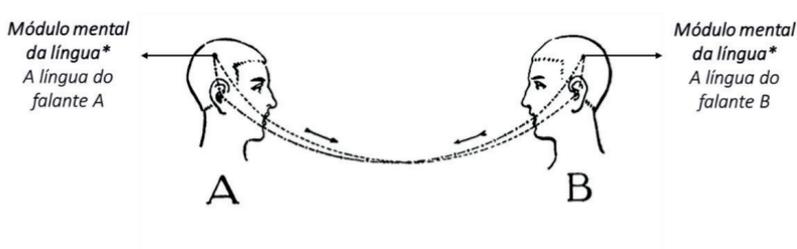
! Atenção

Não existe correspondência entre a associação **conceito/imagem acústica** (Saussure, 1916) e os processos linguísticos/mentais discutidos pelo Gerativismo. Como dito anteriormente, a significação, que para Saussure é uma questão linguística fundamental, está no Gerativismo em segundo plano. O módulo da língua não tem como função própria relacionar formas linguísticas e significados, mas processar a sintaxe da língua, o que, como consequência, permitirá a compreensão semântica das sentenças (pela sua relação lógica com entidades extralinguísticas).

Podemos dizer, em outras palavras, que para o Gerativismo **a língua é um sistema mental**, enquanto para Saussure a língua é um sistema que deve ser analisado "fora do indivíduo". Veja como,

reformulado na Figura 4.2, o ato de **fala** apresentado por Saussure serve para tratar do funcionamento da **língua** no Gerativismo.

Figura 4.2 | Representação da língua como capacidade mental do falante



Legenda: o ponto destacado na imagem como o módulo cognitivo de linguagem não representa a localização cerebral desse módulo.

Fonte: adaptada de <[https://fr.wikisource.org/wiki/Fichier:Page_29_\(Saussure_-_Cours_de_linguistique_g%C3%A9n%C3%A9rale,_%C3%A9d._Bally_et_Sechehay,_1971\).png](https://fr.wikisource.org/wiki/Fichier:Page_29_(Saussure_-_Cours_de_linguistique_g%C3%A9n%C3%A9rale,_%C3%A9d._Bally_et_Sechehay,_1971).png)>. Acesso em: 10 maio 2018.

Você se lembra de termos dito anteriormente que, para Saussure, estudar a língua não significa estudar, em qualquer medida, a experiência do indivíduo ao usá-la? Pois, para uma linguística de caráter cognitivo, a teorização passa necessariamente pela experiência dos indivíduos. Quando o Gerativismo trata, por exemplo, da aquisição da linguagem, ele estuda como os estímulos que uma criança recebe dos outros falantes contribuem para a consolidação de sua língua (e estudar isso é estudar uma experiência linguística). Veja que usar a expressão **sua língua** implica que cada falante tem sua própria língua (uma língua interna), e é exatamente essa língua que está entre os principais interesses do Gerativismo. Não é à toa que a principal abordagem gerativista para o estudo da língua é a **introspecção**, que consiste no ato de o investigador ou um de seus informantes concluírem, a partir de sua própria intuição linguística, se uma sentença é gramatical ou agramatical, ou mesmo estabelecerem o significado de uma sentença. Trata-se de uma experiência do indivíduo com sua capacidade modular de linguagem, indispensável ao estudo linguístico.

É importante que, neste ponto, você se questione se o Gerativismo é a única teoria linguística que considera a língua como um fenômeno mental e se toda **linguística cognitiva** defende a existência de um módulo da mente responsável pelo funcionamento da língua. A verdade é que, no interior das ciências

cognitivas da linguagem, como reação ao Gerativismo, surgiu um conjunto de teorias que rejeitam a ideia de que exista um módulo mental exclusivamente responsável pela língua. Esse conjunto de teorias compatíveis recebeu o nome de **Linguística Cognitiva**.

Atenção

O uso do termo **Linguística Cognitiva** (especialmente com iniciais maiúsculas) não implica que o Gerativismo não possa ser tratado como uma linguística cognitiva. Trata-se, nos dois casos, de teorias da Linguística que são classificadas como teorias cognitivas. Porém, usa-se o termo Linguística Cognitiva para designar as teorias que, diferentemente do Gerativismo, estudam princípios cognitivos gerais que a língua compartilha com outras capacidades cognitivas – o Gerativismo, por outro lado, estuda a língua como uma capacidade separada (modular).

A Linguística Cognitiva entende que a língua é um fenômeno mental que se constitui com outros aspectos da cognição, como a percepção espacial, a visão, a memória, o raciocínio, a categorização, etc. A partir dessa informação, você deve ter concluído que a Linguística Cognitiva não acredita que a língua seja uma capacidade inata, mas uma capacidade que se desenvolve com o indivíduo conforme as outras capacidades cognitivas vão se desenvolvendo. De fato, essa é a visão desse tipo de linguística.

Reflita

O que torna a Linguística Cognitiva e a Teoria Gerativa duas visões científicas concorrentes é o fato de não haver, até o momento, evidências conclusivas de que exista ou não um módulo da linguagem na mente/cérebro ou, em outras palavras, uma gramática mental inata. Você já observou esse tipo de controvérsia em alguma outra ciência? Sabia que, nas diferentes ciências, é normal haver disputas sobre a explicação de certos fenômenos?

Segundo a Linguística Cognitiva, tanto as estruturas linguísticas quanto os significados decorrem das diversas experiências mentais

que os falantes têm com o ambiente (o que envolve a interação corporal com o mundo físico e a interação verbal ou não verbal com outros indivíduos). Essa conceituação está associada à ideia de uma mente **corporificada**, segundo a qual a mente/cérebro só pode ser estudada(o) pela sua relação com o corpo, que, por sua vez, está sempre em interação com o ambiente.

Segundo Geeraerts e Cuyckens (2007), diferentemente da Teoria Gerativa, a Linguística Cognitiva considera a semântica como elemento primordial para a análise linguística. Isso decorre do fato de, para esta segunda teoria, a língua ser um sistema para a categorização do mundo, uma categorização que não envolve uma relação de espelhamento linguístico de uma realidade objetiva e bem delimitada (exterior ao indivíduo) – a função categorizadora da língua impõe, na verdade, uma estruturação ao mundo, estruturação que passa necessariamente pelas experiências individuais e coletivas que os falantes têm com o ambiente. Em outras palavras, a categorização linguística é um modo de compreender o mundo, que é, invariavelmente, dependente da natureza do corpo humano e das possibilidades cognitivas gerais de nossa espécie.

Veja que a noção de experiência na Linguística Cognitiva é muito mais ampla do que aquela que se possa identificar no Gerativismo. Enquanto na Teoria Gerativa a experiência envolve primordialmente a relação do indivíduo com seu módulo independente de linguagem, que recebe do exterior o **estímulo linguístico**, na Linguística Cognitiva se explora a complexidade de experiências que os indivíduos têm a partir de diversos estímulos (conversacionais, espaciais, visuais etc.).

Como a semântica é para a Linguística Cognitiva um elemento fundamental do funcionamento da língua, surgiu, em seu interior, uma disciplina que se especializou no estudo do sentido: a **Semântica Cognitiva**. São vários os fenômenos de significação estudados por esse tipo de semântica, mas, nesta seção, você estudará apenas um deles, que é a **categorização por prototipicidade**. Como dito anteriormente, uma das principais funções da língua para a Linguística Cognitiva é a categorização do mundo. Essa categorização deve ser compreendida como uma **categorização natural**, que se fundamenta nas experiências que os indivíduos têm com o ambiente. Ela se diferencia das **categorizações formais**, que se realizam por meio de reflexões conscientes e pouco espontâneas sobre as entidades do

mundo, distinguindo-se, sobretudo, da **categorização clássica**, que tem como principal fundamento a ideia de que os elementos de uma categoria são estabelecidos pela identificação de propriedades necessárias e suficientes para assegurar, por meio de uma análise sistemática, sua inclusão nessa categoria.

Para que isso fique mais claro, tente pensar em algumas categorizações que você e sua comunidade linguística, por meio da língua portuguesa, fazem das entidades do mundo. Pense por exemplo, na categoria **animal**. Que entidades você acha que as pessoas que falam português costumam incluir nessa categoria? Você pode fazer uma investigação simples, pedindo aos seus colegas ou familiares que deem a você alguns exemplos de animais, a fim de analisar os tipos de entidades que são mais e menos frequentes na exemplificação. Provavelmente, você ouvirá muito poucas vezes palavras como **mosquito** e **carrapato** (artrópodes) ou lombriga (nematódeo) e minhoca (anelídeo), mas ouvirá mais vezes **cachorro**, **boi** e **cavalo** (mamíferos), **pato** e **pardal** (aves), **sapo** (anfíbio), **cobra** e **jacaré** (répteis), entre outros. Se você alterar a categoria investigada para **bicho**, pode ser que a história mude um pouco, sendo bem mais frequente, por exemplo, a menção aos insetos (como mosquito, barata, etc.).

Segundo a Semântica Cognitiva, esse tipo de categorização natural decorre das experiências que nós, com as peculiaridades do nosso corpo humano e da nossa percepção, temos com essas entidades. Pense, por exemplo, em como animais que têm maior importância socioeconômica, cultural ou afetiva para os humanos (como bois, cavalos e cachorros) são mais facilmente colocados na mesma categoria (animais). Pense também no fato de eles terem certas características físicas comuns, como serem relativamente grandes. Essas características fazem dessas entidades representantes mais prototípicos da categoria animal. Por outro lado, animais como mosquitos, baratas e carrapatos compartilham outras semelhanças, como serem pequenos ou, às vezes, minúsculos. Além disso, muitos desses animais costumam gerar certa repulsa nos seres humanos, que acontece também em relação a animais um pouco diferentes, como os vermes. A semelhança da repulsa em direção a esses animais pode ser um dos fatores que os tornam, para alguns falantes, membros menos prototípicos da categoria **animal**, e mais prototípicos da categoria **bicho**.

Essa visão de categorização, assumida pela Semântica Cognitiva, é conhecida como semântica dos protótipos e se fundamenta nos estudos cognitivos de Eleanor Rosch (MARTINS, 2013), segundo os quais as categorias se organizam por meio de elementos mais prototípicos (mais centrais) e menos prototípicos (mais periféricos). A frequência de inclusão de uma entidade em determinada categoria pode ajudar a identificar seu grau de prototipicidade. Para entender isso, retome os exemplos anteriores e pense em quais elementos da categoria **animais** são os mais prototípicos e quais são os menos prototípicos. Sua pesquisa pela frequência dos exemplos pode ajudá-lo(a) nessa análise – os exemplos mais frequentes são os membros mais prototípicos da categoria **animal**, e os menos frequentes, os menos prototípicos.



Pesquise mais

Para conhecer mais sobre a Teoria dos Protótipos, introduzida por Eleanor Rosch, e as abordagens semânticas que se desenvolveram a partir dela, consulte o seguinte texto:

MARTINS, Erik Miletta. Semântica dos Protótipos. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (Orgs.). **Semântica, semânticas**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 105-120.

O objetivo desta seção foi apresentar a você, de forma introdutória, a relação entre semântica e cognição, a partir da relação mais abrangente entre língua e cognição. Espera-se que você tenha compreendido a diferença essencial entre o estruturalismo linguístico (que trata da língua como um sistema independente das experiências mentais) e as teorias cognitivas da língua (que a encaram como um fenômeno mental). Espera-se também que você tenha compreendido que a categorização natural é, segundo a Linguística Cognitiva, uma das principais funções da língua, sendo um dos principais temas explorados pela Semântica Cognitiva.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é analisar a categorização produzida a partir da fala de uma paciente que está sendo acolhida no hospital

em que você trabalha. Confira, a seguir, uma possível solução para esse desafio:

É possível que a categorização realizada pela senhora na fala mencionada (“Rato é o inseto mais nojento que já apareceu por lá”) corresponda a uma categorização natural, não decorrendo, necessariamente, de um prejuízo cognitivo de ordem patológica. Basta pensarmos na possibilidade de essa categorização estar fundamentada na teoria da prototipicidade dos elementos que constituem as categorias naturais (ou Teoria dos protótipos), que é considerada em grande parte dos estudos da Semântica Cognitiva. Para essa abordagem teórica, as categorias são cognitivamente e linguisticamente estabelecidas em decorrência das experiências que os indivíduos têm com o ambiente e, portanto, em decorrência do modo como esses indivíduos interagem com os elementos do mundo.

Se pensarmos que, para algumas pessoas, o rato traz tantos infortúnios quanto trazem alguns insetos (mosquitos, formigas, baratas, etc.), é possível que, para essas pessoas, a melhor categoria para incluir o rato não seja a de **animal**, mas a de **inseto** (categoria que está constantemente associada, na linguagem comum, à categoria **praga**). Inclusive, a palavra **inseto** é usada muitas vezes para se referir a uma pessoa considerada insignificante ou desprezível.

É preciso considerar, no entanto, na análise dessa situação, outros aspectos, como o grau de escolaridade da informante mencionada e sua (não) familiaridade com a categorização formal/científica. Um menor grau de escolaridade e familiaridade com esse tipo de categorização pode ser um fator que favorece a hipótese da categorização natural não patológica, enquanto um grau maior de escolaridade/familiaridade pode sugerir uma manifestação patológica.

Faça valer a pena

1. A Semântica Cognitiva tem como um de seus principais interesses estudar o modo como, por meio da língua, os falantes categorizam o mundo. Esse estudo envolve a recorrente constatação de que os falantes organizam as categorias baseando-se em membros que estão mais próximos do centro da categoria e membros que estão em posições mais periféricas.

Considerando essa informação, assinale a alternativa que denomina a teoria que fundamentou esse tipo de estudo.

- a) Teoria cognitiva.
- b) Teoria dos protótipos.
- c) Teoria da categorização.
- d) Categorização clássica.
- e) Categorização formal.

2. Dois estudantes de Linguística decidiram iniciar sua carreira como pesquisadores das línguas naturais, sendo que um deles se filiou à Teoria Gerativa enquanto o outro se filiou à Linguística Cognitiva. O segundo passou a dizer, entre seus colegas, que, **diferentemente do primeiro estudante**, investigava a língua como um fenômeno cognitivo.

Considerando a informação apresentada e seu conhecimento sobre as teorias em questão, assinale a alternativa com a afirmação correta.

- a) A afirmação do segundo estudante está correta, pois apenas a Linguística Cognitiva concebe a língua como um fenômeno mental.
- b) A afirmação do segundo estudante está correta, pois, para a Teoria Gerativa, a língua é um sistema autônomo, que deve ser estudado independentemente dos falantes.
- c) A afirmação do segundo estudante está incorreta, pois tanto a Teoria Gerativa quanto a Linguística Cognitiva são teorias que acreditam na existência de um módulo mental da língua.
- d) A afirmação do segundo estudante está incorreta, pois tanto a Teoria Gerativa quanto a Linguística Cognitiva consideram a língua como um fenômeno mental, e, portanto, cognitivo.
- e) A afirmação do segundo estudante está incorreta, pois ambas as teorias tratam da língua como uma faculdade inata.

3. O Gerativismo e a Linguística Cognitiva são teorias linguísticas que se diferenciaram significativamente da visão e dos métodos estruturalistas de estudo das línguas naturais. Embora haja uma semelhança entre as duas primeiras visões, que as separa da terceira, do ponto de vista semântico, as três se diferenciam significativamente.

Considerando essa informação, assinale com V (verdadeira) ou F (falsa) cada uma das afirmações:

- () A Teoria Gerativa nega a existência da significação linguística, sendo a língua, para ela, um fenômeno essencialmente sintático.
- () A Linguística Cognitiva trata do sentido como um fenômeno secundário, sendo mais relevante para ela a constituição da sentença por meio de regras cognitivamente adquiridas.
- () No Estruturalismo, principalmente aquele que está mais próximo

de Saussure, a significação é um fenômeno linguístico estudado independentemente da experiência mental dos indivíduos.

() No Estruturalismo, a relação entre um significado e um significante só é tratada como uma propriedade da língua enquanto sistema quando considerada fora do ato individual de fala.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) F – V – V – F.
- b) F – V – V – V.
- c) V – V – F – F.
- d) F – V – F – V.
- e) F – F – V – V.

Seção 4.2

A noção de *frame*

Diálogo aberto

Caro aluno, o objetivo desta seção é conceituar algumas estruturas mentais que, segundo a Semântica Cognitiva, permitem que os falantes gerem e compreendam os significados das palavras e das sentenças. Trata-se de estruturas de conhecimento que se constituem na mente de todos os indivíduos a partir das experiências que eles têm com o mundo ao usar a língua. Para refletir sobre essas estruturas cognitivas, você levará em conta, mais uma vez, as falas dos pacientes que vivem no hospital em que você tem feito suas pesquisas.

Alguns dos idosos que vivem nesse hospital são pessoas afásicas, aquelas que apresentam dificuldades de linguagem decorrentes de lesões cerebrais. As características e os graus das afasias são estudados pelos médicos e pesquisadores que acompanham de perto e de forma sistemática cada paciente. Como um dos pesquisadores, você observa e registra as interações entre afásicos e não afásicos, de modo a analisar os fenômenos linguísticos que emergem dessas interações.

Recentemente, você ficou encarregado de conversar com um paciente afásico para avaliar suas dificuldades de linguagem. Em um dos momentos dessa interação, você decidiu verificar se esse sujeito consegue refletir sobre o sentido das palavras. Você decidiu, então, pedir a ele, durante a conversa, que explicasse o que é **saudade**, e a resposta que ele forneceu foi a seguinte: *É... amor né? Falta, né? Não tá mais... pessoa que não tá mais.*

Ao refletir sobre a resposta, chamou-lhe a atenção o fato de não ser exatamente uma definição de **saudade** – o enunciado do sujeito afásico não se iniciou com algo do tipo (*saudade é*) *um sentimento que...*

Considerando essa constatação, pode-se concluir que o sujeito afásico perdeu sua capacidade de informar o sentido de **saudade**

por não ter produzido uma definição similar à de um dicionário? Há algum indício em sua fala de que essa capacidade foi preservada depois de a afasia ter se instaurado? O tipo de explicação de sentido fornecido nessa fala ocorre apenas com sujeitos afásicos? Seu desafio nesta seção é responder a essas questões, justificando-as, e, para isso, você deverá se valer das noções de *frame* e de **conhecimento enciclopédico**, discutidas ao longo do item Não pode faltar. Bons estudos!

Não pode faltar

Nesta seção, você estudará o conceito de *frame*, que é usado na Semântica Cognitiva para explicar como os falantes de uma língua conseguem compreender o sentido das palavras e das construções gramaticais nela usadas.

A palavra **frame**, que é uma palavra da língua inglesa, que pode ser traduzida como **estrutura** e **moldura**. É importante destacar aqui essas duas noções, pois ambas ajudarão você a compreender o conceito teórico em questão, em primeiro lugar, porque os *frames* são considerados **estruturas de conhecimento** e, em segundo lugar, porque a palavra **moldura** nos remete à ideia de enquadrar de uma **cena**, noção que está intimamente ligada ao conceito que será estudado.

Como você deve se lembrar, a Semântica Cognitiva, uma das subáreas de estudo da Linguística Cognitiva, entende que o sentido decorre das diversas experiências mentais que os falantes têm com o ambiente (a interação corporal com o mundo físico, a interação verbal ou não verbal com outros indivíduos, entre outras). O fato de se entender que todo sentido é apreendido e compreendido em situações concretas de uso faz com que se entenda, também, que as informações semânticas sobre cada elemento linguístico, como uma palavra ou uma sentença, só podem ser armazenadas na mente se estiverem vinculadas ao **conhecimento organizado das experiências**.

Mas como será que esse conhecimento está presente na mente dos indivíduos? E como será que ele é acessado? Ora, a Linguística Cognitiva tem algumas hipóteses para isso. A primeira delas é a de que o conhecimento está organizado em estruturas cognitivas

que constituem uma rede (isso quer dizer que existem diversas conexões entre essas estruturas e que elas não estão depositadas em segmentos isolados da mente) – chamam-se **estruturas de conhecimento** os esquemas cognitivos resultantes das diversas experiências interativas que o ser humano tem com o ambiente e com as entidades que o constituem. Segundo Ferrari (2011), essas estruturas estão armazenadas na memória permanente dos falantes e são acessadas por eles todas as vezes que precisam interpretar uma ou mais unidades linguísticas. A segunda hipótese relevante da Linguística Cognitiva é a de que essa rede (ou sistema) de conhecimento pode ser acessada por meio das palavras, que servem como **pontos de acesso** a ela.



Exemplificando

Dizer que as palavras servem como **pontos de acesso** à rede de conhecimento significa, por exemplo, que, quando ouvimos uma palavra como **comida**, ela nos faz acessar um conhecimento amplo e estruturado decorrente das situações em que o conceito comida esteve presente em nossas experiências. Esse conhecimento estruturado em rede contém outros elementos que podem ser acessados por essa mesma palavra, como prazer, cozinha, tempero, entre outros.

Nesta seção você estudará um tipo específico de estrutura de conhecimento que constitui essa rede mental: os *frames*. *Frames* são **esquemas cognitivos constituídos por cenas abstratas fundadas na experiência**. Quando dizemos “cenas abstratas”, estamos nos referindo ao fato de os *frames* não serem as cenas propriamente ditas, mas o conhecimento de como funcionam essas cenas, de como os participantes dessas cenas interagem entre si, das atividades que eles realizam, dos objetos que estão nelas presentes, das sensações que essas atividades e objetos produzem e de todos os outros aspectos presentes na experiência dos indivíduos quando vivenciam tais cenas.



Os *frames* são estruturas de conhecimento baseadas em experiências que, apesar de individuais (no sentido de particularidade), são social e culturalmente compartilhadas. Isso significa que as cenas pressupostas quando se interpreta o sentido de uma palavra têm uma configuração semelhante entre os falantes de uma mesma cultura.

O conceito de *frame* foi apresentado pelo linguista americano Charles Fillmore, que propôs a ideia de que os *frames* determinam a interpretação de palavras e outras construções por meio de associações a situações familiares aos falantes (FILLMORE, 1975). Para ele, ninguém é capaz de compreender os sentidos das palavras e sentenças se não tiver conhecimento de como funcionam as situações, cenas ou atividades que elas pressupõem (FILLMORE, 1987). Para compreender melhor esse conceito, observe o exemplo a seguir:

(1) *Pedro foi até o balcão e pediu uma cerveja ao atendente.*

Segundo a Semântica de *Frames* (uma subteoria da Semântica Cognitiva), essa sentença necessariamente pressupõe uma cena que permite interpretar os sentidos de cada elemento que constitui essa construção gramatical. Você saberia dizer que cena é essa? Provavelmente você pensou em um bar e nas atividades que tipicamente ocorrem no interior desse tipo de estabelecimento. Bar é, portanto, um *frame* que faz parte do seu sistema de conhecimento. Note que, na sentença (1), essa cena não foi linguisticamente explicitada – em nenhum momento a palavra bar foi usada, mas, mesmo assim, ela pôde ser evocada a partir do conjunto de elementos que constituem a sentença.

Como dissemos anteriormente, o sistema de conhecimento que as unidades lexicais nos permitem acessar é estruturado no formato de rede. Essa rede não é constituída por apenas um *frame*, mas por diversos *frames* associados. É por isso que uma mesma palavra pode evocar cenas ou atividades distintas a depender do contexto em que é usada. Observe o seguinte exemplo, comparando-o com a sentença (1):

(2) Eu fui até o **balcão** perguntar sobre as redondezas, e a **atendente** me deu um **mapa**.

Veja que a palavra **balcão** não aparece mais aqui indicando o balcão de um bar, mas provavelmente o balcão de um ponto de informações em alguma cidade. As unidades lexicais balcão, atendente e mapa estão associadas a uma cena que se caracteriza como “serviço de informações”, sendo este também um *frame*.

Talvez você tenha percebido algo em comum entre as situações (1) e (2), que é o fato de, em ambas, o balcão estar associado à atividade de prestar atendimento. Isso nos permite concluir que, no sistema de conhecimento que a palavra **balcão** nos faz acessar, um dos pontos de acesso à rede mental de conhecimento conduz a um *frame* que pode ser caracterizado como atendimento. Trata-se de uma situação abstrata mais abrangente, que tipicamente inclui uma personagem que presta o atendimento, uma que recebe o atendimento e o objeto desse atendimento, que pode ser um produto, uma informação, um serviço etc. Concluimos, assim, que a unidade lexical **balcão** evoca uma rede de *frames* que permitem interpretar, de acordo com o contexto de uso, seu sentido.



Assimile

Quando dizemos que “bar” e “atendimento” são *frames* evocados por palavras como **balcão**, estamos apenas nos valendo de um procedimento analítico e aproximativo para nomear (com as palavras em letras maiúsculas) os esquemas de conhecimento e manipulá-los teoricamente. É preciso que fique claro, no entanto, que na rede mental de conhecimento não existe uma delimitação precisa entre esses esquemas. Não se trata de compartimentos independentes e bem delimitados. Trata-se de informações interligadas em rede e acessadas por meio de diversos pontos de acesso.

Note que, para esse tipo de análise, o sentido de “balcão” não envolve a evocação de uma definição de dicionário, mas a evocação das cenas que permitem compreender qual é o uso que fazemos desse objeto no mundo, de que maneira ele pode nos beneficiar, que tipo de objetos podem ser colocados sobre ele, que tipos

de relações interpessoais ele pode caracterizar (cordiais ou não cordiais, formais ou informais, entre conhecidos ou desconhecidos), a quantidade de tempo que ficamos diante desse objeto (que pode ser diferente quando pensamos no balcão de um bar ou no balcão de um serviço de informações), entre diversos outros aspectos.

É por esse e outros motivos que a Semântica Cognitiva defende a hipótese de que o conhecimento que temos dos sentidos é um **conhecimento enciclopédico** (que abrange diversos aspectos de uma experiência), e não um **conhecimento de dicionário** (que se concentra nos traços semânticos formadores de definições). Para a Semântica Cognitiva, a evocação de sentidos não consiste, portanto, em recuperar pela memória a definição de uma palavra, mas as cenas abstratas constituídas a partir das experiências em que o conceito associado à palavra foi vivenciado. Isso a faz rejeitar “a ideia de um léxico mental que contenha o conhecimento semântico de forma separada de outros tipos de saber” (FERRARI, 2011). O que a Semântica Cognitiva defende é um modelo enciclopédico do conhecimento de mundo, unido ao conhecimento linguístico.



Pesquise mais

Algumas teorias cognitivas da linguagem, como o Gerativismo, se baseiam em um modelo de dicionário para explicar o processamento mental da significação. Nesse modelo, o significado central de um item lexical é compatível com a definição de dicionário dessa palavra (FERRARI, 2011). Acredita-se, por exemplo, que, quando um falante se depara com a palavra “esposa”, ele acessa em seu **léxico mental** o significado “mulher adulta casada”, que é basicamente uma definição constituída pelos traços semânticos essenciais da palavra “esposa” (uma definição com um padrão muito parecido com o da definição de dicionário).

Os *frames* também nos permitem compreender por que palavras que têm um sentido muito próximo (sinônimas) acabam sendo usadas de modos distintos pelos falantes em diferentes situações. Considere, por exemplo, as palavras “terra” e “solo”. Elas aparentemente significam a mesma coisa, não é mesmo? Mas será que quando analisamos os usos específicos dessas palavras, elas apresentam alguma diferença semântica? Comparando os

enunciados: “Terra à vista!” e “O avião tocou suavemente o solo”, que não causam qualquer estranhamento. Com “Solo à vista” e “O avião tocou suavemente a terra”, certamente você perceberá algumas diferenças.

Ao considerarmos o conjunto de experiências que temos com os conceitos de “terra” e de “solo”, podemos dizer que terra costuma designar “a superfície seca em contraste com o mar”, enquanto solo costuma designar “a superfície seca em contraste com o ar” (FERRARI, 2011). Terra, portanto, tende a evocar *frames* associados a atividades com a água em que se leva em conta a porção sólida da crosta terrestre (podemos pensar, por exemplo, no *frame* “navegação”, que inclui a experiência de contato com o mar e a experiência de contemplação do continente). Diferentemente, “solo” pode evocar *frames* associados a atividades em que a porção sólida da crosta terrestre é encarada como base, como superfície (podemos pensar, então, em *frames* como pouso/decolagem ou salto de paraquedas).

Outro fato a destacar é que, quando um *frame* é ativado na mente dos falantes que participam de uma conversa, ele atua na evocação de palavras. Suponha que você esteja conversando com alguém e que essa pessoa esteja lhe dando informações sobre como preparar um bolo. Durante a explicação, a pessoa diz: “Daí, pra garantir que o bolo vai crescer, você coloca umas duas colheres de chá de... de...”, e você completa a frase dizendo “fermento”. Fenômenos como esse ocorrem porque os *frames* evocados em um diálogo permitem antecipar as unidades lexicais que serão usadas pelos interlocutores. Essas unidades são evocadas ao longo do diálogo porque estão associadas a elementos de um mesmo *frame*. O *frame* “culinária”, por exemplo, contém o elemento fermento, assim como os elementos ovos, farinha, batedeira, faca, colher de chá, etc.

Destacamos que não é raro ocorrer falhas na evocação de palavras entre falantes, e isso não deve ser considerado algo patológico. Em alguns casos, no entanto, essas falhas ocorrem de modo sistemático – geralmente em indivíduos que apresentam alguma dificuldade de linguagem decorrente de certos episódios ou estados neurológicos (acidentes vasculares cerebrais, traumatismos cranianos, demências, etc.).



Para saber mais sobre como o conceito de *frame* pode explicar fenômenos de linguagem associados a aspectos neurológicos, consulte o texto a seguir:

MORATO, Edwiges Maria. A noção de *frame* no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar? **Cadernos de Letras da UFF**, n. 41, p. 93-113, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo4.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

O conceito de *frame* é muito útil para compreendermos o fenômeno da **coerência**, que, em outras palavras, é a **harmonia existente entre as ideias veiculadas por diferentes elementos de um texto** (falado ou escrito). Você já deve ter estudado a coerência na escola, quando seu professor ou professora dizia que, para escrever um texto coerente, é preciso ligar ideias de modo que a relação entre elas possa ser compreendida por seu interlocutor. Quando lemos ou ouvimos um texto, estamos lidando com o mesmo tipo de princípio, pois é preciso que o texto lido ou ouvido nos dê condições de compreender as relações semânticas existentes entre seus elementos. Ocorre que essa interpretação não depende apenas das propriedades do texto, mas também do exercício da nossa cognição, já que a compreensão dos sentidos depende de que tenhamos vivido certas experiências, que nos permitiram desenvolver diferentes estruturas de conhecimento, como os próprios *frames*.

Para você ter uma ideia de como os *frames* nos ajudam a compreender o sentido dos enunciados e sua coerência, vamos analisar a letra de uma famosa música interpretada pela cantora Marisa Monte. A seguir, você confere algumas estrofes da canção (em algumas delas, estão destacados os versos que serão analisados depois).

Para o Pará e o Amazonas: látex

Para parar na Pamplona: Assis

Para trazer à tona: homem-rã

Para a melhor azeitona: Ibéria

Para vigias em ronda: café

Para limpar a lousa: apagador

Para o beijo da moça: paladar

Para uma voz muito rouca: hortelã

Para quem não acorda: balde

Para a letra torta: pauta

Para parecer mais nova: Avon

Para os dias de prova: amnésia

Para estourar pipoca: barulho

Para quem se afoga: isopor

Para levar na escola: condução

Para os dias de folga: namorado

Para o telefone que toca

Para a água lá na poça

Para a mesa que vai ser posta

Para você, o que você gosta

Diariamente

Fonte: REIS (1991).

Ao observar a letra da canção, você deve ter percebido que a palavra que vem depois dos dois-pontos em cada verso tem alguma relação com a construção gramatical que aparece antes (sempre iniciada pela preposição para). Essa relação não é, no entanto, necessariamente explicitada por elementos linguísticos, por exemplo, não se diz que é preciso dar café para vigias em ronda pelo fato de o café manter as pessoas acordadas; sequer se diz que ficar acordado é a intenção dos vigias ou de quem lhes dá café. Mesmo assim, podemos concluir que existe coerência entre os elementos que constituem esse verso, pois conseguimos estabelecer uma relação entre "vigias em ronda" e "café". Mas como será que conseguimos fazer isso?

Ora, a Semântica Cognitiva explica isso com a noção de *frame*. As palavras vigia, ronda e café nos fazem evocar estruturas de conhecimento associadas a cenas cujas atividades conhecemos muito bem. Sabemos que qualquer atividade em que é preciso vigiar algo exige que as pessoas que a realizam estejam bem acordadas. Ao mesmo tempo, sabemos que o café é uma bebida que as pessoas costumam tomar quando estão trabalhando e que é famosa por supostamente manter acordado quem a bebe. Veja que já conseguimos associar a essas palavras pelo menos dois *frames*: o *frame* "vigilância" e o *frame* "trabalho". Isso significa que todas elas dão acesso aos mesmos esquemas de conhecimento. Como as três palavras têm relação com um mesmo *frame*, ou seja, com um mesmo esquema de conhecimento (ou uma mesma cena abstrata), é natural que percebamos a coerência no verso: "Para vigias em ronda: café".

Note que as duas informações mencionadas sobre o café – ser uma bebida que as pessoas costumam tomar quando estão trabalhando e ser uma bebida que mantém as pessoas acordadas – não são geralmente usadas nas definições de dicionário para a palavra café. Veja:

CAFÉ, s.m.

1. Bebida que se obtém pela infusão, decocção ou percolação do produto resultante da secagem, torrefação e moagem dos grãos de cafeeiro (*Coffea arábica*).

2. Porção dessa bebida; cafezinho.

(INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009, s/p – adaptado).

Isso nos mostra que apenas saber que café é uma bebida oriunda de determinada planta, ou mesmo saber outras coisas básicas, como cor ou temperatura em que ela é servida, não é algo suficiente para interpretarmos um enunciado que contenha a palavra café. Precisamos nos valer, na verdade, do conhecimento enciclopédico que temos dessa palavra, o que inclui informações como as ocasiões em que se bebe café e os efeitos que ele produz em quem o bebe.

Observe agora o verso: "Para quem não acorda: balde". Esse enunciado faz algum sentido para você? Talvez você tenha pensado na possibilidade de significar que, para acordar uma pessoa que não está acordando por métodos comuns (como chamá-la pelo nome), pode-se molhá-la usando um balde d'água, o que seguramente fará com que ela desperte. Ocorre que isso não está explícito no enunciado – veja que não se faz nem mesmo menção à água. Então como conseguimos pensar nesse sentido?

Ora, em primeiro lugar, é preciso levar em conta o fato de a palavra "balde" estar tipicamente associada a *frames* nos quais o conteúdo desse recipiente é a água. Por outro lado, é também preciso considerar o fato de a construção "para quem não acorda" dar acesso ao *frame* acordar, uma atividade/cena que todo ser humano conhece muito bem – todas as pessoas vivem a experiência de acordar de diferentes modos, e faz parte do conhecimento de grande parte delas o fato de situações abruptas, como o súbito contato com a água (especialmente fria), ser uma causa do despertar não espontâneo. A associação entre esses esquemas de conhecimento em nossa rede mental, a partir do contato com o enunciado, nos permite compreender seu sentido e, portanto, aceitá-lo como um enunciado coerente.

Veja agora o que acontece com o verso: "Para estourar pipoca: barulho": sabemos que o que faz a pipoca estourar não é exatamente o barulho, e sim o procedimento de aquecê-la. Sabemos também, no entanto, que o barulho é um indicio de que a pipoca está estourando ou de que já estourou. Estourar pipoca é um *frame* que tem o barulho (da pipoca estourando) como um de seus elementos, além da atividade de aquecê-la. É por isso que conseguimos perceber alguma coerência entre o que vem antes e o que vem depois dos dois-pontos nesse verso da música.

É preciso destacar que, quando afirmamos que há coerência entre os elementos que constituem os enunciados analisados, estamos levando em conta o fato de eles fazerem parte de uma canção e o de, nesse gênero discursivo, ser produtivo o uso de uma linguagem ornamental. Um enunciado ser coerente não corresponde, portanto, nesta análise, a ser objetivo ou lógico, mas a que as relações entre seus elementos possam ser apreendidas, compreendidas ou interpretadas.



Saussure (1916/2006, p. 27) diz que “a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos”. Levando em conta essa definição e a noção de *frame* usada na Semântica Cognitiva para estudar o sentido, você consegue perceber alguma diferença teórica entre elas?

Nesta seção, você estudou o conceito de *frame* e entendeu como ele é usado para explicar por que e como somos capazes de compreender o sentido de palavras e outras construções. Você pode, a partir de agora, realizar suas próprias análises, refletindo sobre os distintos *frames* que as unidades linguísticas de diversos enunciados permitem evocar.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é dizer se e por que a resposta fornecida por um sujeito afásico à pergunta: “O que é saudade?” indica que esse sujeito perdeu sua capacidade de informar o sentido dessa palavra, explicando se o tipo de resposta fornecido é ou não exclusivo da fala de sujeitos afásicos. Confira, a seguir, uma possível solução para esse desafio:

O enunciado produzido pelo sujeito afásico em resposta ao questionamento (“O que é saudade?”) não nos permite concluir, tendo em vista o fato de essa resposta não ser semelhante a uma definição de dicionário, que esse sujeito perdeu sua capacidade de informar o sentido dessa palavra. Se levarmos em conta os pressupostos de uma teoria semântica como a Semântica de Frames, veremos que o conhecimento que um falante tem do significado de uma palavra não corresponde ao conhecimento da definição dessa palavra. Para essa teoria cognitiva, conhecer o significado de uma palavra significa saber como funcionam as situações que ela pressupõe.

Saber o que é saudade e ter a capacidade de dizer o que essa palavra significa; não equivale, portanto, a saber definir saudade, mas a saber (e a saber dizer) quais são os elementos que fazem parte

da experiência de ter saudade (esquematizada em nossa mente em estruturas de conhecimento). O sujeito afásico em questão fez referência aos conceitos de amor, falta e ausência (este último, inferido a partir das construções gramaticais “Não tá mais” e “Pessoa que não tá mais”), e todos esses elementos fazem parte do *frame* (estrutura de conhecimento) evocado pela palavra saudade – sabe-se que a saudade ocorre, em geral, em relação a alguém que é amado e no momento em que esse alguém está ausente; sabe-se também que a saudade faz outras pessoas sentirem a falta desse alguém. Trata-se de um conhecimento enciclopédico, que abarca os diferentes aspectos da experiência associada à palavra, e não de um conhecimento de dicionário, que leva em conta apenas traços básicos de sua definição.

O tipo de resposta fornecido pelo falante não é exclusivo da fala de sujeitos afásicos, pois, assim como estes, os não afásicos explicam o sentido de uma palavra apresentando elementos do *frame* que ela evoca, e não necessariamente apresentando sua definição. Isso sugere que o sujeito afásico cuja fala foi analisada tem preservada, pelo menos em alguma medida, sua capacidade de informar o sentido de uma palavra.

Faça valer a pena

1. Em Linguística Cognitiva, entende-se que as experiências que um indivíduo tem ao longo de sua vida produzem uma rede mental de conhecimento estruturado que serve para gerar e compreender o sentido das diversas unidades linguísticas (como as palavras e as sentenças).

Considerando essa informação, assinale a alternativa com o termo que designa **genericamente** os esquemas cognitivos que resultam dessas experiências.

- a) Frames.
- b) Estruturas de conhecimento.
- c) Categorias clássicas.
- d) Categorias de protótipos.
- e) Molduras.

2. Nas análises linguísticas realizadas a partir da Semântica de *Frames*, é comum identificar o *frame* analisado por meio de uma expressão que

denomina a experiência ou situação à qual ele corresponde. Diversas unidades lexicais podem estar associadas a essa mesma experiência.

Considerando essa informação, assinale a alternativa em que todas as unidades lexicais estão prototipicamente associadas ao *frame* sono.

- a) Sonhar, roncar, alerta, dormir.
- b) Atento, soneca, sonho, moleza.
- c) Respirar, ronco, tossir, falar.
- d) Ronco, reflexão, sonho, cansaço.
- e) Cochilo, ronco, cansado, repouso.

3. Em diferentes ocasiões, ouvimos sentenças formadas por elementos que nos remetem, em conjunto, a um mesmo *frame*. Esse *frame* pode ser identificado mesmo que a situação que tais elementos evocam não tenha sido explicitamente mencionada. A sentença *Pedro guardou o caderno na mochila e saiu antes de tocar o sinal*, por exemplo, nos remete a uma situação bastante comum.

Considerando essa informação, o exemplo e a Semântica de Frames, avalie as afirmações a seguir:

I. O *frame* escola é um dos *frames* evocados pela sentença em questão, pois caderno, mochila e sinal são elementos exclusivos dessa estrutura específica de conhecimento.

II. Embora a palavra mochila evoque, na língua portuguesa, o contexto escolar, ela pode evocar *frames* que estão associados a outros contextos e que fazem parte de outra rede de conhecimento.

III. Ainda que a sentença do exemplo não explicita o lugar de onde Pedro saiu, o *frame* por ela evocado permite que o interlocutor descubra, por inferência, qual é esse lugar.

IV. A palavra guardar, embora não seja um elemento nuclear do *frame* "escola" ou "sala de aula", também tem seu sentido constituído a partir de experiências que fazem parte dessas cenas.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Seção 4.3

Metáfora

Diálogo aberto

Caro aluno, você certamente já ouviu o termo **metáfora** e sabe que ele é usado, na maioria das vezes, quando queremos nos referir aos enunciados que, com sentido figurado, estabelecem uma analogia entre significados. Quando dizemos, por exemplo, “Pedro é um anjo”, estamos fazendo uma comparação implícita entre uma característica do anjo (ser bondoso) e uma característica de Pedro (também ser bondoso).

A metáfora costuma ser considerada um recurso poético ou retórico usado para enfeitar ou realçar as mensagens, sendo muitas vezes empregado de forma premeditada pelos falantes. Há, no entanto, uma teoria cognitiva que defende a hipótese de que as expressões metafóricas são manifestações cotidianas e naturais da linguagem, resultantes do modo como nossa mente dá sentido às nossas experiências. Nesta seção, você estudará essa hipótese e terá a chance de explorar os conceitos associados a ela em seu trabalho como pesquisador.

Enquanto pesquisador de ciências cognitivas no hospital/centro de acolhimento em que está trabalhando, você está acostumado a lidar com idosos que apresentam algumas dificuldades cognitivas que podem ser percebidas em sua linguagem. Apesar disso, é muito comum você se deparar com interações entre os pacientes que são muito semelhantes àsquelas que ocorrem entre pessoas que não convivem com qualquer tipo de problema cognitivo. Um exemplo registrado por você foi o seguinte:

Paciente A: É, tenho um amigo que já esteve lá **no alto**, mas **despencou** assim que se envolveu com drogas pesadas.

Paciente B: Terrível, né? A gente vê que **subir** na vida nem sempre é suficiente pra manter a pessoa lá **em cima**. Se não estiver bem resolvida, ela pode **cair** mesmo.

Esse diálogo fornece algumas questões semânticas interessantes, que podem ser analisadas a partir de uma perspectiva cognitiva e podem dizer algo sobre a competência comunicativa dos pacientes. Observando a conversa, você notou que diversas expressões (destacadas em itálico) não são usadas em sentido literal (na verdade, quase todo o diálogo não envolve literalidade). Mesmo assim, os interlocutores parecem se compreender muito bem. Você decidiu analisar essa conversa e explicar o que torna possível a compreensão entre os interlocutores e o uso (por parte dos dois) de tais expressões não literais. Para fundamentar sua explicação, você deve levar em conta os conceitos de **expressão metafórica** e **metáfora conceptual**, discutidos ao longo do item Não pode faltar.

Não pode faltar

Você certamente estudou, em alguma etapa de seu percurso escolar, o fenômeno da metáfora, que é tradicionalmente explorado nas aulas de português como uma figura de linguagem. A metáfora é o mais célebre dos fenômenos associados ao emprego do **sentido figurado** da linguagem, que, como você deve saber, se opõe àquilo que costumamos chamar de **sentido literal**. Mas você saberia dizer o que é sentido figurado, o que é sentido literal e como a metáfora pode ser explicada a partir desses conceitos?

Em geral, é dito que o sentido figurado ocorre quando usamos uma expressão linguística para significar algo que não corresponde ao significado original ou primitivo dessa expressão, enquanto o sentido literal corresponde justamente a esse significado original. Ora, a metáfora é tradicionalmente tratada como um fenômeno que leva um enunciado a afastar as palavras de seu sentido literal. Um enunciado como *A Maria tem uma saúde de ferro*, por exemplo, que é um enunciado metafórico, contém uma palavra que não está sendo usada em seu sentido original (a palavra ferro). Quando proferimos esse enunciado, não estamos dizendo que a saúde de Maria é **literalmente** feita de ferro (aquele metal de cor cinza que todo mundo conhece). Estamos, na verdade, estabelecendo uma analogia entre o ferro (que é um objeto resistente) e a saúde de Maria (que também é resistente).



As **figuras de linguagem**, grupo do qual a metáfora faz parte (segundo uma visão tradicional de metáfora), são formas elaboradas de usar a linguagem para torná-la mais original, ornamental, expressiva ou comovente. Quando envolvem um aspecto semântico da língua, tendem a criar sentidos figurados (sentidos que se afastam do sentido literal).

A metáfora é amplamente difundida e reconhecida como uma figura de linguagem que serve basicamente para ornamentar as mensagens. Isso ocorre por meio de uma comparação implícita entre objetos, entidades ou assuntos que não teriam, a princípio, uma relação entre si, mas que exibem propriedades em comum quando são associados em um enunciado metafórico. Veja como essa explicação pode ser aplicada ao exemplo que acabamos de apresentar (*A Maria tem uma saúde de ferro*): aparentemente não existe uma relação entre **saúde** e **ferro**, palavras que designam coisas bem diferentes (saúde é o estado do nosso organismo e de seu funcionamento, e ferro é uma entidade de outra natureza – um objeto, que pode ser tocado, manuseado, etc.). Quando juntamos, no entanto, essas palavras no mesmo enunciado, conseguimos perceber uma relação entre as duas coisas (que corresponde à relação entre a resistência da saúde de Maria e a resistência do ferro).

Os enunciados metafóricos mais usados para exemplificar a metáfora a partir dessa visão tradicional de comparação implícita são aqueles que têm a estrutura X é Y. Veja alguns exemplos: *Amor é fogo que arde sem se ver*, *Seu rosto é uma obra de arte*, *Joana é uma flor*. Em todos esses casos há, segundo a visão tradicional, uma comparação implícita entre X e Y.

Note que a existência dessa comparação é assumida a partir da percepção de que a mensagem transmitida pelo enunciado não decorre de seu sentido literal. Se estivesse baseada no sentido literal, a mensagem provavelmente seria considerada absurda. Tente, por exemplo, interpretar literalmente o enunciado *Joana é uma flor*, considerando que Joana faça referência a uma pessoa. Desse jeito, a mensagem parece estranha, não é mesmo? Isso acontece porque sabemos que Joana é uma pessoa e que uma flor é uma

planta, e temos plena convicção de que uma pessoa não é uma planta. Então, para que o enunciado faça sentido, supomos que ele deve ser interpretado de outra maneira: justamente por meio da comparação entre “Joana” e “uma flor”, que devem ter alguma característica em comum (a beleza).



Pesquise mais

Na visão tradicional, a metáfora é uma figura de linguagem que se distingue da comparação.

Metáfora: é uma comparação implícita entre X e Y (ex.: Ele é um touro).

Comparação: é uma comparação entre X e Y contendo um elemento linguístico que a explicita (ex.: *Ele é **como** um touro*; *Ele é **forte como** um touro*).

Apesar de o conceito tradicional de metáfora ser compreendido de modo relativamente fácil a partir de exemplos como os que foram apresentados, existem algumas outras questões a respeito da conceituação tradicional desse fenômeno que você precisa levar em conta se quiser compreendê-lo de modo mais profundo. Uma dessas questões diz respeito aos contextos de uso da metáfora e à atitude consciente ou inconsciente do falante que faz uso desse recurso.

Tradicionalmente, a metáfora é associada à literatura (especialmente aos textos de poesia) e à retórica (que é a arte de construir discursos eficazes e persuasivos). Esses dois contextos favorecem o entendimento da metáfora como um recurso usado **conscientemente** pelos falantes, especialmente quando desejam tornar suas mensagens mais expressivas e ornamentadas. Essa visão é amplamente difundida no senso comum e naturalizou a metáfora como um procedimento estilístico do qual principalmente os poetas e os escritores de prestígio fazem uso. Alguns estudiosos consideram essa visão **ateórica** (SARDINHA, 2007), no sentido de não ter se desenvolvido a partir de uma reflexão sistemática das propriedades do fenômeno conceituado.

Até aqui, você deve ter percebido que a metáfora é tradicionalmente tratada como um fenômeno excepcional no uso

da língua, no sentido de não ser tão frequente ou natural quanto o emprego das expressões em seu sentido literal. Mas será que a metáfora é, de fato, tão incomum na fala cotidiana? Será que ela só se manifesta quando temos o interesse de ornamentar nosso discurso ou quando decidimos usá-la como um recurso retórico?

A verdade é que existe uma teoria da metáfora que defende exatamente o contrário, dizendo que as expressões metafóricas são extremamente comuns no cotidiano de qualquer pessoa, falante de qualquer língua. Essa teoria recebeu o nome de Teoria da Metáfora Conceptual, sendo também chamada de Teoria Cognitiva da Metáfora, e teve sua origem no conceito de **metáfora conceptual**, produzido por Lakoff e Johnson (1980).

Segundo esses autores, a metáfora é, na verdade, um fenômeno da mente que nos permite conceptualizar experiências, dando origem a conceitos que constituirão nosso sistema conceptual. Isso quer dizer, basicamente, que diversos conceitos só se formam em nossas mentes quando compreendemos **uma coisa por meio de outra**. Cada conceptualização desse tipo cria em nossas mentes um conhecimento estruturado que recebe o nome de **metáfora**. Essa metáfora não permite apenas que criemos expressões metafóricas por meio da língua, mas também permite que pensemos de determinado modo e realizemos ações baseadas nela.



Assimile

A **conceptualização** é o processo por meio do qual os conceitos são criados e compreendidos em nossa mente. Muitas conceptualizações são metafóricas – ocorrem quando compreendemos **um conceito por meio de outro**.

Para que essa ideia fique mais clara, veja um exemplo: segundo Lakoff e Johnson (1980), em diversas culturas, o conceito “discussão” é compreendido por meio do conceito “guerra”. Isso significa, basicamente, que compreendemos e lidamos com a discussão como se ela fosse uma guerra, com batalhas, ataques, vitórias, derrotas, etc. A metáfora desenvolvida em nossas mentes a partir dessa conceptualização é a metáfora *discussão é guerra*. Note que essa sentença, com letras maiúsculas, está sendo usada para

representar uma **metáfora conceptual**, não correspondendo a uma expressão ou enunciado metafórico.

A metáfora conceptual é uma entidade da mente, e não uma entidade linguística. Quando usamos uma sentença (que é uma entidade linguística) para caracterizar a metáfora conceptual (que é uma entidade da mente), estamos fazendo isso apenas como um procedimento analítico incontornável, já que aparentemente não há como representar a entidade cognitiva em questão sem usar palavras. O mesmo vale para o **conceito** discussão e o **conceito** guerra, que são representados por palavras (entidades linguísticas), mas são entidades cognitivas.



Assimile

Segundo a Teoria da Metáfora Conceptual, alguns conceitos (representados por uma palavra com letras maiúsculas) são formados e compreendidos por meio de uma metáfora conceptual (representada por uma sentença com letras maiúsculas e com o padrão X é Y). Assim, dizemos, por exemplo, que o **conceito** "discussão" é formado e compreendido a partir da **metáfora** *discussão é guerra*.

A metáfora conceptual *discussão é guerra* licencia expressões linguísticas metafóricas como *Ele atacou os pontos fracos da minha argumentação* e *Eu venci a discussão*, em que as palavras atacar, pontos fracos e vencer remetem à experiência de guerra. Note que essas expressões são manifestações linguísticas da metáfora *discussão é guerra*, e não outras metáforas. Isso está associado ao fato de a Teoria da Metáfora Conceptual fazer uma distinção entre os termos **metáfora** e **expressão metafórica**. Enquanto o primeiro designa o fenômeno cognitivo que consiste em compreender um conceito por meio de outro conceito (**metáfora conceptual**), o segundo designa a expressão linguística licenciada por uma metáfora (conceptual), o enunciado metafórico.

Como essa teoria entende que uma metáfora conceptual rege diversos tipos de atividade de uma pessoa (e não apenas atividades linguísticas), a metáfora *discussão é guerra* também se manifesta nas ações e no modo de pensar dos indivíduos que estão engajados em uma discussão: eles de fato planejam e usam estratégias para vencer

a discussão, idealizam-se como oponentes, atacam e defendem posições etc. Esses pensamentos e ações se associam, em certa medida, à atividade de guerra, ainda que não haja na discussão uma batalha física tal como a que ocorre na guerra propriamente dita.

Na Teoria da Metáfora Conceptual, usam-se os termos **domínio-alvo** e **domínio-fonte** para fazer referência, respectivamente, ao domínio conceptual que precisa ser compreendido (ex.: discussão) e ao domínio conceptual por meio do qual se dá essa compreensão (ex.: guerra). Cada domínio conceptual representa um tipo de experiência que vivemos, que se converte em conhecimento estruturado em nossas mentes. Não se trata, portanto, de uma relação entre traços semânticos das palavras “discussão” e “guerra”, mas de uma relação entre conhecimentos produzidos a partir de nossas experiências com “discussão” e “guerra”.



Refleta

Comparando a visão cognitiva da metáfora com a visão tradicional, você diria que esta última envolve uma relação entre conceitos ou entre traços semânticos?

Como você deve ter notado, a Teoria da Metáfora Conceptual, diferentemente da visão tradicional, não trata mais os enunciados linguísticos como as entidades nas quais a metáfora tem sua origem, mas como entidades que funcionam apenas como uma das manifestações da metáfora. É preciso destacar, no entanto, que, nessa teoria, a língua continua tendo um papel fundamental na identificação das metáforas. A diferença é que elas são tratadas como elementos de nosso sistema conceptual, que deixam marcas na língua. Para Lakoff e Johnson, “como a comunicação se baseia no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e para agir, a língua é uma importante fonte de evidências sobre como é esse sistema” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 3; nossa tradução). Essas evidências são encontradas a partir das expressões metafóricas, que permitem rastrear as metáforas.

Você se lembra de termos dito anteriormente que, na visão tradicional da metáfora, havia uma tendência em tratar do uso das expressões metafóricas como usos conscientes? Pois na Teoria

da Metáfora Conceptual a percepção é outra: diferentemente da metáfora compreendida como um procedimento linguístico com que se opera deliberadamente, as metáforas conceptuais são, em sua maioria, inconscientes. Os indivíduos pensam, experienciam e falam sobre algo motivados por uma metáfora conceptual, mas não estão cientes de que essas experiências são metafóricas. Por exemplo: ao dizer: "Ele só me *atacava* na discussão", o indivíduo não se dá conta de que está experienciando a discussão a partir do conceito "guerra"; a relação que "vencer" tem com "discussão" já está naturalizada, constituindo um uso corriqueiro da língua. Há, entretanto, casos em que a metáfora conceptual é explicitada linguisticamente, o que ocorre, por exemplo, na expressão metafórica *tempo é dinheiro*, que se tornou uma expressão comum e que, provavelmente, revela, quando de seu uso, algum grau de consciência do indivíduo sobre a relação entre a experiência com o tempo e a experiência com o dinheiro, prevista na metáfora conceptual *tempo é dinheiro*.



Exemplificando

A metáfora conceptual *tempo é dinheiro* licencia diversas expressões metafóricas em diferentes línguas. Veja alguns exemplos:

Português (*tempo é dinheiro*)

- Preciso **economizar** tempo.
- Não vou **gastar** meu tempo com isso.

Inglês (*time is money*)

- I've **invested** a lot of time in that project (**Investi** muito tempo naquele projeto).
- I will **spend** some time with my family (Vou gastar algum tempo com minha família).

É importante destacar que a metáfora é, segundo Lakoff e Johnson (1980), um fenômeno influenciado pela cultura. Os modos como as metáforas estruturam o pensamento podem variar de civilização para civilização. A metáfora conceptual *tempo é dinheiro*, por exemplo, faz sentido em culturas ocidentais capitalistas, mas

pode não fazer em outras, nas quais a estruturação do conceito de tempo será realizada a partir de outros tipos de experiência.

Algumas metáforas conceptuais estão intimamente associadas às experiências de orientação espacial que temos no mundo. Conceitos como para cima e para baixo costumam ser usados, em diversas culturas, na compreensão de outros conceitos. Considere, por exemplo, as metáforas conceptuais *mais é para cima* e *menos é para baixo*. Você consegue pensar em algumas expressões metafóricas licenciadas por essas metáforas? Veja algumas:

(1) MAIS É PARA CIMA

- (a) **Subiu** o número de pessoas interessadas em praticar atividades físicas.
- (b) Houve uma **escalada** de roubos no ano passado.
- (c) A abstenção de votos foi **alta** no segundo turno.

(2) MENOS É PARA BAIXO

- (a) Acidentes nas rodovias **caíram** 7% com a diminuição da velocidade.
- (b) Foi **baixo** o número de doadores de sangue este ano.
- (c) A bolsa de valores **despencou**.

É também comum, em algumas línguas, associar os conceitos *para cima* e *para baixo* a estados de espírito, de humor, de saúde, etc. Observe:

(3) FELIZ É PARA CIMA / SAUDÁVEL É PARA CIMA

- (a) Ela é uma pessoa bem **pra cima** (bem alegre).
- (b) Que tal dar uma **levantada** nesse humor?
- (c) Vou comer bem pra manter a saúde **lá em cima**.

(4) TRISTE É PARA BAIXO / DOENTE É PARA BAIXO

- (a) A morte do cãozinho me deixou meio **pra baixo**.
- (b) O que aconteceu? Tô achando você meio **caído** hoje.

Talvez você tenha notado que algumas expressões metafóricas são tão comumente usadas por nós que acabamos não percebendo mais que elas expressam metáforas. Observe os exemplos anteriores e veja se eles parecem enunciados poéticos/retóricos ou enunciados que usamos e ouvimos em atividades de linguagem comuns.

A verdade é que o fato de as metáforas serem recursos cognitivos dos quais dispomos para compreendermos o mundo e as experiências que vivemos faz com que as expressões metafóricas sejam manifestações comuns e naturais da nossa cognição.



Pesquise mais

Ao longo dos anos, diferentes visões identificaram diferentes lugares idealizados como os locais em que a metáfora se constitui e se manifesta (a língua, a mente ou o discurso). O artigo a seguir apresenta uma discussão sobre essas diferentes concepções do lócus da metáfora:

VEREZA, Solange C. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Letras e cognição, n. 41, p. 199-212, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo10.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

Nesta seção, você teve a oportunidade de conhecer um conceito de metáfora um pouco diferente daquele com o qual a maioria das pessoas está acostumada. Lembre-se de que falar em metáfora é falar em semântica, pois esse fenômeno sempre envolve a questão do sentido (tanto a partir do conceito tradicional quanto a partir do conceito cognitivo de metáfora). No caso da Teoria da Metáfora Conceptual, uma teoria da Semântica Cognitiva, o sentido está associado à compreensão, sendo ela dependente da natureza metafórica de boa parte do nosso pensamento.

É preciso lembrar que, nessa teoria, a análise das expressões metafóricas tem sempre o pressuposto de que as expressões linguísticas decorrem das experiências que nossos corpos e nossas mentes (corporificadas) têm com o ambiente, e é isso que faz dela uma teoria integrante da Linguística Cognitiva. Compreender um conceito por meio de outro conceito (ou seja, pensar por meio de

metáforas) – e usar a língua para falar deles – significa combinar experiências de interação mental e corporal que temos com o mundo. Essas combinações não são privativas de poetas ou de especialistas em retórica; são vividas por todos os falantes, de qualquer língua.

Sem medo de errar

Nesta seção, seu desafio é explicar o que torna possível, no diálogo a seguir, a compreensão entre os interlocutores, considerando o fato de ambos usarem expressões metafóricas. Confira, a seguir, uma solução possível para esse desafio:

Paciente A: É, tenho um amigo que já esteve lá *no alto*, mas *despencou* assim que se envolveu com drogas pesadas.

Paciente B: Terrível, né? A gente vê que *subir* na vida nem sempre é suficiente pra manter a pessoa lá *em cima*. Se não estiver bem resolvida, ela pode *cair* mesmo.

O diálogo em questão, apesar de ter sido produzido por pacientes que apresentam algumas dificuldades cognitivas, é um diálogo extremamente comum entre os falantes em geral. As expressões em destaque não são usadas em seu sentido literal, pois, quando o Paciente A diz que seu amigo estava *lá no alto* e que depois *despencou*, não está dizendo que ele estava, de fato, em um lugar alto, do qual acabou literalmente caindo.

O mesmo se pode dizer das expressões destacadas na fala do Paciente B: ao dizer *subir na vida*, ele não está se referindo à ação literal de mover-se de um lugar mais baixo para um lugar mais alto. Tampouco se refere à ação literal de mover-se de um lugar mais alto para um lugar mais baixo quando usa o verbo *cair*. Semelhantemente, quando diz que uma pessoa está *lá em cima*, não está se referindo a um lugar fisicamente elevado.

Aparentemente, a conversa fala dos altos e baixos da vida, aludindo, possivelmente, às situações de sucesso (que podem envolver o dinheiro e a riqueza) e às situações de fracasso (que podem envolver a falta de dinheiro e a pobreza).

A partir dessa constatação, podemos dizer que os dois interlocutores estão associando o conceito *para cima* ao conceito de sucesso (ou *riqueza*) e o conceito *para baixo* ao conceito de fracasso (ou *pobreza*). As expressões metafóricas *estar lá no alto*, *subir na vida* e *manter-se lá em cima* são expressões linguísticas licenciadas por uma metáfora conceptual, a metáfora *sucesso é para cima* (ou *riqueza é para cima*), enquanto as expressões metafóricas *despençar* (na vida) e *cair* (na vida) são licenciadas pela metáfora conceptual *fracasso é para baixo* (ou *pobreza é para baixo*).

O fato de os pacientes em questão usarem esses enunciados metafóricos e se compreenderem mostra que sua competência comunicativa baseada na conceptualização metafórica está mantida e que seu sistema conceptual continua atuante. As metáforas conceptuais são recursos cognitivos que nos permitem compreender conceitos, e são elas que nos permitem interpretar expressões metafóricas em uma conversa. Os sistemas conceptuais dos participantes da conversa provavelmente se desenvolveram em uma mesma cultura, e é por isso que ambos usam e compreendem as expressões metafóricas baseadas nas metáforas conceptuais apresentadas.

Faça valer a pena

1. Na Teoria da Metáfora Conceptual, entende-se que a metáfora é um elemento da cognição, diferentemente da visão tradicional, para a qual a metáfora é um fenômeno da língua, que consiste, basicamente, em estabelecer uma comparação implícita entre duas entidades. Isso não quer dizer, no entanto, que a primeira teoria não reconheça a existência de manifestações linguísticas da metáfora.

Considerando essa informação, assinale a alternativa com o termo que designa, na Teoria da Metáfora Conceptual, a manifestação linguística da metáfora.

- a) Metáfora conceptual.
- b) Conceptualização metafórica.
- c) Expressão metafórica.
- d) Metáfora cognitiva.
- e) Figura de linguagem.

2. Segundo a Teoria da Metáfora Conceptual, as expressões metafóricas só ocorrem nas línguas porque são licenciadas pelas metáforas conceptuais. Uma das maneiras de identificar metáforas consiste em analisar um conjunto de expressões metafóricas e, a partir delas, descobrir qual domínio-alvo e qual domínio-fonte estão em relação à conceptualização metafórica. Considerando essa questão, observe as seguintes expressões metafóricas:

1. O namoro deles está indo longe.
2. Percorremos uma estrada longa, mas não há mais amor.
3. Não podemos voltar atrás, é daqui para o casamento.

Assinale a alternativa com a metáfora conceptual que licencia as expressões metafóricas apresentadas de 1 a 3.

- a) O CASAMENTO É UMA ALEGRIA.
- b) RELACIONAMENTO É TEMPO.
- c) CASAMENTO É TEMPO.
- d) O RELACIONAMENTO É UMA VIAGEM.
- e) O AMOR É UMA VIDA.

3. Na visão tradicional de metáfora, costuma-se entender esse fenômeno como um recurso estilístico ou retórico que torna a linguagem do falante mais incisiva, comovente, expressiva, etc. Na Teoria da Metáfora Conceptual, por outro lado, a metáfora é encarada como um fenômeno natural e corriqueiro.

Considerando essas informações, julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir:

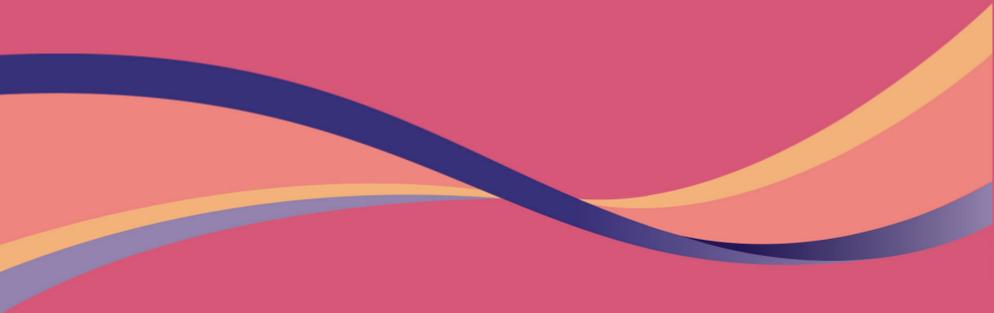
- () Na visão tradicional da metáfora, esse fenômeno integra o grupo das figuras de *linguagem* e representa um emprego do sentido figurado.
- () Na visão tradicional do fenômeno, as expressões metafóricas são tratadas como sendo as próprias metáforas.
- () Na Teoria da Metáfora Conceptual, entende-se que as metáforas são licenciadas por conceptualizações metafóricas, que ocorrem na mente.
- () Na Teoria da Metáfora Conceptual, entende-se que as metáforas conceptuais são figuras de linguagem que se manifestam na fala cotidiana.

Assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) V – V – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) V – F – F – F.
- d) F – V – F – V.
- e) F – F – F – F.

Referências

- FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FILLMORE, Charles J. An alternative to checklist theories of meaning. **Berkeley Linguistics Society**: Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, p. 123-131, 1975.
- _____. A private history of the concept "frame". In: DIRVEN, René; RADDEN, Günter (Eds.). **Concepts of Case**. Tübingen: Narr, 1987, p. 28-36.
- GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. Introducing Cognitive Linguistics. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Eds.). **The Oxford handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: University Press, 2007.
- HOUAISS, Antônio (Ed.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. v. 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1980.
- REIS, Nando. **Diariamente**. Intérprete: Marisa Monte. Rio de Janeiro: Phonomotor Records/EMI, 1991. Mais.
- SARDINHA, Tony B. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.



ISBN 978-85-522-0634-7



9 788552 206347 >